

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

O (ANTI) PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:
AS OCUPAÇÕES FABRIS EM JOINVILLE/SC (2002-2007)

THE (ANTI) INDUSTRIAL HERITAGE:
FACTORY OCCUPATIONS IN JOINVILLE/SC (2002-2007)

EL (ANTI)PATRIMONIO INDUSTRIAL:
OCUPACIONES FÁBRICAS EN JOINVILLE/SC (2002-2007)

FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO

ORIENTADORA: PROFESSORA. DRA. MARILUCI NEIS CARELLI
COORIENTADORA: PROFESSORA DRA. DANIELA PISTORELLO

JOINVILLE - SC

2024

FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO

O (ANTI) PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:
AS OCUPAÇÕES FABRIS EM JOINVILLE/SC (2002-2007)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob a orientação da Professora Doutora Mariluci Neis Carelli e co-orientação da Professora Doutora Daniela Pistorello.

Joinville - SC

2024

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

A959a	<p>Aviz Neto, Francisco Lino de O (anti)patrimônio industrial: as ocupações fabris em Joinville/SC (2002-2007) / Francisco Lino de Aviz Neto; orientação Dra. Mariluci Neis Carelli; coorientação Dra. Daniela Pistorello. – Joinville: UNIVILLE, 2024.</p> <p>118 f.: il.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)</p> <p>1. Movimento operário – Joinville (SC). 2. Administração fabril. 3. Comunismo. 4. Trabalhadores – Controle da produção. 5. Patrimônio cultural. I. Carelli, Mariluci Neis (orient.). II. Pistorello, Daniela. (coorient.). III. Título.</p> <p>CDD 322.20981</p>
-------	---

Termo de Aprovação

“O (anti)patrimônio industrial: As ocupações fabris em Joinville/SC (2002-2007)”

por

Francisco Lino de Aviz Neto

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Daniela Pistorello
Coorientadora (UNIVILLE)

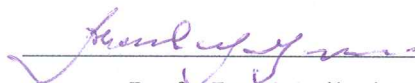
Profa. Dra. Cristina Meneguello
(UNICAMP)

Profa. MSc. Iara Costa
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Ilanil Coelho
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Roberta Barros Meira
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Joinville, 27 de maio de 2024.

Dedicatória

A minha mãe, meus demais
amores e meu partido, a
Organização Comunista
Internacionalista, seção
brasileira da Internacional
Comunista Revolucionária

AGRADECIMENTOS

Ao longo da graduação em História, atravessada por paixões, amores, discussões, lutas, conflitos e dificuldades, nunca pensei em fazer o Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Havia um certo desgosto, admito. Mas a contradição, inerente à vida, me levou para a Turma XV do patrimônio. Agradeço aos colegas de sala pelas ricas discussões que realizamos.

Agradeço às minhas orientadoras Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli e Prof. Dra. Daniela Pistorello. Sou grato pela paciência que vocês tiveram com um trabalhador da educação estadual catarinense e um militante comunista, que, naturalmente, prioriza muito mais as tarefas políticas que a carreira acadêmica. Não me desculpo por isso, não há motivo, pois este sou eu.

Porém, preciso me desculpar por passar semanas sem me comunicar e por não conseguir cumprir os prazos de vocês. Se há algo que me orgulho é de ser disciplinado, o bolchevismo me ensinou. Mas, como orientando, eu não fui. A vida com seus trabalhos exaustivos, as contas, os ônibus me atrapalharam.

Ainda assim, aqui estou, entregando um trabalho que, espero, poder contribuir com algumas reflexões e sorrisos a vocês.

Agradeço também à Prof. Dra. Roberta Barros Meira, na prática, a mulher responsável por me fazer um historiador, um pesquisador. Você é uma referência para minha paixão pelo Brasil e sua história. Obrigado!

Agradeço aos amigos que, de alguma forma, me ajudaram. Mas, em especial, preciso agradecer ao amigo Guilherme Viertel, compartilhador de memórias de seu mestrado e muitos churrascos, e ao meu melhor amigo e camarada, Maciel Fernando Frigotto. Sem dúvida meu maior leitor, confidente e contribuidor, Maciel não tem dimensão de quanto representa para mim. O comunismo, essa nossa necessidade ontológica, nos uniu de uma maneira que só a organização e a luta poderiam fazer. De última hora, também agradeço imensamente a camarada Ana Oliani, que auxiliou diretamente com revisões e orientações apuradas da ABNT. Obrigado a todos!

Agradeço a minha companheira Emilly Silva & Silva, uma jovem que trouxe seu cheiro e força de Manaus para me dar potência e amor no último ano. Amo nossas divergências, contradições e desejos. Amo você.

Agradeço a Organização Comunista Internacionalista, meu partido, ao qual trabalho diariamente para construí-lo ombro a ombro com meus camaradas como a direção política da classe trabalhadora.

Agradeço ao São Paulo Futebol Clube por ter me feito amar história, me trazendo a vontade de fazer esse curso e, por consequência, me trazer até aqui.

Mas agradeço, acima de qualquer pessoa, minha mãe, Noeci Eunice de Aviz. Tenho profunda dificuldade de expressar meu amor por você, mãe. Mas saiba que, todos os dias, penso e sinto o quanto te amo, ciente de tudo que você deixou para trás pela dedicação a mim. Infelizmente, o capitalismo realiza isso à mulher, transformando-a em escrava do lar, da família, do filho. Luto por outro mundo, um mundo comunista, também por você. Obrigado por tudo!

Que a Educação Pública, Gratuita e para Todos seja um direito universal, sem os filtros segregatórios do vestibular e demais ações afirmativas que não comportam o acesso da totalidade da classe trabalhadora aos processos educacionais.

Que esta dissertação sobre memórias, discursos e lutas proletárias sirva para nutrir novos trabalhos comprometidos com a libertação da humanidade das correntes que nos prendem ao mundo burguês.

Agradeço aos meses de bolsa pagos pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

“A vida é bela. Que as futuras gerações a livrem de todo mal e opressão, e possam desfrutá-la em toda sua plenitude”

- Leon Trotsky

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado tem como objetivo apresentar e problematizar fontes da imprensa burguesa joinvilense e de memórias de dirigentes comunistas do Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO) como uma possibilidade de compreender o patrimônio industrial para além de sua manifestação tangível, a partir do controle proletário em Cipla e Interfibra, na cidade de Joinville/SC, entre 2002 e 2007. Insere-se na linha de pesquisa Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville, e foi financiada por bolsa do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O problema de pesquisa se situou em compreender a patrimonializável memória de dirigentes do MFO em contraposição à ideologia dominante de Joinville/SC como a “cidade da ordem e do trabalho”. Dessa forma, buscou-se discutir discursos da imprensa local e memórias de integrantes do MFO, por meio de fontes documentais e embasadas teoricamente em bibliografia. A importância desse tema reside na atual notoriedade do patrimônio industrial e por Joinville disponibilizar estes acontecimentos como exemplo concreto de ação proletária promotora de memórias avessas à ordem burguesa. As ocupações e o controle operário nas fábricas de transformação de plástico Cipla e Interfibra, fundadas, respectivamente, em 1963 e 1970, ocorreram em outubro de 2002 e se estabeleceram até maio de 2007, interrompidas pela intervenção judicial e da Polícia Federal com 150 homens armados, que demitiu e prendeu trabalhadores e dirigentes políticos. A escolha deste objeto deveu-se pelo potencial de discutir a intangibilidade do patrimônio da cidade, permitindo uma abordagem crítica - ou (anti)patrimonial - devido às intensas narrativas dos envolvidos. A dissertação foi organizada em três capítulos: o primeiro, intitulado “Os jornais “A Notícia” e “Diário Catarinense” diante do controle operário em Joinville/SC, Brasil (2002-2007)”, discute os veículos de imprensa “A Notícia” e “Diário Catarinense” e uma seleção de suas publicações relacionadas às ocupações por meio da pesquisa histórica realizada no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e fontes bibliográficas; no segundo, “Vozes das ocupações: vai que essa memória pega?”, apresentou-se e analisou-se memórias de pessoas diretamente implicadas em Cipla e Interfibra Ocupadas por meio da metodologia da História Oral e de base bibliográfica; no terceiro, chamado “A patrimonializável memória proletária”, pretendeu-se problematizar o patrimônio industrial utilizando referências críticas do campo à luz das memórias de controladores. Os resultados permitem uma reflexão (anti)patrimonial da ideologia dominante joinvilense, destacando que sua caracterização como ordeira e sem conflitos sociais pelas classes dominantes pode ser contestada. As representações contidas nos documentos produzidos por pesquisas históricas e patrimoniais sobre a classe trabalhadora local e a presente abordagem sobre os cinco anos de controle operário da produção em Cipla e Interfibra, propiciam perceber os profundos antagonismos entre as classes sociais e a luta anticapitalista na cidade.

Palavras-chaves: Patrimônio industrial; Memória; Ocupações fabris; Comunistas; Joinville.

ABSTRACT

This Master's dissertation aims to present and problematize sources from the bourgeois press in Joinville and the communist leaders memories of the Occupied Factories Movement (MFO) as a possibility of understanding industrial heritage beyond its tangible manifestation, based on the proletarian control of Cipla and Interfibra, in the city of Joinville/SC, between 2002 and 2007. It is part of the Heritage, Environment and Sustainable Development research line of the Postgraduate Program in Cultural Heritage and Society at the University of the Joinville Region, and was funded by a grant from the Postgraduate Support Program for Community Higher Education Institutions of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - CAPES. The research problem was to understand the heritage memory of the MFO's leaders in contrast to the dominant ideology of Joinville/SC as the "city of order and work". The aim was to discuss the discourses of the local press and the memories of MFO members, using documentary sources and theoretically grounded bibliography. The importance of this theme lies in the current notoriety of industrial heritage and the fact that Joinville makes these events available as a concrete example of proletarian action that promotes memories that are opposed to the bourgeois order. The occupations and workers' control at the Cipla and Interfibra plastic processing plants, founded in 1963 and 1970 respectively, took place in October 2002 and lasted until May 2007, interrupted by the intervention of the courts and the Federal Police with 150 armed men, who fired and arrested workers and political leaders. This object was chosen because of its potential to discuss the intangibility of the city's heritage, allowing for a critical - or (anti-)heritage - approach due to the intense narratives of those involved. The dissertation was organized into three chapters: the first, entitled "The newspapers "A Notícia" and "Diário Catarinense" in the face of workers' control in Joinville/SC, Brazil (2002-2007)", discusses the press outlets "A Notícia" and "Diário Catarinense" and a selection of their publications related to the occupations through historical research carried out in the Joinville Historical Archive (AHJ) and bibliographical sources; the second, "Voices of the occupations: will this memory stick? ", presented and analyzed the memories of people directly involved in the Cipla and Interfibra Occupations using oral history methodology and bibliographical sources; in the third, called "A patrimonializável memória proletária", the aim was to problematize industrial heritage using critical references from the field in the light of the memories of the controllers. The results allow for an (anti)patrimonial reflection on the dominant ideology of Joinville, highlighting that its characterization as orderly and without social conflicts by the dominant classes can be contested. The representations contained in the documents produced by historical and heritage research on the local working class and the present approach to the five years of workers' control of production at Cipla and Interfibra make it possible to perceive the deep antagonisms between social classes and the anti-capitalist struggle in the city.

Keywords: Industrial heritage; Memory; Factory occupations; Communists; Joinville

RESUMEN

Esta disertación de maestría tiene como objetivo presentar y problematizar fuentes de la prensa burguesa de Joinville y las memorias de líderes comunistas del Movimiento de Fábricas Ocupadas (MFO) como una forma de entender el patrimonio industrial más allá de su manifestación tangible, a partir del control proletario de Cipla e Interfibra, en la ciudad de Joinville/SC, entre 2002 y 2007. Forma parte de la línea de investigación Patrimonio, Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible del Programa de Postgrado en Patrimonio Cultural y Sociedad de la Universidad de la Región de Joinville, y fue financiado por una beca del Programa de Apoyo al Postgrado en Instituciones Comunitarias de Enseñanza Superior de la Coordinación para la Mejora del Personal de Enseñanza Superior - CAPES. El problema de investigación fue comprender la memoria patrimonial de los líderes del MFO en oposición a la ideología dominante de Joinville/SC como «ciudad del orden y del trabajo». El objetivo era discutir los discursos de la prensa local y la memoria de los miembros de la MFO, utilizando fuentes documentales y bibliografía teóricamente fundamentada. La importancia de este tema reside en la notoriedad actual del patrimonio industrial y en el hecho de que Joinville pone a disposición estos acontecimientos como ejemplo concreto de acción proletaria que promueve memorias opuestas al orden burgués. Las ocupaciones y el control obrero en las plantas de transformación de plásticos Cipla e Interfibra, fundadas en 1963 y 1970 respectivamente, tuvieron lugar en octubre de 2002 y se prolongaron hasta mayo de 2007, interrumpidas por la intervención de la justicia y de la Policía Federal con 150 hombres armados, que despidieron y detuvieron a trabajadores y dirigentes políticos. Se eligió este objeto por su potencial para discutir la intangibilidad del patrimonio de la ciudad, permitiendo un enfoque crítico -o (anti)patrimonial- debido a las intensas narrativas de los implicados. La disertación se organizó en tres capítulos: el primero, titulado "Los periódicos "A Notícia" y "Diário Catarinense" frente al control obrero en Joinville/SC, Brasil (2002-2007)", aborda los medios de prensa "A Notícia" y "Diário Catarinense" y una selección de sus publicaciones relacionadas con las ocupaciones a través de investigaciones históricas realizadas en el Archivo Histórico de Joinville (AHJ) y fuentes bibliográficas; el segundo, "Voces de las ocupaciones: ¿permanecerá esta memoria? ", presentó y analizó las memorias de personas directamente implicadas en las Ocupaciones Cipla e Interfibra utilizando la metodología de la historia oral y fuentes bibliográficas; en el tercero, titulado "Una memoria proletaria patrimonializable", el objetivo fue problematizar el patrimonio industrial utilizando referencias críticas del terreno a la luz de las memorias de los controladores. Los resultados permiten una reflexión (anti)patrimonial de la ideología dominante en Joinville, destacando que su caracterización como ordenada y sin conflictos sociales por las clases dominantes puede ser impugnada. Las representaciones contenidas en los documentos producidos por la investigación histórica y patrimonial sobre la clase obrera local y el enfoque actual de los cinco años de control obrero de la producción en Cipla e Interfibra permiten percibir los profundos antagonismos entre las clases sociales y la lucha anticapitalista en la ciudad.

Palabras clave: Patrimonio industrial; Memoria; Ocupaciones de fábricas; Comunistas; Joinville

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Os jornais “A Notícia” e “Diário Catarinense” diante do controle operário em Joinville/SC, Brasil (2002-2007)	25
Quem noticia o “tumulto”?	25
As publicações jornalísticas: discursos e ideologias	35
Uma interpretação da imprensa burguesa	43
Por novas páginas	46
2. Vozes das ocupações: vai que essa memória pega?	48
É preciso dizer as intenções destas memórias	48
A ocupação e o controle operário segundo memórias comunistas	52
3. A patrimonializável memória proletária	70
O patrimônio industrial para além da pedra e cal	71
Reflexões (anti)patrimoniais pelas memórias comunistas	77
Considerações finais	84
Referências	87
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	96
APÊNDICE B - Autorização para uso de imagem e/ou voz	98
APÊNDICE C - Roteiro básico de entrevistas orais	99
ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	103
ANEXO B - Quadro de matérias jornalísticas selecionadas pelo pesquisador	106
ANEXO C - Fotografias de matérias jornalísticas selecionadas pelo pesquisador	111

Não é a consciência dos homens
que determina o seu ser, mas, ao
contrário, é o seu ser social que
determina a sua consciência

- Karl Marx, 1859

Introdução

Localizadas na cidade de Joinville, município da região norte e o mais populoso do estado de Santa Catarina¹, as fábricas de transformação de plástico Cipla e Interfibra surgiram integradas ao Grupo Hansen, conglomerado industrial empreendido por João Hansen Júnior (1915-1995), fundador da multinacional Tigre. Em 1963, aproveitando-se do Estado, a partir da lei de incentivo fiscal, que ofereceu isenção de metade do imposto de renda incidente sobre seus lucros, a Cia. Hansen Industrial criou sua primeira subsidiária, a Cia. Industrial de Plásticos Cipla, enquanto a Interfibra foi criada pelo mesmo grupo em 1970 (Borba, 2007; Fernandes, 2012). Em maio de 2007, não ironicamente, a justificativa judicial para encerrar a ocupação e o controle operário em Cipla, iniciado em outubro de 2002, foi o não pagamento de impostos pelos trabalhadores.

A Cipla consolidou-se desde a década de seu surgimento com crescimento no quadro de funcionários, investimentos em instalações prediais e em sua capacidade produtiva, absorvendo outras tecnologias e ofertas ao mercado. Já nos fins dos anos 1970 era reconhecida nacionalmente com premiações, como da Revista Exame, em setembro de 1978, que considerou a Cipla a melhor do Plástico e Borracha. Nos anos 1980, controlando o ramo plástico, a Cipla estabeleceu-se na área de materiais de construção, além de atuar no setor agrícola, automobilístico e de utensílios domésticos, chegando a ter mais de 1.400 trabalhadores no fim desta década (Borba, 2007).

No seu auge também ocorreu a divisão de bens do seu fundador, que, em vida, partilhou-as com os herdeiros, em setembro de 1988. Com a Cipla ficaram a filha Elizeth Hansen Batschauer, casada com Luis Batschauer - filho do então vice-presidente do Grupo Hansen, Arno Neri Batschauer -, expulso do parque fabril pelos operários em 2002 (Borba, 2007; Fernandes, 2012).

Nesta troca familiar de cadeiras, Elizeth Hansen Batschauer passou a administrar seus negócios a partir de três companhias pertencentes ao grupo Hansen e a Cipla tornou-se controlada pela Corporação HB S.A., chamando-se Cipla Indústria

¹ Em dados preliminares do IBGE do Censo 2022, Joinville apresenta um total aproximado de 618 mil habitantes. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/ibge-apresenta-dados-preliminares-do-censo-2022-em-joinville/#:~:text=Na%20ocasião%2C%20a%20equipe%20técnica,habitantes%20do%20município%3A%20618%20mil>. Acesso em: 17 mai. 2023.

de Materiais de Construção S/A. Além da Cipla, Elizeth ficou ainda com a Profiplast e com a Interfibra. Porém, o principal executivo das empresas do casal foi o marido, Luis Batschauer, que modificou a estratégia empresarial, diversificando-as em suas linhas de produtos e outras ações, visando mais as relações comerciais com a abertura de filiais e escritórios de venda por todo o país buscando o consumidor final (Borba, 2007).

Ressalta-se que o plano de Batschauer em atacar várias frentes do mercado dava-se intensamente por meio da Corporação HB, operando em setores de vigilância, conservação e limpeza, recursos humanos, segurança do trabalho e etc. Suas empresas trabalhavam entre si. A Corporação HB chegou a faturar no ano de 1989 US\$200.000.000 com sua internacionalização e, a partir de 1990, acrescida de empreendimentos alimentícios, tecnológicos, de importados, artes gráficas, turismo, negócios náuticos, aéreos e consultorias (Borba, 2007).

Naturalmente, tamanha acumulação e reprodução do capital alçou Luis Batschauer e seu irmão, Anselmo, vice-presidente da Corporação HB, a uma posição de destaque entre as classes dominantes catarinenses. Essa repercussão é dilatada por ações culturais dos empresários que, ainda em 1989, passam a patrocinar artistas plásticos. Isto o auxilia em sua “projeção e consolidação da marca corporativa” (Borba, 2007, p. 76).

Um exemplo curioso trata-se de Mário Avancini² e suas obras³, que possuía um contrato com a Cipla (Borba, 2007). Após a ocupação operária, elas foram encontradas jogadas em depósitos no parque fabril. E estes, ao controlarem a fábrica, as recuperaram e doaram ao Museu de Arte de Joinville para serem preservadas e expostas à sociedade, ao invés da anterior condição de descarte sob o domínio dos Batschauer (Maritania, 2024).

Retornando à história das empresas, vemos como a crise financeira afetou estes capitalistas ainda no início dos anos 1990 sob a justificativa de ser resultado

² Mário Avancini foi um escultor autodidata, nascido em Rodeio/SC em 1926 e falecido em Joinville em 1992. De um trabalhador que calçava ruas da cidade, tornou-se o Artista da Pedra, renomado artista plástico catarinense. Galeria 33. Disponível em: <<https://www.galeria33.com/mario-avancini>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

³ Segundo Gonçalves e Moraes (2021), destacam-se: “Mão Tecelã”, escultura inaugurada em 8 de março de 2000, véspera do aniversário de Joinville, em frente à indústria têxtil Döhler - empresa do futuro prefeito Udo Döhler (2013-2020), e “O Calceteiro”, representando a primeira profissão deste artista, está localizada na Praça do Calceteiro, nas proximidades da Ponte do Trabalhador, no bairro Boa Vista. Ambas exemplificam o quanto a arte presente em monumentos públicos locais acionam a representação da “cidade da ordem e do trabalho”

das políticas econômicas do Governo Fernando Collor de Mello. Férias coletivas, reduções salariais e demissões aos trabalhadores marcaram Cipla e Interfibra neste período. Destaca-se que em junho de 1990 foi realizado um movimento grevista pelo sindicato da empresa, sendo combatido por sua direção privada (Borba, 2007).

Essa situação se estendeu por toda a década, obrigando novas transformações administrativas nas empresas de Batschauer, buscando conter sua quebra e manter seus lucros. O administrador Jonecir Alberto Borba (2007) expõe a nível crítico - e cômico - da crise da fábrica em maio de 1995:

observa-se em um memorando emitido pelo então Vice-presidente, Sr. Anselmo Batschauer: 'Cortar café como um todo. Fornecer água quente para quem quiser trazer seu próprio café ou chá' [...] O acúmulo de passivo trabalhista, tributário e compromissos com fornecedores se reverteram em inúmeras ações trabalhistas, títulos protestados, autuações, penhoras e especulações, gerando clima de insegurança e greves, que por consequência afetaram as vendas e agravaram ainda mais a situação das empresas. (Borba, 2007, p. 81)

Todavia, é preciso contextualizar o período, a partir da conjuntura econômica latino-americana. Ainda que não na mesma proporção que no presente (Mascaro, 2018), a crise capitalista nos anos 1990 convulsionou as economias no continente. Como demonstra Josiane Lombardi Verago (2011), entre 1996 e 1999, o Brasil teve uma média de 6 mil falências de empresas ao ano, enquanto na Argentina, entre 1998 e 2001 - ano em que o país teve revoltas sociais e 5 presidentes - a média anual era de 3.500 quebras.

Como resultado, o Brasil teve cerca de 150 empresas falidas ocupadas pelos trabalhadores apenas na década de 1990, porém, todas estas ocupações baseadas no cooperativismo (Verago, 2011). Na perspectiva marxista, o cooperativismo leva os trabalhadores a trocarem seus direitos trabalhistas não pagos por parte ou totalidade dos bens da empresa falida, via processo judicial-trabalhista, ou a se tornarem arrendatários dos bens das empresas para seguir administrando-as (Verago, 2011). De toda forma, o objetivo desta "solução" é a conquista dos trabalhadores da propriedade privada para si, transformando-os em "operários-patrões" (Luz, 2024).

Segundo Verago (2011), no capitalismo, o cumprimento do papel de proprietário apresenta-se como uma contradição tanto subjetiva aos trabalhadores enquanto identidade e referência de classe, quanto às próprias formas de

organização e ação coletivas. E foi justamente esta uma das principais polêmicas travadas pelos controladores - como eram chamados os trabalhadores e dirigentes políticos de Cipla e Interfibra Ocupadas - do Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), frontalmente contrários ao cooperativismo, como veremos no capítulo dois desta dissertação. Nele, veremos também como ressoam algumas memórias dirigentes referentes à necessidade de reconhecimento sobre as disputas entre cooperativismo versus estatização sob controle operário.

Mas, antes deste conflito teórico e prático a partir de outubro de 2002, mais precisamente em 1998, Luis Batschauer, proprietário das futuras fábricas ocupadas, e seu irmão Anselmo acabaram condenados a 18 meses de prisão. Eles deviam aos trabalhadores, ao Estado e à produção o recolhimento de INSS, FGTS, rescisões contratuais, 13º salários e folha de pagamento, além da falta de abastecimento de matéria prima e outros compromissos (Borba, 2007). As condenações, que naturalmente não mantiveram-os presos, minaram suas credibilidades.

Conhecer essa trajetória das fábricas do Grupo Hansen e, no ato das ocupações, da Corporação HB auxiliam-nos a visualizar a dimensão deste evento extraordinário empreendido pelos trabalhadores e dirigentes políticos de Cipla e Interfibra Ocupadas, a partir de outubro de 2002. Para tanto, a presente dissertação tem como objetivo problematizar o estudo da memória como uma possibilidade de compreender o patrimônio industrial para além de sua manifestação tangível, a partir do Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO) na Cipla e Interfibra, na cidade de Joinville/SC, entre 2002 e 2007.

O movimento, àquela altura ainda interno, partiu de ações em janeiro do mesmo ano com a paralisação de atividades pelos operários, que, de pronto, foram demitidos por justa causa. Ao todo, 78 trabalhadores foram mandados embora da Cipla neste ato (Borba, 2007). O decorrer dessa paralisação será abordada em fontes jornalísticas, memórias de participantes, transformadas em fontes pela História Oral, e bibliografias que tratam das ocupações, ao longo desta dissertação.

As aproximações à história e ideologia dominante em Joinville também são fulcrais para esta pesquisa. Sua ideia enquanto “cidade da ordem e do trabalho” será discutida.

Apesar de altamente propagada a partir do estabelecimento germânico em Joinville, em 1851 - ainda Colônia Dona Francisca -, foi compartilhada entre todas as frações das classes dominantes locais, como os luso-brasileiros. De modo geral,

buscavam caracterizar os trabalhadores joinvilenses como “ordeiros” em uma sociedade “sem conflitos”, aclamando-a como uma “cidade alemã”, mesmo que isso não obtenha concretude estatística (Costa, 1996; Coelho, 2011).

Joinville enquanto referência industrial catarinense desde o fim do século 19 e acrescida profundamente nos anos 1970 por ondas migratórias estaduais, interestaduais e internacionais, já foi altamente estudada por pesquisadores comprometidos com uma história vista de baixo⁴. Estes nos oportunizam contestar tal cultura e formação social, explicitando uma intensa luta de classes presente na cidade (Costa, 1998; Souza, 1998; Cunha, 2008; Souza, 2009; Coelho, 2011; Gruner, 2017; Freire, 2017; Klöppel, 2022). Esta questão perpassa todo o trabalho aqui empreendido.

Para tanto, essa pesquisa foi orientada pela Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli e coorientada pela Prof. Dra. Daniela Pistorello, sendo destinada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville, e com bolsa PROSUC/CAPES (modalidade II), a partir de 2022. Utilizando-se do objeto histórico do Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO) em Cipla e Interfibra (2002-2007) o problema de pesquisa surgiu da seguinte indagação: tendo o caso das fábricas ocupadas como contraposição à ideologia dominante de Joinville/SC, que se apresenta como a “cidade da ordem e do trabalho”, seria sua memória *patrimonializável*? Aqui, a discussão dessa problemática busca contribuir aos profícuos estudos contemporâneos do patrimônio industrial, que compreendem a memória relacionada ao trabalho, à indústria e suas relações sociais como patrimonializáveis.

Essa concepção passou a ser sistematizada da Carta de Nizhny Tagil de 2003, elaborada pela Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH, que descreve este campo como responsável por entender os valores históricos, tecnológicos, sociais, arquitetônicos e científicos destes espaços produtivos (Nizhny, 2003). Porém, ressalta-se que não era algo inédito, visto que, no Brasil, produções e discussões de pesquisadores deste caráter já eram realizadas desde os anos 1970:

⁴ Perspectiva desenvolvida pelo historiador marxista britânico E.P. Thompson (1924-1993) defendendo a ideia o resgate e o compromisso político de tornar a classe trabalhadora protagonista nas historiografias, compreendendo suas culturas, tradições, visões e ações, em oposição à historiografia oficial do Estado e das classes dominantes.

No mesmo ano em que foi firmada a Carta de Nizhny Tagil (alguns meses antes, no mês de março), um grupo de interessados, acadêmicos e não acadêmicos, havia se reunido em São Paulo, em uma sala da Escola de Sociologia e Política, para subscrever uma Carta Manifesto que estabelecia um “Comitê Provisório pela Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil”, iniciativa que desembocou na criação do Comitê Brasileiro para a Preservação Patrimônio Industrial, fundado no ano de 2004 durante um encontro na Universidade Estadual de Campinas. [...] Trabalhos [...] vinham embasando uma metodologia e uma reflexão sobre o tema no Brasil. (Meneguello, 2011, p. 1826-1827).

Internacionalmente, a ideia também passou por reflexões a partir dos Princípios de Dublin (2011), do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, trazendo a ideia que os bens industriais são muito mais que o *pedra e cal* (Fonseca, 2005; Chuva, 2012), pois são intangíveis a partir das vivências e narrativas de trabalhadores e demais pessoas envolvidas nos ambientes de produção. Isto coloca o local de trabalho como um espaço de memória, sendo, nesta perspectiva, uma construção de identidade e de imaginários dos protagonistas das fábricas, os operários (Ferreira, 2009).

A esta espécie de pesquisa acerca do Patrimônio Industrial, Cristina Meneguello (2011) aponta para três possibilidades de abordagens: as dimensões físicas dos sítios industriais; a identificação e inventariação de maquinários, esculturas, vitrais, etc. das fábricas e, por fim, a memória do trabalho, isto é, aquilo que está vinculado ao conhecimento técnico, o fazer operacional, mas, principalmente, as sociabilidades, aspirações e vivências dos operários, resumidas como cultura industrial.

Nesta última possibilidade, evidencia-se a vida humana, aquela que opera a máquina e produz a riqueza social. Esta riqueza que não se restringe ao produto e ao capital, mas acessa a memória do trabalho, os saberes e as ciências desenvolvidas no espaço fabril e na sociedade. Embora sejam elementos que, materialmente, são ritmados pelo modo de produção capitalista, também podem contestá-lo, visando sua superação. Contribui a isso a perspectiva de Ferreira (2009) que aponta para essa transformação do patrimônio industrial em um “dever de memória” diante ao processo de desindustrialização, do desemprego e da crise política no Brasil.

Assim, trabalhou-se a memória entendendo-a como fornecedora de informações fundamentais para pluralizar as narrativas do passado por seu caráter

diverso e carregado de interpretações inéditas, sejam memórias palatáveis ou indigestas (Rodrigues, 2010). Deparei-me com estes aspectos nas entrevistas orais.

Uma referência crucial para os estudos da memória, o antropólogo Joël Candau (2010 e 2021) explicita como a memória é construída individualmente, mas que quando acionada a determinados objetos é atravessada pelo compartilhamento de lembranças, ideias e desejos. Outra característica encontrada nas fontes orais do trabalho, que mesmo tendo memórias diferentes, tanto por suas posições nas ocupações, quanto pela idade, apresentaram, por exemplo, eventos marcantes em comum, até mesmo aqueles que admitiram não estar presencialmente, mas que a socialização de tais memórias foi tamanha que encravou filmes em suas mentes.

Com estas considerações, digamos, pró-patrimoniais, o atento leitor pode, corretamente, se indagar sobre a motivação deste trabalho ter como seu título: “O (anti)patrimônio industrial: as ocupações fabris em Joinville/SC (2002-2007)”. Assim, respondo que isto reside na assimilação da radical crítica patrimonial do antropólogo Pablo Alonso-González (2019), que formulou sua proposta baseado em um objeto muito específico, a saber, seu incômodo com o desaparecimento de típicas relações sociais de Maragatería, na Espanha, quando constitui-se como recurso patrimonial oficializado.

Nesta sua obra de fôlego, Alonso-González, questiona o patrimônio cultural, afirmando-o como uma forma social fetichizada, isto é, alienante, e historicamente determinada pelo modo de produção. Trata-se de uma abordagem materialista histórica-dialética, ferramenta de análise central também para o presente trabalho.

Instigante, Alonso-González propôs seu trabalho como “simultaneamente uma reflexão que nos permite pensar o patrimônio de forma diferente, um conjunto de histórias [...] e o reflexo da minha trajetória pessoal como investigador” (2019, p. 32). Sem dúvidas, esta dissertação também se filia a estes preceitos, obviamente sem as mesmas pretensões transformadoras do pensamento patrimonial, mas com iguais motivações.

Na prática e em última instância, Alonso-González polemiza com qualquer patrimonialização institucional e autorizada, pois, segundo ele, num mínimo grau que seja, esta ferramenta acaba por reproduzir a lógica positivista e iluminista do patrimônio, mantendo a abstração epistemológica da modernidade capitalista. Para o autor, o que podemos definir como o *antipatrimônio*, deve-se recusar o caráter trans-histórico do patrimônio, compreendendo-o a partir de sua existência como algo

abstrato e metacultural historicamente determinado. Isto obriga a problematização do fetiche patrimonial promovido por estes estudos e seus resultados, desejando devolvê-lo ao seu sentido material, que coisifica as relações, as memórias, as narrativas e significados (Alonso-González, 2019).

No Brasil, esta discussão pode ser situada nos trabalhos do crítico literário Márcio Seligmann (2015), que aponta para o *antimonumento*, coisificações de memórias e patrimônios difíceis (Meneguello e Pistorello, 2021) como instrumento de contestação ao Estado e suas violências. Essas novas representações também obtiveram novas estéticas, utilizando materiais mais leves e delicados ao invés do brutalismo da pedra, por exemplo. As palavras e os modos sensíveis de expressar os traumas passaram a protagonizar tais antimonumentos. O período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) é um dos representados desta forma, como vê-se no *Monumento Tortura Nunca Mais*, no Recife-PE, de 1993, que demonstra o pau-de-arara, método utilizado pelos militares para torturar presos políticos.⁵

Nesta pesquisa, tal perspectiva assume o papel de compreender um possível anseio patrimonial e a discussão das memórias como representações que contrapõem a ideologia, os monumentos e os documentos das classes dominantes, possuindo honestas intenções do presente, que vislumbra um outro futuro. Portanto, historicamente determinadas pelas relações políticas de quem o propõe (Oliveira, 2017; Alonso-González, 2019).

Porém, mais que isso, baseado na ferrenha crítica do que chama “máquina patrimonial” - dispositivo de governabilidade que impõe patrimônios -, conclui-se que as patrimonializáveis memórias de trabalhadores e dirigentes comunistas não precisam ser, de fato, patrimonializadas para cumprir sua “função” de nutrir os objetivos de seus formuladores, as pessoas, pois elas estão vivas nas mentes e corações do cotidiano.

Aqui, defende-se isto a partir das fontes produzidas com as entrevistas orais, com base na metodologia da História Oral, realizadas com quatro participantes diretos do Movimento das Fábricas Ocupadas em Cipla e Interfibra. Trabalhadores que, mesmo não estando no chão de fábrica, dedicaram anos de suas vidas para integrar

⁵ ORIÁ, Ricardo. Antimonumento: passados sensíveis, memórias traumáticas. IDBCult, 2020. Disponível em: <<https://www.ibdcult.org/post/antimonumento-passados-sensíveis-memórias-traumáticas>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

esse assalto aos céus joinvilenses, que lutou pela estatização de fábricas sob o controle operário (Colzani, 2024; Mariano, 2024; Camargo, 2024; Luz, 2024).

As entrevistas orais foram construídas sobre um projeto elaborado e fundamentado previamente com o roteiro básico do grupo de estudos do patrimônio industrial – PAIN, na Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, estabelecido por meio do projeto “Entre lugares e memórias: um estudo histórico sobre patrimônio industrial e políticas de desenvolvimento no norte de Santa Catarina (século XX - XXI)”, financiado pela FAPESC. Essa ficha é concebida como uma metodologia padrão utilizada para analisar outros bens industriais da cidade de Joinville, por pesquisadores ligados ao mesmo grupo. A proposta foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univille e seus resultados foram analisados apoiado em referências bibliográficas como Thompson (1992), Portelli (1997), Alberti (2003), Meihy (2006) e Coelho e Sossai (2014). Neles, compreende-se como a produção de novas fontes e documentos enriquecem pesquisas comprometidas em vocalizar aqueles que constantemente são silenciados. Ao contrário das velhas concepções, estes são capazes de compartilhar suas expressões, experiências e saberes não oficializados pela escrita histórica.

Para acessar tais discursos, nesta pesquisa encontram-se memórias de protagonistas e dirigentes políticos deste *sui generis* processo da história do movimento operário brasileiro em Cipla e Interfibra. Essas ações perpetradas pelos operários das fábricas, foram dirigidas ideológica, jurídica e politicamente pela Organização Comunista Internacionalista (OCI), nova designação da *antiga* Esquerda Marxista (EM), seção brasileira da Corrente Marxista Internacional (CMI) - Internacional Comunista Revolucionária (ICR).

Quanto à história das ocupações, é importante registrar que no seu começo este grupo político comunista chamava-se Corrente O Trabalho. Contudo, em 2006, passou por uma profunda cisão, como relata o entrevistado Adilson Mariano, professor de História e ex-vereador de Joinville entre 2001 e 2016:

Dentro da própria organização da Corrente O Trabalho, teve problemas. Como tinha uma fábrica ocupada, essa fábrica ocupada começou a colocar para dentro da organização muito operário. E aí a direção majoritária, que tinha uma característica pequeno burguesa, começou a ficar com medo de perder o controle da organização. E acabou perdendo realmente, porque a organização, essa parte operária, começou a crescer muito por conta do combate, da intervenção e tal. [...] os operários e essa parte da organização

que está na luta de classe, que está envolvida nas lutas das fábricas, vai acabar se tornando maioria na organização e vai ganhar o Congresso. Isso vai acabar, inclusive, gerando a cisão [...], porque daí essa corrente pequeno-burguesa [...] vai se tornar minoria, vai perder [...] a direção da organização, e aí vai recorrer a (IV) Internacional para fazer uma cisão e vai expulsar a maioria que ganhou o Congresso. Então é um processo bem interessante que se desenvolve, onde parece que os caras não queriam que tivesse movimento operário dentro da organização. Então [...] essa maioria (eleita no congresso) vai ser expulsa pelo Secretariado da Corrente O Trabalho. Aí vai se constituir inicialmente em Corrente O Trabalho (Maioria) [...] E depois vai se tornar a Esquerda Marxista, que é hoje a OCI, que está, até os nossos dias, organizada e militando na luta de classes. (Mariano, 2024)

A partir desta memória, buscaram-se documentos produzidos por militantes e por acadêmicos, visando aprofundar e discutir essa narrativa. Assim, podemos construir uma breve “árvore genealógica” desta organização política no Brasil para entender os meandros destas disputas.

Em 1976, em meio à ditadura militar, fundou-se a Organização Socialista Internacionalista (OSI), reunindo cerca de mil militantes pelo país, evidentemente, na clandestinidade. Ela surgiu da fusão de vários grupos de orientações trotskistas: Organização 1º de Maio, Organização Marxista Brasileira, Fração Bolchevique-Trotskyista e Grupo Outubro, participando internacionalmente do Comitê de Organização pela Reconstrução da 4ª Internacional (CORQUI). Esta tinha como sua ala de juventude a reconhecida Liberdade e Luta, famosa no movimento estudantil brasileiro por lançar a palavra de ordem “Abaixo a Ditadura” durante os anos de chumbo (Silva, 2001; Luta de Classes, 2007; Aviz e Dias, 2021).

Segundo a revista Luta de Classes⁶, primeira publicação teórica da Esquerda Marxista, em sua edição nº 2 de 2007, a OSI possuía uma composição majoritariamente pequeno-burguesa e sectária, isto é, de distanciamento das massas por um suposto “purismo” do “verdadeiro marxismo”. Na fonte citada, na avaliação da Esquerda Marxista, isto teria conduzido inicialmente a OSI em não se envolver na constituição do Partido dos Trabalhadores (PT), que arrastava e empolgava as massas trabalhadoras no fim dos anos 1970 com as greves do ABC paulista. Esta posição da OSI, avessa ao PT, transformou-se em 1980, quando, em seu 4º

⁶ Revista da Esquerda Marxista do PT publicada em 2007, responsável por divulgar posicionamentos e discussões teóricas e de fôlego desta organização política. Foi substituída em abril 2009 pela revista intitulada “América Socialista: em defesa do marxismo” (ISBN: 2764-0752), publicada pela seção brasileira da Corrente Marxista Internacional, a Organização Comunista Internacionalista (Esquerda Marxista), sob a direção de Serge Goulart e a edição de Maritania Camargo. Em 2024, está na sua edição 24.

Congresso, decidiu entrar no partido, mantendo sua independência política internamente.

Foi neste momento que os trotskistas brasileiros compreenderam a profundidade do que estava acontecendo no Brasil e no mundo. A OSI integrou o PT com seus 1.000 militantes e com o objetivo traçado de chegar a 2.000 militantes até o 5º Congresso em 1981. A ditadura começava a se desagregar, o PCB entrava em crise profunda e mortal, a classe operária e a juventude se lançavam às ruas e construíam ou reconstruíam suas organizações (CUT, sindicatos, UNE, UBES, etc.) com um entusiasmo revolucionário. (LUTA DE CLASSES, 2007, p. 10).

Neste momento, a OSI cumpriu papel importante dentro do PT contra a participação de seus deputados no Colégio Eleitoral da ditadura, que buscava continuar nomeando os presidentes.

Entretanto, os anos seguintes foram de estagnação no crescimento e atuação da OSI até sua crise de 1986-87, quando sua direção passou por uma cisão, carregando centenas de militantes para a outra corrente petista, a Articulação, controlada por Lula da Silva. Enquanto isso, a outra parte fundou a Corrente O Trabalho (Silva, 2001). Internacionalmente, o Comitê ao qual a OSI compunha também passou por uma série de rachas em suas direções, devido às conjunturas de países como a Nicarágua, a França e a Argentina (Luta de Classes, 2007).

Ao longo das décadas seguintes, construiu-se a Corrente O Trabalho, mas, em seu 26º Encontro, de junho de 2006, estourou uma nova divisão, como relatada por Adilson Mariano (2024). De um lado estava fração comandada por membros do Secretariado Internacional, os franceses Daniel Gluckstein e Pierre Lambert; do outro, estava a fração liderada por Serge Goulart, que seguia defendendo a teoria da revolução permanente de Leon Trotsky contra a “linha da democracia”, oriunda da seção francesa dos dirigente mencionados. No Brasil, esta linha se traduziu no apoio irrestrito ao governo Lula. Evidentemente que as Fábricas Ocupadas em Joinville, dirigida pelo grupo comunista de Goulart, tiveram papel central neste conflito, visto que suas reivindicações, como a de estatização das fábricas sob controle operário, não eram atendidas pelo governo federal (Silva, 2001; Luta de classes, 2007; Verago, 2011).

Foi, então, que, em abril de 2007, a Conferência Nacional da Corrente O Trabalho (MAIORIA) aprovou a troca de nome da organização para Esquerda Marxista, buscando expressar a orientação política do grupo dentro do PT (Luta de

classes, 2007). Esta organização seguiu no partido até 2015, quando, analisando àquela conjuntura, considerou que o PT não mais representava um partido de esquerda capaz de catalisar seus anseios revolucionários e retirou-se de suas fileiras⁷. Em 2017, a Esquerda Marxista passou a integrar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) sob a análise de ser um novo partido capaz de mobilizar a juventude à esquerda⁸.

Contudo, essa atuação findou-se no 8º Congresso da Esquerda Marxista, em 2023, como resultado das ações da direção nacional do PSOL, que, segundo o Comitê Central da EM, abandonou a crítica ao PT, adaptando-se por completo às instituições do Estado burguês. Neste mesmo momento, a EM também decidiu mudar seu nome para Organização Comunista Internacionalista (OCI), sob a justificativa - em consonância com a Corrente Marxista Internacional (CMI), a qual representa no Brasil - do início de um novo período histórico onde, principalmente a juventude, passa a se identificar com o Comunismo diante da crise capitalista⁹.

Esta apreciação histórica da organização política responsável pela direção do Movimento das Fábricas Ocupadas faz-se importante para situar o leitor nas discussões travadas pelas páginas dos jornais joinvilenses, das memórias militantes e das bibliografias pertinentes. E, novamente, auxilia na discussão de um (anti)patrimônio: vivo, disputado e forjado no cotidiano proletário.

Ressalto, por fim, que, além do interesse historiográfico e patrimonial enquanto historiador e professor na rede estadual de ensino em Joinville, esta pesquisa também foi realizada devido meu trabalho político enquanto militante da Organização Comunista Internacionalista (OCI). Sem dúvida, inconscientemente ou não, as comemorações dos 20 anos das ocupações em 2022 - ano que iniciei o mestrado -, promovidas por esta organização, impulsionaram as motivações para o referido estudo.

⁷ Esquerda Marxista decide sair do PT e lutar por uma frente de esquerda. Esquerda Marxista, 2015. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/esquerda-marxista-decide-sair-do-pt-e-lutar-por-uma-frente-de-esquerda/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

⁸ GOULART, Serge. Executiva nacional do PSOL aprova entrada da Esquerda Marxista. Esquerda Marxista, 2017. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/executiva-nacional-do-psol-aprova-entrada-da-esquerda-marxista/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

⁹ 8º Congresso da Organização Comunista Internacionalista (Esquerda Marxista). A Esquerda Marxista, agora Organização Comunista Internacionalista, decide sair do PSOL para continuar seu combate contra o imperialismo, a direita e a política do governo Lula. Organização Comunista Internacionalista, 2023. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/a-esquerda-marxista-agora-organizacao-comunista-internacionalista-decide-sair-do-psol-para-continuar-seu-combate-contra-o-imperialismo-a-direita-e-a-politica-do-governo-lula/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

Esta posição pessoal intensifica o que Edison Luiz Saturnino (2020) alertou sobre as intersubjetividades nas entrevistas orais. Nelas nos deparamos com relações “onde o pesquisador e o pesquisado produzem a si no mesmo movimento que definem o lugar do outro” (Saturnino, 2020, p. 260). É legítimo e honesto esta preocupação, assim como explicitar os interesses em jogo.

As produções independentes do conjunto deste grupo em 2022, com edições de seu jornal e, principalmente, da Revista América Socialista n° 21 (2022)¹⁰, material teórico semestral da OCI, foram expressões contemporâneas da imprensa, da memória e das posições políticas sobre o MFO. As publicações militantes sobre o tema são inúmeras, sendo um conjunto de ricas fontes produzidas pelos controladores, durante e depois do processo, disponíveis à pesquisa em blogs, sites, jornais, revistas e outros materiais, principalmente da OCI e seus militantes.

Porém, esta dissertação optou por não utilizá-las, mas sim os discursos realizados pela imprensa oficial com a pesquisa documental realizada no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), a produção de novas fontes a partir do acesso a memórias de integrantes das Fábricas Ocupadas e a discussão com bibliografias acadêmicas já produzidas sobre o objeto (Nascimento, 2004; Paulucci, 2007; Dal Ri e Vieitez, 2007; Borba, 2007; Verago, 2011; Tadokoro, 2013; Castro, 2015).

Assim, a presente pesquisa organizou-se em três capítulos: 1. “Os jornais “A Notícia” e “Diário Catarinense” diante do controle operário em Joinville/SC, Brasil (2002-2007)”, discutindo veículos da imprensa local, suas histórias e intenções, por meio de uma seleção de suas publicações relacionadas às ocupações, através da pesquisa histórica e de fontes bibliográficas; 2. “Vozes das ocupações: vai que essa memória pega?”, apresentaram-se e analisaram-se memórias de pessoas diretamente implicadas em Cipla e Interfibra Ocupadas, por meio da metodologia da História Oral e de base bibliográfica; 3. “A patrimonializável memória proletária”, pretendeu-se problematizar o patrimônio industrial utilizando referências críticas do campo à luz das memórias dos controladores. Convido todos à uma leitura crítica, mas à vontade para fazê-la respeitando seu direito à preguiça e fora da ordem¹¹.

¹⁰ AMÉRICA SOCIALISTA: em defesa do marxismo / Corrente Marxista Internacional. São Paulo: Editora Marxista, 2022. 48 p. Semestral. Vol. 1, n. 1 (abr. 2009) - ISSN 2764-0752

¹¹ Referências às obras de Paul Lafargue (1883) e Caetano Veloso (1991) em jocosa oposição a alcunha joinvilense.

1. Os jornais “A Notícia” e “Diário Catarinense” diante do controle operário em Joinville/SC, Brasil (2002-2007)

Quem noticia o “tumulto”?

Uma fábrica ocupada e controlada por operários, sem patrões, será sempre um caso extraordinário sob as égides do modo de produção capitalista. Trata-se de uma organização da produção que contrapõe a própria razão de ser de um regime de propriedade privada. Essa foi a realização de operários e militantes políticos nas fábricas de transformação de plástico Cipla e Interfibra, entre 2002 e 2007, em Joinville (SC), constituindo o Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), angariando uma atenta e dedicada repercussão da grande imprensa da cidade no processo.

O MFO conformou-se em 2002 com a união destas três fábricas do mesmo ramo: a Cipla e a Interfibra, situadas na cidade catarinense, e a Flaskô, na cidade de Sumaré (SP), todas pertencentes ao grupo Corporação Holding do Brasil, resultado de uma cisão da Companhia Hansen Industrial S.A. (Musto, 2012, p. 19). E, em seu auge, alcançou 30 fábricas ocupadas pelo Brasil (Verago, 2011).

Joinville é a maior cidade de Santa Catarina em população, localiza-se no norte do estado, apresenta mais de 600 mil habitantes¹² e remonta, segundo sua história oficial, à colonização germânica de março de 1851. Seria uma colonização agrícola, mas que “rapidamente ergueu pilares que a fariam comunidade referencial ainda no período colonial” (Ternes apud Gehlen, 2021, p. 5), sendo capaz de transformar-se de “polo comercial em matriz industrial e, desta, em cidade de serviços, guardando nos dias de hoje, forte espírito empresarial, de pioneirismo e inovação” (Ternes apud Gehlen, 2021, p. 5).

Tamanho destino empreendedor capitalista é permanentemente reforçado pelos ideólogos oficiais, políticos e imprensa do município, como se pode verificar, por exemplo, na obra que comemora os 110 anos da Associação Empresarial de Joinville (Acij), de Joel Gehlen (2021). Esse sonho liberal promove o sumário

¹² Em dados preliminares do Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Joinville apresenta o total aproximado de 618 mil habitantes. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/ibge-apresenta-dados-preliminares-do-censo-2022-em-joinville/#:~:text=Na%20ocasião%2C%20a%20equipe%20técnica,habitantes%20do%20município%3A%20618%20mil>. Acesso em: 17 mai. 2023.

apagamento, por exemplo, das populações ali já estabelecidas de trabalhadores negros escravizados e seus senhores luso-brasileiros.

É importante reiterar que no empreendimento da Sociedade Colonizadora de Hamburgo tal discurso viceja desde sua criação, compreendendo o trabalho como “fonte de valores, virtudes e de progresso ou ainda como uma vocação divina” (Cunha, 2008, p. 127). Longe de suas terras europeias por causa da crise econômica, social e política de 1848, os laureados germânicos buscaram construir no norte catarinense uma sociedade que cultuasse o trabalho como dever ético e moral. Isso porque os gestores da Colônia Dona Francisca¹³, como foi inicialmente chamada a atual Joinville, visavam consolidar um local de desenvolvimento e exploração para suas riquezas no contexto de industrialização e expansão do capitalismo, em um Brasil Imperial no processo de algumas mudanças, como a Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras, ambas de 1850, e as pretensões civilizatórias do Governo Imperial e das frações ilustradas da elite nacional.

Contraditório ou não, nesta cidade, de referida trajetória ontologicamente capitalista, gerou-se uma experiência extraordinária de ocupação e controle operário de fábricas, requerentes da estatização de suas fábricas, mantendo essa organização produtiva. Fábricas, aliás, que também eram símbolo desta história oficial: “reconstituir a história da Cipla [...] é resgatar a trajetória do fundador, visionário e empreendedor”, o burguês João Hansen Júnior, um homem de “espírito empreendedor” (Borba, p. 67 e 76).

Tendo isso em vista, considera-se que o atual apagamento do controle produtivo por operários e comunistas em Joinville não é ingênuo ou involuntário, mas intencional, por destoar da fábula liberal que permeia o imaginário joinvilense. Tais ocupações fabris ocorreram em um contexto histórico marcado por mudanças socioeconômicas, em razão do aprofundamento das políticas ultraliberais e da crise capitalista na virada do século XX ao XXI (Verago, 2011).

Nessa perspectiva, essas experiências dirigidas pelo MFO possuem características particulares, como a não adesão ao cooperativismo em defesa do autointitulado controle operário, sintetizado pela, já mencionada, exigência de

¹³ Em 1843, a princesa Francisca de Bragança, irmã de Pedro II do Brasil, casou-se com o príncipe francês Francisco Fernando de Orleans, o qual passou a ter o título de príncipe de Joinville. As terras no norte catarinense eram o dote ao europeu. Este, em 1848, negociou parte desse dote com a Sociedade Colonizadora Hamburguesa, por causa das condições financeiras decadentes da família real após a queda do rei Luís Felipe, na França.

estatização das fábricas ocupadas com base em um projeto político internacionalista, de cunho marxista, interligado a movimentos operários semelhantes a de outros países do continente e do mundo, pautando a expropriação geral das burguesias sem indenização (Dal Ri e Vieitez, 2007; Paulucci, 2007).

No específico caso de Joinville, as fábricas Cipla e Interfibra foram ocupadas em 31 de outubro de 2002. Após tensos meses atravessados de paralisações por 24 horas, iniciando-se em janeiro, contra os atrasos constantes do pagamento dos salários e do 13.º, houve a explosão da definitiva greve, que durou oito dias, em 24 de outubro do mesmo ano. Com a ocupação operária, foram formados o Comitê em Defesa de Emprego, do Salário e dos Direitos Trabalhistas em Dia e a campanha de coleta de assinaturas pela Estatização para Salvar 1.000 Empregos, composto por operários, partidos, sindicatos, associações e representantes do poder público.

Em fevereiro de 2003, as fábricas passaram a ser geridas pelo Conselho Administrativo Unificado, eleito em assembleia na Cipla, com 14 representantes, sendo oito deles desta fábrica e seis da Interfibra. Como mostram as páginas dos jornais burgueses de Joinville, todo esse processo foi permeado por disputas e complexidades entre as instituições empresariais, estatais – nacional e internacional –, sindicais e de organizações políticas, finalizando-se com uma violenta invasão da Polícia Federal em 31 de maio de 2007, quando 150 policiais armados decretaram o fim dessas experiências proletárias. Foram substituídos por um interventor judicial, chamado Rainoldo Uessler, contador e administrador judicial, que teve como primeiro ato demitir os trabalhadores eleitos pelo Conselho Operário das fábricas (Verago, 2011).

Ressalta-se também o espaço dado pela imprensa nacional para a resposta reacionária às ocupações, oferecendo voz ativa às posições burguesas, por exemplo, à Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), como aponta a socióloga Josiane Lombardi Verago (2011) em sua tese de doutorado, intitulada *Fábricas ocupadas e controle operário: Brasil e Argentina (2002–2010)*. Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon.

Em 22 de fevereiro de 2007, o Estadão estampou Paulo Skaf, então presidente da Fiesp, agitando para suas bases que o acordo entre a Cipla ocupada e o governo Chávez “desagrada a setores tradicionais da indústria” e que caracterizava sua “ingerência em assuntos internos brasileiros” (Verago, 2011, p. 246). Em 27 de outubro de 2005, operários das fábricas ocupadas participaram, na Venezuela, do I

Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas, onde foi assinado o acordo entre a Petroquímica da Venezuela (Pequiven) e o MFO.

O governo Chávez comprometeu-se a enviar carregamentos de matéria-prima que pudessem colaborar com o Projeto Petrocasa de seu mandato. O projeto consistia na construção de fábricas de materiais plásticos para a construção de casas populares, caindo, portanto, como uma luva para a produção da Cipla, que possuía tecnologia para a realização de casas de policloreto de vinila (PVC). A Cipla ocupada já havia apresentado um projeto semelhante ao governo brasileiro e ao de Cuba, mas somente o governo venezuelano o colocou em prática (Verago, 2011).

Verago (2011, p. 248) também relembra a famosa publicação da revista *Veja* destinada a caluniar os operários e representantes do MFO batizando-os de “O MST das Fábricas”, defendendo a intervenção federal em sua linha editorial. Em ressonância, no mês de maio daquele ano, a Associação Brasileira da Indústria do Plástico exigia no editorial de seu boletim um “repúdio contundente a esse tipo de prática antes que isso se torne cotidiano e prejudique a democracia” (Verago, 2011, p. 247).

Este mês ficou conhecido como Maio Vermelho em que trabalhadores de todo o país se juntaram contra ações judiciais patronais e por direitos trabalhistas, como os operários da Honda e do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, conjuntamente aos operários e militantes do MFO da Cipla e da Interfibra, em Joinville, e da Flaskô, em Sumaré, outra fábrica ocupada pelo mesmo movimento (Verago, 2011).

Esses processos repercutiram nas páginas dos jornais joinvilenses, que, assim como a imprensa geral, se apresentam como entes democráticos, porém majoritariamente são compostos de meios privados de comunicação que possuem papel central no acesso aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos da sociedade. São empresas, negócios com fins lucrativos, o que faz de suas reportagens, exposições e interpretações não expressões da opinião pública, mas publicadas aos interesses de seus capitalistas.

Em *Imprensa e História do Brasil*, Maria Helena Capelato (1988) aponta as produções jornalísticas como fontes cruciais para o trabalho do historiador, porém atenta que esse material deve ser lido com suspeita. Sua credibilidade está longe de ser essencializada, isenta ou pública. Explicitamente, a autora aconselha a compreensão dos “interesses econômicos e políticos” da imprensa, dando-se também atenção tanto para toda a carga e depósito de ideias que possui o jornal quanto para

a linha tênue entre a imprensa oficial e a imprensa oficiosa (Capelato, 1988, p. 20-21).

Já em Robert Darnton (1990), em *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*, em seu capítulo 5, intitulado “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica”, além desse crucial elemento entre o relato dos fatos e os interesses dos donos dos jornais, vê-se a sala de redação, o chão de fábrica dos jornalistas, com suas analogias fabris e hierarquicamente capitalistas, onde os repórteres precisam “conquistar seu status diariamente” (Darnton, 1990, p. 72). O editor-chefe, nomeado pela administração burguesa, comanda o escritório, e os editores-assistentes dirigem grupos editoriais, como esportes, cidade e economia, em extremidades opostas do ambiente, em suas diferentes linhas de produção. Divisórias guiadas pela importância de cada jornalista.

Eles se distribuem em quatro setores. Primeiro, algumas filas de grandes jornalistas liderados por sumidades [...]. A seguir, três filas de redatores e preparadores de texto, que se sentam ao lado das sumidades na frente da sala, de modo que podem ficar perto dos postos de comando na hora do fechamento. Em seguida, uma sequência de veteranos de meia-idade, que fizeram nome e são de confiança para qualquer reportagem. Por fim, um bando de jovens redatores em início de carreira, no fundo da sala, os mais jovens geralmente ocupando os lugares mais afastados. (Darnton, 1990, p. 72).

“O poder do editor sobre o repórter, assim como o do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na maneira de redigir as notícias, como assinalam os estudos sobre o controle social na sala de redação” (Darnton, 1990, p. 77), complementa o historiador francês ao descrever a guerra de egos e interesses públicos e privados em jornais como o *The New York Times*, de Nova York, Estados Unidos, onde trabalhou. Darnton (1990) também se refere aos preconceitos e estereótipos que influenciam os jornalistas em suas coberturas, sobre o que e como deve ser a matéria, como se pode ver em uma das publicações do *A Notícia Joinvilense*, que classificou a greve operária na Cipla de outubro de 2002 como causadora de tumulto. Ora, o que mais seria essa agitação subversiva na cidade da ordem senão uma balbúrdia operária?

Para Darnton (1990, p. 97), auxiliando na compreensão do papel desempenhado pelas fontes encontradas pelo presente trabalho, a matéria jornalística familiariza-se tanto com a notícia enquanto mercadoria produzida na sala

de redação quanto com a maneira de ver o mundo do repórter, do editor e, por último, do financiador – o capitalista proprietário das páginas dos jornais.

Com base nessas considerações iniciais, o presente capítulo teve a intenção de apresentar as produções jornalísticas encontradas e selecionadas no acervo do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) acerca das referidas ocupações fabris, visando problematizar a ideologia dominante da “cidade da ordem e do trabalho”, potência disciplinadora dos trabalhadores locais sob interesses burgueses (Costa, 1996; Cunha, 2008). Portanto, buscou-se refletir sobre a imprensa tendo em vista o ideário oficial da cidade, que, considero, condenar o controle operário da produção, inclusive menosprezando a capacidade proletária de administrar fábricas, buscando moldar e caracterizar a classe trabalhadora local como passiva e defensora do patrimônio privado, especialmente produtivo, apartada do movimento operário. Quando ela sai desse ideal é por influência “estrangeira” (Klöppel, 2022, p. 121).

Para tanto, foram analisados os jornais A Notícia e Diário Catarinense, tanto as edições encadernadas quanto o envelope de recortes intitulado pelo AHJ “Cipla/Interfibra/Ambalit – Grupo Hansen (1)”. Diante deles, com luvas brancas nas mãos, foram realizados registros fotográficos de cada matéria que se relacionava com o tema proposto, a mais antiga datada de 16 de maio de 1996, do Diário Catarinense, cuja manchete diz: “Sem dinheiro: Ex-empregados da Cipla protestam”, do jornalista Fabrício Minussi (seção Economia, p. 21), até o jornal dos dias 2 e 3 de junho de 2007, em que a capa do AN Cidade traz “A Cipla é viável?”, assinada por Marco Aurélio Braga. Foram, ao todo, 37 matérias encontradas, alternando-se entre rápidas notas até extensas reportagens que detalham os momentos, expressando o posicionamento dos jornais diante das ocupações fabris.

Sendo o jornal mais famoso de Joinville, o A Notícia comemorou 100 anos em 24 de fevereiro de 2023. Trata-se, portanto, de um dos veículos de imprensa mais antigos ainda em circulação no Brasil. Nesta efeméride, o jornal realizou uma grande campanha ao longo do ano de seu centenário intitulada “A Joinville que queremos”, com exposições pela cidade de suas páginas históricas e o convite a um “debate sobre o futuro do município”, incluindo seminários em faculdades de jornalismo. Surge a questão: a Joinville que queremos segue sua trajetória de ordem e progresso?

Ironias à parte, um artigo interessante para conhecer a história desse jornal não foi publicado em seu site, mas sim em outro, chamado Portal Making Of, assinado pela célebre pena da historiografia e do jornalismo oficial joinvilense Apolinário

Ternes¹⁴. Nele, em ar ressentido, Ternes (2023) teceu críticas ao fim do jornal de papel, à internet e à forma como ele foi retirado da sala de redação do A Notícia, em 2016. O historiador-jornalista relembrou a fundação do jornal, em 24 de fevereiro de 1923, pelas mãos de Aurino Soares, “com vida fulgurante” até dezembro de 1944, que se comunicava em uma cidade cuja 75% da população falava a língua alemã (Ternes, 2023).

Apolinário Ternes tem propriedade para apresentar esse veículo da burguesia joinvilense, pois teve a tarefa de escrever dois livros sobre a história do jornal ao longo de sua carreira, nas gestões das famílias Thomazi e Fallgatter. Mas, para o presente trabalho, esse artigo de Ternes (2023) é rico por mencionar quem controlou a notícia em Joinville:

Depois de Aurino – 1923/1944 – a empresa teria novos proprietários. De 1946 a 1956, Aderbal Ramos da Silva e a família Alvim, comandaram a empresa. De 1956 em diante, um grupo de 150 empresários assumiu o controle, sob a liderança de três principais acionistas – Helmuth Fallgatter, Baltazar Buschle e Wittich Freitag. No começo dos anos 80, Fallgatter assumiria o controle e o genro, Moacir Thomazi, lideraria fulminante nova etapa na história do jornal, elevando-o à liderança na circulação e à condição de um dos mais modernos jornais do país, com impressão a frio e edições com até 70 páginas, com dezenas de cadernos especiais. Nesta etapa, além de outros importantes jornalistas, Luiz Meneghim liderou o rejuvenescimento do jornal que consolidou sua posição de número um do mercado. Vendido à RBS em 2006, o grupo gaúcho manteve o comando de A Notícia até transferir a empresa e o destino do jornal ao grupo NSC, estranhos ao mundo jornalístico e autores da extinção dos jornais catarinenses do universo impresso. [...] Enfim, os 100 anos de A Notícia simbolizam o auge e a queda, não só de uma empresa, mas de toda a cidade de Joinville (Ternes, 2023).

Essa linha do tempo dos donos do maior jornal local – e principal noticiador da ocupação fabril na Cipla e na Interfibra – é relevante, pois permite conhecer quem eram tais figurões da cidade de espírito empreendedor.

Como dito por Ternes (2023), o substituto do jornalista paranaense Aurino Soares, em 1946, foi Aderbal Ramos da Silva (Memória Política de Santa Catarina, 2022), que, além de banqueiro, jornalista, advogado e sobrinho do político Nereu

¹⁴ Autor de 30 livros sobre a história de Joinville, de Santa Catarina e de empresas da região norte do estado, publica obras regularmente desde 1975. Disponível em: <https://apolinarioternes.com.br/apolinario-ternes/>. Acesso em: 8 jan. 2024. Entre elas, destacam-se: TERNES, Apolinário. **História de Joinville**: uma abordagem crítica. Joinville: Meyer, 1981; _____. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986; _____. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

Ramos e do industrial Celso Ramos, foi também governador de Santa Catarina no mesmo período em que era dono do A Notícia, entre 1947 e 1951.

Já em 1956 vieram três acionistas proprietários, que podem ser mais bem conhecidos por meio da leitura atenta da historiadora Sirlei de Souza (1998), em sua dissertação de mestrado, intitulada “Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville”. No capítulo 1, “A construção da ordem na cidade do progresso”, Souza (1998) apresenta o crucial papel que o A Notícia teve na mobilização social em Joinville em prol do golpe empresarial-militar, uma “fabricação das elites locais” (Souza, 1998, p. 12), sob a orientação e os interesses de seus donos, principalmente Helmuth Fallgatter, prefeito de Joinville entre 1961 e 1966:

A imprensa teve um papel fundamental como articuladora e divulgadora destas manifestações. Não se pode esquecer que o jornal de maior circulação na cidade – A Notícia – era dirigido pelo então prefeito Helmuth Fallgatter, que apoiou abertamente o golpe militar. Este jornal incentivou em seus editoriais as várias manifestações que foram realizadas durante o mês de Março e Abril de 64, em defesa do golpe militar. Sob o título: “Evolução e não Revolução”, o jornal refere-se a “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade” ocorrida em São Paulo, dizendo que a Marcha foi uma demonstração da vontade popular em resolver os problemas do país e garantir a permanência das instituições democráticas. Em uma demonstração de claro incentivo para que a Marcha viesse a ocorrer em Joinville, como de fato ocorreu um mês depois (Souza, 1998, p. 13).

Ao lado de Fallgatter, estavam Baltazar Buschle e Wittich Freitag, que, segundo Souza (1998, p. 26), “exerceram por um longo período 1956-1980 uma grande influência na imprensa local [...] participando em diferentes períodos da administração da cidade”.

Isso é verificado quando se vê que em 1950 Buschle foi eleito para o Conselho Consultivo e Deliberativo da Acij para o biênio 1950–52, assumindo o cargo de segundo tesoureiro (Gehlen, 2021, p. 129). Alçando voos mais altos, em 1956, tornou-se prefeito de Joinville até 1961, substituído pelo já mencionado Fallgatter. Por sua vez, Freitag teve inúmeras legislaturas na câmara de vereadores e fora eleito prefeito em 1983.

Esse retrato exemplificaria não somente o Estado, mas a imprensa, como balcão de negócios e porta-voz da burguesia, como afirmou Karl Marx no Manifesto do Partido Comunista, de 1848?

A linhagem de burgueses e políticos dessa classe controlando o A Notícia não para por aí, pois se seguiu com o genro de Helmuth Fallgatter assumindo o jornal, o empresário, político e professor Moacir Thomazi. Em uma entrevista de 2019 realizada pelo jornalista Claudio Loetz para homenagear e referenciar Thomazi como exemplo do empreendedorismo local, este é apresentado como uma das grandes lideranças do estado, aprendiz de Buschle, Fallgatter e Hans Dieter Schmidt, outro importante burguês local.

Segundo a matéria (Loetz, 2019), Thomazi foi professor de História – do ensino fundamental ao superior –; assumiu o A Notícia aos 29 anos de idade; presidiu a Acij em quatro oportunidades; foi secretário municipal de Educação e secretário de Educação do estado de Santa Catarina; e por mais de 10 anos presidiu o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. Ao longo da obra de celebração da Acij de Gehlen (2021, p. 188), Moacir Thomazi é um dos personagens mais exaltados pelos seus feitos empresariais e, sem perder de vista, por atuar em seus cargos públicos ao mesmo tempo que cumpria mandato no Conselho Deliberativo da Acij, em 1984.

Quanto ao A Notícia, Moacir Thomazi começou a envolver-se com este em 1976, consolidando-se nele em 1979, com a inauguração da nova sede do jornal, ficando em seu comando dos anos 1980 até 2006. Portanto, ao longo de praticamente todo o processo de ocupação das fábricas, o principal veículo comunicador da cidade e das ações do MFO foi controlado por um dos membros mais importantes da elite catarinense, dirigente desde 1977 da Acij. Digno de nota!

O outro periódico que se apresentou como fonte de pesquisa nos acervos do AHJ referente à ocupação foi o Diário Catarinense. Com uma história mais recente, o Diário Catarinense foi fundado em maio de 1986, proclamado como o “primeiro jornal totalmente informatizado da América Latina” (Redação NSC, 2019), de propriedade de Maurício Sirotsky Sobrinho, também dono do Grupo RBS (Rede Brasil Sul), criado em 1957 no Rio Grande do Sul e expandido para Santa Catarina em 1979.

Pode-se conhecer profundamente o processo de consolidação do poder midiático do conglomerado RBS e a potência para o estado catarinense do Diário Catarinense por meio da dissertação de mestrado de Daniel Piassa Giovanaz (2015), intitulada “Da conquista do canal 12 à compra do jornal A Notícia: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina”. Vale dizer que, desde 2017, ambos os jornais são propriedade do Grupo NSC Comunicação, que,

por sua vez, é propriedade do Grupo NC, do empresário Carlos Sanchez, 39º bilionário do Brasil, segundo a Forbes (2023).

Segundo Giovanaz (2015, p. 23),

O município mais populoso de Santa Catarina, Joinville, era o local de mais difícil penetração dos veículos da RBS no início dos anos 2000. A hostilidade do mercado local manifestava-se nos baixos índices de assinatura e circulação do Diário Catarinense, que tinha como principal concorrente o mais tradicional jornal da cidade, A Notícia. Precisamente nesse contexto, em 2006, o conglomerado gaúcho decidiu comprar o veículo joinvilense e tornou-se, enfim, referência de leitura em todas as regiões do estado. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), que ajuizou em 2008 uma Ação Civil Pública para anular aquela negociação sob a acusação de formação de oligopólio, a RBS tornou-se, a partir de então, um império (SANTA CATARINA, 2008, p. 7) – três anos depois, uma sentença proferida pelo juiz Diógenes Marcelino Teixeira julgaria o pedido improcedente e autorizaria a compra, legitimando a concentração de mídia no estado. [...] A compra do jornal A Notícia não apenas consolidou o domínio da RBS no mercado impresso local, mas ratificou a eficácia das articulações políticas estabelecidas por seus gestores desde a entrada em Santa Catarina.

A obra de Giovanaz (2015) dá luz ao papel que a RBS e o Diário Catarinense representaram, ao longo de suas histórias, nos interesses burgueses e, principalmente, a como se consolidaram no mercado ao apoiar, assim como o A Notícia, o golpe e a ditadura empresarial-militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Um fato interessante também lembrado pelo autor foi a contratação de Carlos Machado Fehlberg, ex-secretário de Imprensa do governo Emílio Garrastazu Médici (1969–1974), para o cargo de diretor de redação dos jornais Zero Hora e Diário Catarinense. Tal registro é relevante, já que no século XXI esse grupo de comunicação teve a pretensão de ocultar suas relações com os “anos de chumbo” ou desvincular-se delas (Giovanaz, 2015, p. 41).

As histórias desses veículos de comunicação, brevemente apresentadas e comentadas aqui, ajudam a demonstrar suas funções na sociedade capitalista e como os meios de comunicação no Brasil possuem uma estrutura desregulamentada permissiva às relações de interesses público e privado, sendo grande facilitadores do oligopólio da fala, do acesso à notícia e, conseqüentemente, do pensar (Giovanaz, 2015, p. 41).

Esta introdução buscou, portanto, elucidar como os antagonismos e as lutas dos interesses das classes sociais movem a história até nossos dias, e isso não poderia ser diferente em Joinville, cidade moldada pela ideologia da ordem e do trabalho. Tal acúmulo precisa ser considerado ao deparar, a seguir, com as páginas

dos jornais A Notícia e Diário Catarinense, mesmo levando-se em conta a independência que cada jornalista possui ao assinar e publicar sua matéria.

As publicações jornalísticas: discursos e ideologias

O processo de ocupação fabril em Joinville não foi repentino nas páginas dos jornais locais. Uma conjuntura de crises capitalistas levou diversas indústrias a entrarem em falência e em débito com seus trabalhadores. Contudo, inicialmente, cabe aqui um breve histórico dessas empresas, que, por suas importantes trajetórias, receberam muitos holofotes dos jornais privados.

Situada no limítrofe entre o centro e a zona sul de Joinville, a Cipla – centro da ocupação e do controle operário – é uma indústria transformadora de plásticos com mais de 50 anos de existência. Essa fábrica, amplamente conhecida e consumida na região catarinense, produziu serviços e mercadorias para o consumo doméstico, hospitalar, industrial e automotivo. Foi fundada em 1963 como subsidiária do Grupo Hansen Industrial. Em 1988, desvinculou-se desse grupo, passando a ser controlada pela holding Corporação HB, propriedade de Eliseth Hansen – filha de João Hansen Júnior – e de seu marido, Luís Batschauer. Essa holding, presidida por Batschauer, possuía o domínio de Cipla, Profiplast e Interfibra, em Joinville, além da indústria Flaskô, em Sumaré, outra empresa que passou ao controle operário e permanece assim até nossos dias, apesar de suas diversas debilidades (Verago, 2011, p. 126).

Em conexão com os trabalhadores que controlavam a Cipla, estava a fábrica de plástico reforçado Interfibra Joplas Industrial LTDA. Fundada em 1970 e autointitulada “a maior fabricante de Tubos, Tanques, Conexões e Laminados de plástico reforçado da América Latina” (Interfibra, 2024), seu parque industrial, localizado na zona industrial norte de Joinville, possui uma área construída com cerca de 14 mil m² em uma área total de 194.300 m², sendo a única empresa nacional produtora de tubos para extração de petróleo (Nascimento, 2004, p. 31). Um abalo aos interesses burgueses nessas fábricas não passaria incólume nas páginas dos principais jornais de Joinville.

Nas fontes encontradas no AHJ, demonstram-se a falta de pagamentos de direitos trabalhistas, o anúncio de demissões em massa e o definhamento de históricas fábricas da cidade, ao menos desde 1996, como se pode ler em matéria do

Diário Catarinense de 16 de maio daquele ano, na seção Economia, na página 21, assinada pelo jornalista Fabrício Minussi, com a manchete “Sem dinheiro: Ex-empregados da Cipla protestam”.

Seis anos antes da ocupação proletária, os trabalhadores demitidos em maio de 1996 foram organizados pelo advogado e dirigente político Chico Lessa, por ser este, na ocasião, representante do Sindicato dos Plásticos. Lessa fora dirigente do MFO e da organização política que impulsionou o processo de 2002 a 2007 – inicialmente a corrente O Trabalho, do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2005 a Esquerda Marxista e atualmente a Organização Comunista Internacionalista. A matéria do Diário Catarinense se refere ao que explodiria em outubro de 2002, pois também foi a falta de pagamento e de garantia dos empregos o estopim para a greve que levaria os operários à ocupação fabril.

A justificativa dos burgueses dessa fábrica, que afirmavam a inexistência de dinheiro em caixa para pagar os trabalhadores, foi desmentida pela matéria de Estela Benetti, de 9 de abril de 1997, publicada na seção Economia do Diário Catarinense. Nela, a jornalista noticia a prisão de Luis Batschauer, presidente do conselho de administração da Corporação HB, controladora da Cipla, e de Anselmo Batschauer, vice-presidente do mesmo conselho, por sonegação de impostos, condenados a quatro anos e dois meses em regime semiaberto. O crime apontado em 1997 se relaciona diretamente com as motivações da ocupação: o recolhimento da contribuição previdenciária dos empregados e a não transferência do montante ao Instituto Nacional de Previdência Social. A reportagem relembra que ambos já haviam sido detidos em 1994 pelos mesmos crimes, mas foram absolvidos naquele período. Foram liberados também em 1997, ao conseguirem *habeas corpus*.

O pré-ocupação ainda é oferecido pela imprensa com uma rica matéria sobre a situação da Indústria de Plástico Ambalit, na capa do AN Cidade de 12 de junho de 1997, intitulada “Indústria abandonada é alvo de saqueadores”, assinada por Marco Aurélio Braga, com denúncias de operários quanto à depredação e com a “sugestão” da “autogestão para a empresa voltar a funcionar”.

Dessas fontes nas pesquisas no AHJ, os jornais encontrados saltam para duas publicações de setembro de 2002. A primeira menciona a ansiedade dos operários da referida Ambalit para o leilão da empresa falida, de autoria de Rosane Felthaus no AN Cidade, Geral, na página 10, edição 22.458. A segunda aquece os motores para os discursos ideológicos da burguesia local, por meio das matérias dos jornais, quanto

ao processo de tomada da fábrica pelos trabalhadores na Cipla e Interfibra: “Paralisação de trabalhadores causa tumulto”, de 22 de outubro de 2002, de autor desconhecido, no A Notícia, Economia, página 12, edição 22.489.

Caetano Veloso alertaria: “Alguma coisa está fora da ordem!”¹⁵. Paralisação e piquete de greve são algazarra, baderna... No corpo da matéria, uma linha para Carlos Castro, assessor de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville, afirmando que ninguém estaria sendo impedido de entrar na fábrica. Por outro lado, há três parágrafos, sob a referida manchete, para a contestação da assessoria jurídica da Cipla quanto à adesão dos operários ao movimento.

Três dias depois, a greve estampa o jornal: “Funcionários da Cipla fazem greve”, em 25 de outubro de 2002, de Rubens Herbst, em A Notícia, Geral. A resposta operária aos ataques aos direitos trabalhistas – ou à ausência deles – é compreendida como uma “decisão radical”. Novamente, a greve e a organização operária estão fora da ordem da Cidade do Trabalho. Ainda assim, a matéria aponta para uma série de resultados dos atrasos salariais, incluindo o suicídio de um trabalhador, ocorrido três semanas antes da greve.

Já a dimensão nacional que se criava do processo pode ser aferida com a presença de Júlio Turra, membro da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores, em Joinville. O jornal ainda propõe a versão da diretoria da empresa, condenando a greve, atacando o sindicato e afirmando que a greve tem “conotação política”.

À revelia da ordem burguesa, além de política – como toda ação em sociedade –, a greve também possuía conteúdo revolucionário. Então, em 1º de novembro de 2002, com uma janela em sua capa, o A Notícia publica: “Funcionários vão administrar a Cipla”, enquanto a página 8, também assinada por Rubens Herbst, reporta: “Definida a autogestão, greve na Cipla é suspensa”, com a ênfase: “E, mais importante, as máquinas voltaram a funcionar”. Assim, após uma semana de greve, a fábrica retornou ao funcionamento, porém sob controle operário (Verago, 2011).

Na matéria, o controle operário é apresentado como resultado das negociações entre representantes do Ministério Público do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho, e a direção privada da Cipla acabou acordando a entrega da empresa aos

¹⁵ Frase da canção “Fora da Ordem” (1991), faixa do disco “Circuladô”, de Caetano Veloso.

trabalhadores. Com isso, a fábrica passaria a ser controlada por uma comissão eleita pelos operários, responsável pela organização financeira e administrativa. Clientes internacionais da Cipla, como Volvo, Mercedes-Benz e Scania, estavam atentas às resoluções, aponta Herbst (2002).

Os mil empregos e o acerto de salários eram as prioridades do controle operário. Diante da situação, é interessante a fala de Carlos Castro destacada pela matéria de Rubens Herbst “Comissão analisa situação da Cipla”, de 13 de novembro de 2002, em A Notícia, Geral, p. 7, edição 22.507, na qual o principal comunicador da ocupação intercede para que toda a cidade se envolva com o processo, sentindo-se responsável pelo controle e pela retomada de uma importante fábrica de Joinville.

A matéria do A Notícia também aponta para a atenção dada pelo então governador Luiz Henrique da Silveira e a procura da comissão de fábrica aos técnicos da Universidade do Estado de Santa Catarina e da Universidade Federal de Santa Catarina para colaborar com a administração fabril. Diferentemente de outras matérias, não se leem justificativas nem ataques da antiga direção privada da Cipla à mobilização operária, e sim a motivação conquistada pelos novos controladores, que receberam imediatos adiantamentos de seus salários atrasados e a esperança dessa nova etapa de suas vidas.

As profícuas matérias seguintes relatam a crise jurídica entre controladores da Cipla e a Volvo, referente aos moldes de produtos. Uma liminar da justiça paranaense deu causa vencida para a multinacional alemã, como mostra a matéria “Liminar causa polêmica”, de Jeferson Ribeiro, do A Notícia, Economia, na página 11, de 21 de dezembro de 2002. Mas também se noticiou a campanha nacional do MFO para a resolução dos problemas pelo recém-eleito governo Lula.

Na página 7 do A Notícia de 1º de fevereiro de 2003, em matéria de Rubens Herbst intitulada “Comissão da Cipla vai à Brasília”, encontram-se as necessidades dos operários de transformar a fábrica ocupada em propriedade pública e estatal, mediante as primeiras tratativas com o governo Lula. Como aponta a matéria de Herbst, iniciou-se com o ministro do Trabalho Jacques Wagner e a comissão dirigente da ocupação demonstrando as conquistas da mobilização operária e dando garantias ao governo em troca de acordos das dívidas da empresa, contraídas pelos antigos proprietários com o Estado.

Na matéria de Oliver T. Albert para o A Notícia de 12 de março do mesmo ano, “Funcionários da Cipla tentam manter autogestão” (p. 10), destacam-se: o

aparecimento do nome de Carlito Merss, contrário à direção da fábrica ocupada e então deputado federal e posterior prefeito de Joinville pelo PT; uma ação dos trabalhadores que soldaram o portão de entrada da fábrica para que não houvesse a entrega de uma procuração endereçada a Anselmo Batschauer; além do comunicado da entrega de um abaixo-assinado com 50 mil assinaturas em favor dos controladores para o governo Luiz Henrique da Silveira. Albert também cita o ato ocorrido em 13 de fevereiro de 2002 na fábrica, com a participação de Eurides Mescolotto, presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, visando à abertura de contas para os trabalhadores no banco estadual catarinense.

As reportagens seguintes do A Notícia e Diário Catarinense acompanham a saga dos controladores atrás do presidente Lula. Em 23 de maio de 2003, numa pequena coluna da página 10 e sem autor citado chamada “Presidente vai receber funcionários da Cipla”, o A Notícia destaca que o presidente receberia os trabalhadores em 4 de junho. Uma caravana foi organizada para Brasília (DF), pela comissão de fábrica, com 10 ônibus e cerca de 400 pessoas, objetivando pressionar a Central Única dos Trabalhadores e o PT.

Essa coluna também relata a assembleia do Conselho Unificado Administrativo da Cipla/Interfibra com 600 trabalhadores, de 22 de maio de 2003, que encaminhou a reivindicação pela estatização das duas indústrias para o pagamento da dívida de R\$ 480 milhões. Importante lembrar que Lula havia visitado Joinville em 15 de março de 2003, comprometendo-se em receber os controladores. O mesmo texto ainda abre aspas para o dirigente político Serge Goulart – citado equivocadamente como “Sérgio” –, que coloca a intenção do ministro Jacques Wagner de não estatizar as fábricas, mas assumir as dívidas referentes ao pagamento de impostos e tributos, visando garantir os mil empregos. Interessante também destacar que, nesse texto, se pode interpretar relativo apoio ao processo quando é expresso que a demissão dos trabalhadores afetaria diretamente a economia da cidade, por causa da quantidade de desempregos que o insucesso do processo geraria em cadeia.

Porém, o Diário Catarinense, na breve nota “Cipla com Lula: salvar mil empregos”, de 9 de junho de 2003, já expõe que Lula não recebera os operários em 4 de junho, mas somente, após vários adiamentos, em uma audiência pública de 11 de junho, às 16h30. No mesmo jornal, na seção Economia, na página 19, do dia 12 de junho, Liziane Rodrigues afirma: “Lula promete socorrer a Cipla”, além de um

resumo da trajetória da produção e organização na Cipla, que produziria, segundo a matéria, “mais de 2 mil itens para construção”.

Em 2 de julho de 2003, em coluna de notas da página 13, o A Notícia publica o descarte do governo Lula em estatizar as fábricas, após o encontro com o presidente, mencionando a defesa de Serge Goulart, que apontava para a federalização das empresas para a manutenção dos mil empregos.

Vale ressaltar diversas matérias desses jornais que expõem a crise das indústrias em Joinville nesse período, com atrasos salariais, queda de produção, redução de jornada e sem aumento real nos salários. De modo geral, a indústria catarinense estava em um delicado momento econômico-produtivo, como se vê nas publicações “Ganho real nos salários está descartado”, página 13, seção Economia do A Notícia de 4 de abril de 2003, por Leandro Junges, e “Amanco reduz jornada e salários”, assinada por Claudio Loetz na coluna Livre Mercado, página 12, de 2 de julho de 2003.

Após longa jornada até Lula, foi encontrada uma nova cobertura do processo no Diário Catarinense de 29 de setembro de 2003 reportando uma assembleia com mais de 500 operários da Cipla e Interfibra, convocada pelos opositores da ocupação representados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Plástica, liderado por Rinaldo Schroeder. A matéria aponta, contudo, o sucesso de faturamento da gestão operária, que havia dobrado, chegando em julho de 2003 a R\$ 1,85 milhão e conquistando a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem alteração dos salários e com reajuste de 18,5% aos operários. Essa matéria, sem autor, também explica que os atrasos promovidos pelos antigos donos tinham sido pagos, apesar de um passivo de R\$ 15 milhões ainda em débito. A grande pendência nessa altura da ocupação seguia sendo a dívida de R\$ 485 milhões da empresa, 85% dessa dívida com o governo federal. Citando Serge Goulart, o texto do Diário Catarinense indica que tal dívida impedia a renovação do parque fabril, então sucateado.

As fontes posteriores surgiram em 10 e 11 de dezembro de 2004 e 6 de outubro de 2004 referindo-se ao imbróglio dos leilões das máquinas das fábricas. Esse longo processo é compreendido nas duas matérias: “Trabalhadores tentam evitar leilões”, de 11 de dezembro de 2003, de Sabrina Passos, em A Notícia, Cidade, na página 10; e “Cipla impede retirada de máquinas”, de 6 de outubro de 2004, de Liziane Rodrigues ao Diário Catarinense, seção Economia, página 20, edição 6.749. Lê-se a pressão do

mercado e da justiça burguesa para pôr em xeque a ocupação com a tentativa de retirar o maquinário dos operários. Novamente, os jornais estampam a mobilização operária, mas evitam um ataque direto.

Desse episódio até 2006, as únicas fontes encontradas no AHJ são relativas ao acordo que a Cipla Ocupada firmou com o governo da Venezuela, liderado por Hugo Chávez, estas sim com cunho, diga-se, persecutório. Em 2 de novembro e em 14 de dezembro de 2004, são encontradas notícias, ambas do Diário Catarinense, sobre a venda de tubos e tanques para a estatal Petróleos de Venezuela SA (PDVSA). Com a venda, ampliaram-se a produção e os postos de trabalho, mas mesmo antes do acordo, segundo a matéria de Liziane Rodrigues no Diário Catarinense, o faturamento em outubro daquele ano já havia alcançado seu recorde mensal, chegando a R\$ 2,9 milhões, três vezes mais que antes da ocupação operária. O acordo com os venezuelanos rendeu aos operários da Cipla e da Interfibra créditos para a aquisição de insumos pela Petroquímica de Venezuela, subsidiária da PDVSA.

Infelizmente, após essas reportagens, não foram mais encontradas publicações da imprensa até 8 de dezembro de 2006, na reta final da ocupação. Ressalta-se que junho de 2007 é um dos meses com mais materiais sobre o processo, pelo término da ocupação operária em função da intervenção federal.

Em 8 de dezembro de 2006, a seção Economia do A Notícia, em sua página 12, destaca que os trabalhadores da Cipla vão trabalhar menos, complementada pela página 14 da mesma edição com a nota “30 horas”. Ou seja, redução da jornada de trabalho semanal sem perda salarial e com a contratação de mais 78 trabalhadores, situação que atiçava a burguesia nacional com o medo de a moda pegar. Nessa edição também são encontradas linhas para o Encontro Pan-americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, organizado pelo MFO, dirigido pelos marxistas, realizado na mesma semana, em 2006.

Quanto ao encontro continental, em 9 de dezembro, uma matéria é dedicada com um título sugestivo: “Fábricas ocupadas: uma apologia à estatização”, sem autor assinalado, encontrada no caderno de Economia de A Notícia, na página 11. Lê-se um interessante relato de toda a discussão e dos encaminhamentos traçados no encontro, enfatizando o combate ao capitalismo, além do dado de faturamento alcançando os R\$ 3,5 milhões. Esse foi um encontro de enormes proporções para o MFO.

Já em 2007, as fontes transportam-se diretamente para a intervenção federal, com armas em punho, nos jornais dos dias 1º, 2 e 3 de junho, reportando a violenta invasão policial nas fábricas ocupadas em 31 de maio. Inúmeros foram os espaços preenchidos nas páginas do A Notícia dando como manchetes, por exemplo, “Juiz federal ordena intervenção na Cipla” e “Fim da gestão operária? Cipla está sob intervenção”. As matérias dos primeiros dias de junho chamam a ação policial e judicial de “operação de guerra”, contam os bastidores, dão voz aos acusadores do não pagamento das dívidas ao Instituto Nacional do Seguro Social e às suposições de beneficiamento próprio aos dirigentes da Comissão de Fábrica.

A extensa matéria de 1º de junho é assinada por Marco Aurélio Braga, sendo capa do AN Cidade e presente nas páginas 4 e 5. O jornalista descreve a operação da Polícia Federal, detalha o cálculo da dívida da fábrica e estampa os dirigentes da ocupação, Serge Goulart, Chico Lessa e Carlos Castro. Um olhar atento vê personalidades sendo criadas nas páginas dos jornais: um dirigente político revoltado – quase tresloucado –, um advogado social cauteloso e sóbrio e um radialista agitador. Nessa publicação, destaca-se a posição do Sindicato dos Plásticos, reconhecido como “patronal” e opositor da ocupação e do controle operário. Na matéria, o referido sindicato possui ampla abertura de suas acusações com diminutas réplicas da Comissão de Fábrica, responsável pela direção da ocupação.

Nas edições de 2 e 3 de junho de 2007, as fontes mostram o papel do interventor, Rainoldo Uessler, e seu histórico ligado ao Tribunal de Justiça. Também contam com uma nota de Jefferson Saavedra chamada “Ideologias” sobre a direção política da ocupação, referente à cisão realizada nesse processo na Corrente O Trabalho (PT), gerando a fundação da Esquerda Marxista, atual Organização Comunista Internacionalista – seção brasileira da Corrente Marxista Internacional, na qual Serge Goulart é secretário-geral.

Reforça-se que as publicações da imprensa local aqui apresentadas são uma pequena parte de toda a produção acerca desse processo histórico, repleto de memórias e resultados para os envolvidos, direta e indiretamente. Outros jornais locais e da imprensa nacional também podem ter destacado as ocupações fabris em Joinville em algum momento, mesmo não estando no referido acervo do AHJ, sendo novas investigações e interpretações possíveis.

Uma interpretação da imprensa burguesa

A liberdade de imprensa é um sustentáculo democrático, seja na concepção burguesa, seja na concepção operária. Em *Liberdade de Imprensa*, compilado de artigos de Karl Marx (2006) que expressam seus pensamentos sobre esse pilar da modernidade, vê-se como o fundador do materialismo histórico-dialético condenava a censura. Para ele, onde não há tal liberdade, todas as outras estariam solapadas.

A defesa absoluta pela liberdade, no entanto, não significa a ausência de identificação do caráter da imprensa burguesa. Nesse sentido, encontra-se em Antonio Gramsci (2005) uma precisa explicação, apresentada no texto “Os Jornais e os Operários”, publicado em 1916 no jornal *Avanti!*, de Piemonte, na Itália, sintetizada pelo trecho, que enfatiza:

O operário [...] deveria recordar-se sempre, sempre, sempre, que o jornal burguês (qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por idéias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. [...] Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. [...] Por quê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem [...], com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: É porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. (Gramsci, 2005)

Gramsci (2005) ainda complementa: “Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, malfeitores”.

Esse breve artigo do revolucionário italiano Gramsci (2005) poderia ter sido endereçado para a análise das produções jornalísticas da imprensa brasileira sobre as ocupações das fábricas de transformação de plástico Cipla e Interfibra e o MFO, mesmo àquelas que buscaram imprimir suposta isenção ao meramente reportar os acontecimentos.

O caso joinvilense, além de ter sido uma experiência de controle operário da produção, que tinha como horizonte a superação capitalista, foi em uma das fábricas mais reconhecidas da cidade-propaganda da industrialização e da ordem

catarinense. Como exposto na introdução, historicamente as classes dominantes de Joinville e sua imprensa buscam construir uma memória histórica asséptica, ordeira, uma “pequena Alemanha tropical, a cidade dos Príncipes, das Bicicletas e das Flores” (Gruner, 2017, p. 21).

A memória incrustada nas páginas da imprensa local compõe e constrói tal ideologia da ordem e do trabalho hercúleo dos empreendedores, especialmente dos imigrantes germânicos. A substituição, ou a tomada da produção pelos operários, com salários atrasados, organizada por comunistas, retirando a posse de membros de famílias reconhecidas da cidade, é causadora de “tumulto” e observada como “manobra política”. Sai do script.

Ao fazer a comparação entre as páginas dos jornais anteriores à ocupação e as que noticiam a intervenção federal, salta aos olhos, mediante uma leitura crítica, a ausência de uma simples questão: por que a justiça ordenou a intervenção armada, a “operação de guerra”, contra os operários controladores das fábricas, mas não fizera nenhum movimento como esse durante a caótica e deficitária administração privada dos Batschauer?

Essa seria uma problemática passível de comentários e indagações da imprensa? Ou, como afirmou Gramsci (2005), o jornal burguês seria incapaz disso por ser um mero instrumento de luta movido por ideias e interesses antagônicos aos proletários? Ou, ainda, seria uma manchete mais vendável?

A hipótese aqui levantada concorda com a perspectiva da historiadora Lara Andrade Costa (1996): a sociedade do capital busca enquadrar a população em “condutas desejáveis, dentro do preestabelecido como deveres [...] onde o capital define as formas de relacionamento” (Costa, 1996, p. 243) – situação visível em Joinville, enquanto uma cidade industrial e supostamente ordeira. As classes dominantes da cidade produziram seu mito de racionalidade por meio da burocracia local e dos padrões de organização da produção, em benefício do capital.

Essa organização produtiva tem como finalidade não apenas o lucro burguês, mas também a sabotagem às organizações independentes dos trabalhadores, considerando-os imaturos e incapazes de controlar uma fábrica, ou um risco de influência para toda a classe. Entretanto, como se vê no exemplo das ocupações da Cipla e Interfibra, mesmo com todas as pressões assinaladas por Costa (1996), os trabalhadores dessas fábricas foram capazes de combater a carga imposta pelo patronato, não apenas gerindo, mas aumentando a produtividade e diminuindo a

carga horária de seu trabalho semanal sem rebaixamento de salários por cinco anos, findando somente por causa da intervenção policial federal.

Com base em Lara Andrade Costa (1996), confere-se que a ideologia e os discursos das classes dominantes, especialmente advindas dos industriais, da imprensa e da administração pública, buscaram impor aos trabalhadores e à sociedade joinvilense a crença em verdades implícitas e encerradas do ser trabalhador. Assim, é na história do trabalho que se compreende a longevidade desses discursos, que são atravessados por essa correlação de forças entre ideologia burguesa e ação proletária. Isso é resultado de as condições de vida não serem como as propagandeadas pelas classes dominantes, sobretudo teuto-brasileiras, no caso joinvilense:

O contraponto do discurso dos empreendedores joinvilenses, que pregam a poupança, a disciplina e ordem para um homem ideal, protótipo do trabalhador cordial que cultivava religiosamente o trabalho é o homem com salários baixos, condições miseráveis de moradia, falta de infra-estrutura, descontentamentos e sofrimentos. (Costa, 1996, p. 245)

Nem os empreendedores Batschauer nem os operários controladores de fábrica da Cipla cumpriram o protótipo do joinvilense, cada qual em sua posição, pois invariavelmente tal modelo se desmancha no ar na realidade da luta de classes.

À revelia, esses antagonismos compõem o patrimônio industrial local, laureado pela imprensa, mas não como seu ideal, e sim pelas relações humanas das personagens fabris dessa cidade, que, pela ideologia burguesa, qualifica a resistência como “sinônimo de atraso dentro do espírito do progresso” (Costa, 1996, p. 245). Ao contrário disso, a resistência e a ação proletária, entre 2002 e 2007, salvaguardaram mil empregos, reduziram em seu último ano a jornada de trabalho para 35 horas semanais, pagaram salários, firmaram acordos internacionais, triplicaram o faturamento da empresa, garantiram benefícios, com planos de saúde e odontológico, efetivação de estagiários, licença-maternidade, centro cultural e até cabelereiro aos operários (Paulucci, 2007, p. 99). Algumas dessas conquistas os jornais não puderam ocultar, mas o incentivo e a memória do e pelo controle operário da produção são constantemente apagados na Joinville de Fallgatter, Buschle, Freitag e Thomazi.

Por novas páginas

A história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado tempo-de-agora. [...] Ela é o salto de tigre em direção ao passado. [...] O mesmo salto sob o livre céu da história é o salto dialético, que Marx compreendeu como sendo a revolução. (Benjamin apud Löwy, 2005, p. 119)

Em Walter Benjamin, o historiador educado por Marx, o qual nunca perde de vista a luta de classes (Tese IV de Sobre o Conceito de História de 1940 apud Löwy, 2005), aprende que sua tarefa é escovar a história a contrapelo. Nesse sentido, as fontes precisam ser postas de cabeça para baixo, deixando cair sobre o papel a se escrever aquilo que não está explícito em suas descrições e afirmações envernizadas de imparcialidade.

Na tese XIV Sobre o Conceito de História, Benjamin nutre a ação e a memória proletária, capazes de ultrapassar as páginas da imprensa e a ideologia dominante, quando caracteriza a revolução – e suas tentativas – como esse “salto do tigre em direção ao passado” (Benjamin, apud Löwy, 2005). Um salto que salvaguarda a herança, a memória, o patrimônio dos explorados e oprimidos para, desse processo, inspirar e superar as misérias e catástrofes do presente, construindo um novo mundo, um novo futuro.

Por isso, as ocupações fabris não surgiram como raio em céu azul, mas foram fruto de seguidos ataques aos direitos trabalhistas dos operários e de mobilização permanente de militantes marxistas, como demonstram os jornais anteriores a outubro de 2002. Isso levanta a hipótese de como nenhum controle ou adequação fora completamente capaz de adestrar e evitar as aspirações revolucionárias contidas nas ocupações fabris na cidade.

Um evento dessa proporção exemplificaria que a classe trabalhadora de Joinville, mesmo com todo o esforço dominante de enquadrá-la como conservadora e ordeira, ferve na luta de classes e em força organizativa antagônica aos anseios reacionários. Os jornais A Notícia e Diário Catarinense, diante dessas tramas extraordinárias, ou seja, que saíram da ordem estabelecida, dispuseram-se de discursos que buscavam afirmar a ideologia dominante, mas sem poder esconder as conquistas operárias, acionando seu caráter democrático.

Ainda assim, reitera-se que este trabalho se restringiu às fontes disponíveis no acervo do AHJ, onde estão os dois periódicos citados. Na imprensa nacional, pesquisa a ser feita, os discursos e as ideologias contrários às tais ações operárias são também interessantes, sobretudo nos materiais reconhecidamente detratores do MFO, como a revista *Veja*, que o cunhou, em sua matéria aqui já mencionada, de “O MST das Fábricas”, e o jornal *O Estado de S. Paulo*, opositor do acordo entre Cipla e governo venezuelano, baseado nas orientações da Fiesp, presidida à época por Paulo Skaf.

A presente pesquisa está longe de esgotar as capacidades desse tema na imprensa, sendo os pesquisadores dedicados à leitura a contrapelo da imprensa e à memória proletária convidados a aprofundá-las.

2. Vozes das ocupações: vai que essa memória pega?

É preciso dizer as intenções destas memórias

Na exagerada recusa do passado pelos futuristas não se esconde um ponto de vista do operário revolucionário, mas o niilismo do boêmio. Nós, marxistas, vivemos com as tradições. Nem por isso deixamos de ser revolucionários. Estudamos e guardamos vivas as tradições da Comuna de Paris, mesmo antes de nossa primeira revolução. Depois as tradições de 1905 a elas se somaram, e delas nos alimentamos enquanto preparávamos a segunda revolução. [...] Também, no domínio da teoria, baseamo-nos, através de Marx, em Hegel e nos clássicos da Economia inglesa. Nós, que nos educamos e iniciamos a luta numa época de desenvolvimento orgânico da sociedade, vivemos entre as tradições revolucionárias. A Revolução de Outubro parecia à intelligentsia, inclusive à sua esquerda literária, como a destruição total do mundo conhecido, [...]. Para nós, ao contrário, a Revolução encarnava uma tradição familiar, assimilada. Abandonando um mundo que, teoricamente, rejeitávamos e, na prática, minamos, penetraríamos em outro, com o qual nos familiarizamos, pela tradição e pela imaginação. (Trotsky, 1969, p. 115)

A memória é política. Resultado de desejos e necessidades do momento exato em que é acionada. Ela é despertada não de um leito “original”, mas de uma elaboração marcada pelo espaço, tempo e público disputado pelo seu autor (Traverso, 2012).

Assim, esse capítulo, produzido com as ferramentas da História Oral e da pesquisa bibliográfica, propõe compreender as memórias vocalizadas por membros participantes da ocupação e controle operário nas fábricas Cipla e Interfibra, em Joinville/SC, entre 2002 e 2007. Isto auxilia-nos a interpretá-las não como meras experiências individuais de apologias fragmentadas sobre esse evento extraordinário, mas com seu conteúdo totalizante que busca expressar uma história que “se assemelha a tomada do poder” (Camargo, 2024), recorrente noção empregada pelos personagens entrevistados.

Julgo crucial compartilhar esse sentimento nas presentes linhas. Busco, além da cientificidade que o fazer historiográfico e patrimonial necessita, também o pulsar humano da lágrima que corre ao pensar em armas apontadas a si e a seus companheiros, do arrepio na pele ao sentir novamente, no acionamento da memória, as experiências vividas sobre um pátio fabril sem padrão, de acontecimentos que moldaram essas vidas. Sensações memoriais que, segundo Candau (2021), são mais reconstruções atualizadas do passado do que reconstituições fiéis dos eventos, mas

o que não transforma em falsificações, apenas a busca pelas respostas aos anseios contemporâneos.

Em “Memória e Identidade”, de Jöel Candau (2021), professor de Antropologia da Universidade de Nice Sophia Antipolis e diretor do Laboratório de Antropologia e Sociologia Memória, Identidade e Cognição Social (Lasmic), apresenta-se que a aproximação com a memória nas modernas sociedades dá-se influenciada pelo que François Hartog cunhou como “crise do presentismo” (*apud* Candau, 2021, p. 10). Essa ideia aponta para o total questionamento ao regime social e sua historicidade, onde o progresso e o futuro não são mais promissores, emergindo a nostalgia de um passado reconhecível e idealizado.

Na perspectiva materialista histórica, parte desta concepção - a crise do presente e uma possível catástrofe futura - encontra amparo na síntese política de Rosa Luxemburgo evocada por uma das vozes das ocupações: “socialismo ou barbárie” (Mariano, 2024). Em sua narrativa, ou a memória e os ensinamentos práticos do Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO) nutrem a ação dos trabalhadores, isto é, tomando o poder e controle produtivo da sociedade no presente, ou a “crise existencial do capitalismo” (Mariano, 2024) levará a humanidade ao colapso exploratório.

Recorrer a essas memórias e narrativas para entender um processo histórico também se torna interessante quando lemos a afirmativa de Candau (2021) sobre tal crise ser responsável por diluir referências e identidades totalizantes, como a de classe. Vemos que nesta lógica fracionista o proletariado teria deixado de existir para sua substituição de múltiplas identidades dispersas em indivíduos e/ou pequenos grupos étnicos-culturais. Mas Candau alerta quanto às identidades:

Aplicada a um grupo, a complexidade aumenta. Passemos ao fato de que, nesse caso, o termo “identidade” é impróprio [...]: em um momento preciso de uma observação um indivíduo é idêntico a ele mesmo, mas duas pessoas - mesmo que se trate de gêmeos - jamais são idênticas entre elas. [...] a identidade é certamente uma representação. Exemplos não faltam [...], os indivíduos percebem-se [...] membros de um grupo e produzem diversas representações quanto à origem, história e natureza desse grupo: no domínio da ação política pensamos evidentemente nas teses racistas, nos projetos regionalistas ou étnicos e, de maneira mais geral, em todo discurso de legitimação de desejos nacionalistas; no domínio da ação cultural, podemos nos referir aos discursos veiculados por coletividades territoriais, Estados, museus e mesmo instituições de pesquisa sobre as práticas patrimoniais. O objeto patrimonial que é preciso conservar, restaurar ou “valorizar” é sempre descrito como um marco, dentre outros, da identidade representada de um

grupo: os bretões, os franceses, os nuers, “nossos ancestrais” etc. (CANDAU, 2021, p. 25-26)

O filósofo e crítico literário Terry Eagleton (1998), a partir do materialismo histórico-dialético, também apresenta reflexões fundamentais sobre essa questão. Aponta que esta concepção surge com o pós-modernismo, defesa a qual o capitalismo estaria em uma nova fase no Ocidente. Assim, o mundo seria efêmero e descentralizado. Isso se daria devido à tecnologia, ao consumismo e à indústria cultural, organizados pelos setores de serviço, finanças e informação, que teriam triunfado sobre a produção tradicional e sobre as políticas de classes, então dissolvidas.

Segundo Eagleton (1998), o pós-modernismo impõe uma compreensão de vida, e consigo uma memória, onde vivemos:

num período em que nenhuma ação política de grande projeção se afigura com efeito exequível, em que a assim chamada micropolítica parece a ordem do dia, soa como um alívio converter essa necessidade em virtude — persuadir-se de que as próprias limitações políticas têm, por assim dizer, uma base ontológica sólida, pelo fato de que a totalidade social resume-se afinal a uma quimera. Não importa se não existe agente político à mão para transformar o todo, uma vez que na verdade não existe um todo a ser transformado. (Eagleton, 1998, p. 18)

Não havendo mais uma totalidade a ser transformada, segundo Eagleton (1998), sucumbem as classes sociais e seus antagonismos, desmancha-se no ar a chamada metamemória (Candau, 2021), que representa, por sua vez, a luta coletiva dos oprimidos contra as classes dominantes. Candau utiliza esse termo para se referir à memória reivindicada, a representação dos indivíduos da faculdade da memória, ou também a “memória coletiva”, esta “uma forma de metamemória” (Candau, 2021, p. 24). Porém, ao pós-modernismo, essa representação de classe foi “rechaçada, incorporada, dispersada ou metamorfoseada em algo sem existência” (Eagleton, 1998, p. 19).

No entanto, ironicamente ou não, o pós-modernismo aceita algumas totalidades, até mesmo de maneira entusiasta: prisões, patriarcado, corpo, ordens políticas autoritárias são aceitáveis enquanto entes soltos no ar, sem grandes relações ao modo de produção, às formações sociais e a luta de classes, que passam a ser censuradas. Pois, para Eagleton (1998), o pós-modernismo não é apenas uma desconstrução e correção ideológica, mas uma proposta política efetiva,

desmobilizadora do movimento operário e de “massacre do movimento estudantil” (Eagleton, 1998, p. 30). Ou seja, uma ação de combate à esquerda revolucionária e socialista, campo reivindicado pelos controladores de Cipla e Interfibra, perpetrado pelo o que Eagleton intitula de esquerda cultural:

É como se pudéssemos questionar quase todas as outras formas de sistema opressor — estado, mídia, patriarcado, racismo, neocolonialismo —, menos a que com tanta frequência define a agenda a longo prazo para todas essas questões, ou, no mínimo, está envolvida com elas até a alma. O poder do capital mostra-se agora de uma familiaridade tão desencorajante, de uma onipotência e onipresença tão elevadas, que mesmo grandes setores da esquerda lograram naturalizá-lo, aceitando-o como uma estrutura de tal modo inexorável, que é como se eles mal tivessem peito para tocar no assunto. (Eagleton, 1998, p. 31)

Buscando contrapor tal tendência, esta pesquisa ouviu àqueles que estiveram presentes e ativos em um processo recente, histórico e local requerente da unidade proletária, da luta pela estatização, da manutenção de mil empregos e do controle operário da produção como ações transitórias para uma revolução social, expresso nas palavras de um dos entrevistados:

O futuro é da classe trabalhadora e a gente precisa estar, de fato, organizado, ligado aí, para que a gente possa contribuir nesse processo né, pra ajudar a classe aí na sua, no seu processo de luta e de libertação desse sistema podre de exploração que a gente vive. [...] essas memórias precisam tá guardadas aí, muito vivas, pra que possam inspirar a classe, porque as lutas virão, né, e a gente que certamente vai alcançar a vitória. (Mariano, 2024)

As falas destes comunistas, teoria e prática a qual se filiam os entrevistados, nos mostra o que Oliveira (2017) explicou como a função da memória na tradição marxista, sendo ela:

ligada de forma ineludível à sua utopia revolucionária, a seu projeto de transformação da sociedade e à sua própria concepção de história. ‘A história não teria valor algum se não nos ensinasse alguma coisa.’ (Trotsky, 1977a: 413), escreve o revolucionário russo. Seu olhar se volta ao passado em busca de pistas que apontem na direção do futuro libertado. [...] A história percebida dessa maneira conduz a uma apreensão da memória como acúmulo das experiências humanas em seu conjunto [...]. A memória individual, no entanto, deve ser tomada com cuidado, confrontada à realidade objetiva, sob o risco de tornar-se mera mistificação. É assim que Trotsky irá defender o conteúdo científico de sua História da Revolução Russa: ‘A circunstância de ter o autor participado dos acontecimentos não o exime do dever de basear sua narrativa em documentos rigorosamente controlados’ (Trotsky, 1977: 17). Longe de ser seduzido pela retórica da “imparcialidade objetiva”, o autor impõe a si mesmo uma condição metodológica capaz de limitar o componente subjetivo de suas recordações. (Oliveira, 2017, p. 7-8)

Essa foi a busca ao produzir novas fontes a partir da memória militante aliada ao estudo do processo, alicerçado em bibliografias pertinentes. Contudo, não tratou-se de uma abordagem contemplativa destas memórias, mas propositiva. Se utiliza, assim, a História Oral e essa produção com o objetivo de inscrever na consciência histórica daqueles acessados pelo trabalho a possibilidade do controle operário em Joinville/SC a fim de projetar um outro futuro (Traverso, 2016).

A ocupação e o controle operário segundo memórias comunistas

Eles fecham as fábricas, nós abrimos. Eles roubam as terras e nós ocupamos. Eles fazem guerras e destroem nações, nós defendemos a paz e a integração soberana dos povos. Eles dividem e nós unimos. Porque somos a classe trabalhadora. Somos o presente e o futuro da humanidade. (1º Encontro latino-americano de empresas recuperadas pelos trabalhadores, 2005)

A realização das entrevistas orais passou pela produção de um roteiro baseado na contribuição do Grupo de Pesquisa PAIN (Patrimônio Industrial) da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Este roteiro, indicado como “temático”, teve como percurso 6 eixos: 1) Trajetória de vida; 2) Trajetória profissional; 3) Cotidiano na fábrica; 4) Cotidiano no entorno da fábrica; 5) Trabalho e patrimônio industrial; 6) A vida depois desta fábrica, não se tratando, portanto, de entrevistas aleatórias, mas de um projeto previamente elaborado e fundamentado (Coelho e Sossai, 2014).

O processo também foi seguindo os parâmetros do Laboratório de História Oral da Univille – LHO/Univille e foi aprovado por meio de projeto submetido à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, além das entrevistas serem autorizadas pelos participantes via termos de consentimento livre e esclarecido e para o uso de voz e imagem. Com tais ritos e o uso da História Oral, segundo Verena Alberti (2003), especialista nessa metodologia, as entrevistas orais passam a ser documentos constituindo um conjunto de fontes, até então não existentes, para pesquisa.

Ainda ressalto que, embora todos os eixos tenham sido abordados nas entrevistas, algumas perguntas proferidas não foram pensadas previamente respeitando a fluidez da entrevista, visto que outras questões pertinentes e norteadoras foram se apresentando a partir das respostas. Além disso, algumas outras perguntas acabaram sendo suprimidas, seja pelo papel exercido por cada

personagem nas ocupações, seja por suas falas já responderem determinadas dúvidas da pesquisa.

Assim, me filio às produções candentes do patrimônio industrial que consideram a memória e a ação operária como os elementos relevantes a serem patrimonializáveis no interior do processo produtivo industrial (Ferreira, 2009; Meneguello, 2011; Klöppel, 2022), pois:

Partir da memória de trabalhadoras e trabalhadores para pensar o patrimônio industrial joinvilense implica problematizar aspectos do presente e tomar posicionamento sobre o que se pretende escrever. Meneguello (2021a) afirma que trabalhadores são o centro do mundo industrial e institui uma questão retórica que transpõe um caminho que a presente pesquisa se compromete a percorrer: 'Não é o trabalhador, com o seu saber fazer, as suas rotinas de trabalho, o seu orgulho de classe a sua organização política, o verdadeiro repositório da memória intangível, do patrimônio industrial transformado em carne, e em memória?' (Meneguello, 2021a, p. 92). [...] há algo que torna o foco em trabalhadores um diálogo universalizante, pois [...], como pontua Galeano (2014, p. 115-116) ao referir-se ao primeiro de maio, dia dos trabalhadores, este 'é o único dia verdadeiramente universal da humanidade inteira, o único dia no qual coincidem todas as histórias e todas as geografias, todas as línguas e as religiões e as culturas do mundo'. (KLÖPPEL, 2022, p. 24-25)

Com este objetivo, busquei a identificação destas reflexões produzidas pelas ocupações fabris nas vidas, pessoal, profissional e política, das pessoas entrevistadas. São essas vozes e memórias que apresentam mais uma possibilidade de confrontar a ideologia dominante de Joinville como "cidade da ordem e do trabalho", codinomes para a local que refletem as representações criadas pelas classes dominantes e pela formação social e econômica do município (Costa, 1996; Klöppel, 2022).

Em concordância com a historiadora Anelise Bonaldi Klöppel (2022), mesmo que a cidade siga sendo vista como "do trabalho" e "industrial" - como todos os aqui entrevistados também mencionaram - isso só contribui para que tal narrativa seja disputada, a partir de uma perspectiva crítica histórica e/ou patrimonial, deslocando o "olhar para a narrativa operária" (Klöppel, 2022, p. 31) das pessoas que trabalham e constroem política proletária nesta cidade repleta de patrimônio industrial.

Contudo, Klöppel (2022) também alerta que esse ponto de vista não pode comprimir as memórias, modelando-as como algo unitário e integralmente em comum entre os entrevistados, pois, mesmo que tenham concepções e defesas parecidas relativo às ocupações e à luta política, deixaram evidente as formas distintas de

acionar suas memórias e narrativas. Compreendemos isso a partir do conceito de retórica holista de Joël Candau (2021):

porque, segundo o autor, mesmo que as pessoas pertençam a grupos com características comuns, a memória é um atributo complexo demais para ser generalizado, pois depende de situações específicas para cada ser. O autor discorre sobre o conceito de memória coletiva, alertando que se trata antes do que ele chama de metamemória do que, de fato, de uma memória comum a cada indivíduo envolvido em determinado grupo social. (KLÖPPEL, 2022, p. 32)

Acrescenta-se nesta abordagem a consideração de Alessandro Portelli (1997) para qual a memória se constrói com versões diferentes do passado, dialeticamente entremeado pelo individual e o social. A memória não é um “depósito de dados”, mas um “processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (Portelli, 1997, p.16).

Por isso, muitas das indagações aos entrevistados surgiram de fontes documentais escritas, seja pela imprensa local ou por trabalhos de referência às ocupações fabris (Nascimento, 2004; Paulucci, 2007; Borba, 2007; Verago, 2011, Tadokoro, 2013; Castro, 2015), com o intuito de chocá-las, detalhá-las e, se for o caso, contradizê-las. Como destaca Portelli (1997), tratar a memória do entrevistado como a verdade é, na realidade, uma ação paternalista do pesquisador, cabendo-o uma postura científica e ética. Evidentemente, portar-se assim não lhe faz se desnudar de suas posições, nem computa uma suposta imparcialidade ou neutralidade, apenas resguarda o caráter científico do processo de produção da História Oral.

Esta criticidade à memória enquanto fonte, em nenhuma hipótese no presente trabalho, retira sua profunda importância. Pelo contrário, como aponta o historiador Alistair Thompson (1992), oferece protagonismo às memórias destes que se envolveram diretamente com acontecimentos históricos da luta de classes no Brasil, devolvendo “às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras” (Thompson, 1992, p. 22).

Para tanto, a prospecção de pessoas às entrevistas orais deu-se a partir da busca por participantes voluntários, sendo nomes tanto mencionados em documentos e materiais previamente analisados quanto a partir de indicações dos entrevistados. Assim, quatro pessoas contribuíram, tornando-se fontes.

O critério para suas inclusões na pesquisa foi da identificação primeira de maiores de dezoito anos e, evidentemente, de seu envolvimento direto com as fábricas ocupadas em Joinville, mesmo que não possuindo função de trabalho no chão de fábrica em si, mas por seu papel político e/ou jurídico.

Foram entrevistadas três mulheres e um homem. Destes, três são militantes ativos da Organização Comunista Internacionalista (OCI), seção brasileira da Corrente Marxista Internacional - Internacional Comunista Revolucionária, nova designação da Esquerda Marxista (desde novembro de 2023), a organização política responsável pela direção do Movimento das Fábricas Ocupadas. Foram eles: Mayara Colzani, médica veterinária, e os professores da rede de ensino estadual de Santa Catarina, Adilson Mariano e Maritania Camargo. Já a outra entrevistada, a advogada de Direitos Humanos e trabalhista, Cynthia Maria Pinto da Luz, em 2024, está oficialmente desligada desta organização, mantendo-se como apoiadora.

Todas as entrevistas foram realizadas entre março e abril de 2024, três delas no modo online, via plataforma Jitsi Meet, que possibilita o contato por áudio e vídeo gratuitamente e sem tempo limite de chamada, com o entrevistador abrindo o link e encaminhando ao entrevistado. A captação do áudio para sua salvaguarda foi por meio do programa OBS Studio, destinado a essa função de gravação, que permitiu o posterior *download* para uma pasta específica no computador e, em seguida, seu salvamento no Google Drive do pesquisador. Enquanto uma entrevista, com Maritania Camargo, foi feita presencialmente.

A escolha pelas entrevistas remotas deveu-se à facilidade para todos envolvidos, visto seus trabalhos e impossibilidades de deslocamentos. Já a presencial foi de exigência de Camargo, argumentando conseguir se concentrar melhor e estar, deste modo, completamente comprometida com a entrevista.

Os documentos de autorizações cedidos pelos entrevistados (APÊNDICE A e B) foram armazenados no computador e na nuvem Google Drive, assim como as transcrições. Foram elas assinadas à mão e, em sua maioria, escaneadas e enviadas para o pesquisador.

Assim, em 20 de março, a primeira entrevistada foi Mayara Inês Colzani, 31 anos. Em seu relato, Mayara expressou sua introdução na fábrica ocupada da Cipla enquanto criança, frequentando as atividades de formação política, cultural e de solidariedade aos trabalhadores ao lado de sua mãe, Eliane Colzani.

Na verdade, o primeiro contato que eu tive com a CIPLA foi através da minha mãe. Ela foi convidada. Ela também não era uma trabalhadora diretamente da CIPLA, mas militava já em alguns movimentos sociais e foi convidada para ir para a marcha à Brasília. Então, a gente ficou, acho que um mês com a minha avó, porque ela estaria viajando e meu pai é caminhoneiro. [...] Então tem bastante essa memória afetiva. Meus irmãos me chamaram pra ir acompanhar a rotina dos trabalhadores na fábrica, porque eles faziam essas visitas, né, pra mostrar como funcionava a linha de produção. [...] E depois eu participei, só como ouvinte, de uma assembleia. Naquele momento eles estavam aprovando as 30 horas de jornada de trabalho sem redução de salário. [...] Nossa, eu tinha 13 anos! não sabia que existia a possibilidade das pessoas poderem trabalhar menos e receber igualmente. Então, obviamente, era algo que fazia brilhar os olhos e que, apesar de não entender muito bem a dimensão disso, foi algo [...] muito importante até para delimitar qualquer escolha minha, com a militância e tudo mais. (COLZANI, 2024)

Naturalmente, suas memórias destacaram poucos detalhes do cotidiano ou dos eventos marcantes da ocupação, devido sua tenra idade nos anos dos acontecimentos. Entretanto, suas memórias a levaram a compreender como estar fisicamente presente naqueles processos formaram-na enquanto mulher, trabalhadora e comunista. Tônica entre os entrevistados: a relevância da vivência do controle operário em suas vidas.

Expressão disso vê-se também na segunda entrevista, produzida com Adilson Mariano, 54 anos, professor de História. No período das ocupações, foi vereador em Joinville pelo Partido dos Trabalhadores (PT), representando a política destes comunistas por, praticamente, seus quatro mandatos na Câmara de Vereadores da cidade “da ordem”, entre 2001 e 2016.

Sendo um personagem conhecido pelos setores progressistas da cidade, amigáveis ou não às suas práticas políticas, Mariano contou sua trajetória a partir das conflituosas relações com as correntes “reformistas” e “traidoras” (Mariano, 2024) do PT, que, segundo ele e os demais entrevistados, minaram profundamente o Movimento das Fábricas Ocupadas. Isto também demonstra a pluralidade da práxis das esquerdas em Joinville e no Brasil, principalmente quando dentro de uma organização de massas como o Partido dos Trabalhadores.

Além desta ênfase, Mariano fez questão de pronunciar ao que deveu-se sua entrada na Cipla, como expressão de um enlace umbilical entre sua adesão ao marxismo e a posterior atuação do mandato “como ponto de apoio aos trabalhadores” das fábricas ocupadas (Mariano, 2024). Isso se destaca pelo fato de Mariano ter sido eleito, em seu primeiro mandato, ainda não sendo “centralizado” (como se auto

designam os militantes da OCI) nesta organização comunista, que, à época, chamava-se Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira IV Internacional.

Na virada do século XX ao XXI, Mariano estava ligado às comunidades católicas de base e como assessor parlamentar do vereador Francisco de Assis (PT), onde já:

acompanhava a história da CIPLA há um tempo, porque eu trabalhava como assessor parlamentar na Câmara de Vereadores, do vereador Assis, e eu tinha alguns conhecidos, operários conhecidos que trabalhavam nessa empresa, na CIPLA. Então, já antes do processo de ocupação, eu sabia que o negócio lá não estava bem, que havia uma forte perseguição, repressão dos patrões, e que, inclusive, [...], não pagavam os impostos ali. [...] teve a oportunidade de um trabalhador me ligar, [...] me colocando uma situação de perseguição e assédio que uma trabalhadora que estava grávida estava sofrendo por parte de um gerente e esse meu companheiro que trabalhava lá viu a situação e me ligou e pediu se eu podia fazer alguma coisa. Na época, eu como era assessor liguei para a empresa e disse [...] que estava sabendo o que acontecendo.[...] os caras pegaram a mulher, queriam que ela pedisse a conta, botaram ela sentada no corredor da fábrica, onde todo mundo passava, e ela tinha que ficar ali, parada, olhando todo mundo passar. E aí a gente fez esse contato, o gerente ficou endiabrado, queria saber quem é que era e tal, e no fim daí mandou a pessoa pra rua. (Mariano, 2024)

Esse clima de perseguição política e não pagamento de direitos relatado por Mariano converge com as publicações da imprensa e com outros trabalhos relativos às ocupações e a gestão privada dos membros da família Batschauer na Cipla (Nascimento, 2004; Paulucci, 2007; Verago, 2011).

Como dito anteriormente, Mariano interpreta os momentos a partir de 2002 como responsáveis por sua adoção ao marxismo e expressa como seu mandato se radicalizou a partir da situação. Em 2001, ao assumir o mandato de vereador, ainda fora da organização comunista, Mariano afirmou que “não sabia muito bem o que fazer, o sindicato também não auxiliava” (Mariano, 2024), já denunciando a posição que a direção sindical dos plásticos tomava, não apoiando o controle fabril pelos operários (Borba, 2007).

Porém, segundo Mariano:

Em 2002, eu acabei encontrando nas lutas, no combate, o pessoal da Corrente que eu milito hoje, a organização revolucionária, que na época era O Trabalho e hoje é a OCI, da Corrente Marxista Internacional. A gente participava das lutas pela questão do aumento do transporte, contra o monopólio e tal. E aí, quando ocorreu um acontecido lá na CIPLA, que um trabalhador acabou sendo demitido, ele foi protestar lá perante a fábrica e foi perseguido. Ele, sem saber o que fazer, foi lá no meu gabinete. [...] a gente se colocou à disposição, e aí fomos conversar com os camaradas da

organização. [...] a gente começou a refletir sobre a necessidade de fazer o movimento lá, já que o sindicato não fazia nada, a gente ia iniciar um trabalho de organização dos trabalhadores, porque trabalhar sem salário é absurdo. (Mariano, 2024)

Deste ponto, em setembro de 2002, com a ida voluntária de um operário da Cipla até o gabinete de Adilson Mariano, iniciou-se o processo que levaria aos cinco anos de ocupação e controle proletário de uma das fábricas mais antigas e reconhecidas da maior cidade catarinense.

Tal narrativa se coaduna com outras fontes, como a dissertação de mestrado em Administração, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), de Jonecir Alberto Borba (2007), a qual expõe como trabalhadores deram o passo além das reivindicações econômicas dentro da fábrica para a abordagem política à Adilson Mariano:

Segundo o ex-funcionário e líder do movimento, Marciel Vieira de Oliveira, eles querem apenas uma posição da empresa e o cumprimento dos direitos trabalhistas. [...] Marciel, além de alegar que a empresa os ignora, diz que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville foi comprado pela diretoria da indústria (Jornal A Notícia, 21/09/02, p. 10). Cansado de protestar sozinho, ele se articulou com militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e outras lideranças sindicais. Era o início de uma nova etapa na luta dos trabalhadores. (Borba, 2007, p. 83)

O 19 de setembro de 2002, então, marca o começo da série de reuniões, manifestações e assembleias feitas por operários da Cipla e militantes comunistas, com a participação direta de diversos outros trabalhadores e a atenção da sociedade joinvilense. Serge Goulart¹⁶, principal dirigente político do Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), que foi eleito em assembleia Diretor-presidente da Cipla ocupada - e atual Secretário-Geral da OCI - responsabiliza esse envolvimento geral de organização e mobilização social como o impulsionador para os operários deflagrarem a greve em outubro até a ocupação e o controle fabril em definitivo (Borba, 2007).

Ao livro reportagem de Janaína Quinteiro do Nascimento (2004), intitulado “Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada: A luta dos

¹⁶ Esta pesquisa esteve em contato permanente com Serge Goulart para a realização de uma entrevista oral, a partir dos mesmos critérios e metodologias com as realizadas. Porém, devido à impossibilidades de agenda e trabalho, não foi possível realizá-la, tornando crucial a utilização de trabalhos de outros pesquisadores que estudaram as memórias deste importante personagem do movimento comunista brasileiro, que teve papel dirigente no caso aqui discutido.

trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos”, Goulart detalha que a greve iniciou em 24 de outubro, três dias antes do segundo turno que elegeu o primeiro ex-operário como presidente do Brasil, Lula da Silva. Ou seja, uma conjuntura muito especial para o movimento operário no Brasil e na América Latina.

Ao mesmo tempo, para a burocracia petista, como alerta Goulart, iniciar uma greve àquela altura do campeonato era um absurdo, pois iria “prejudicar a eleição de Lula” (Nascimento, 2004). Apesar destas pressões, os trabalhadores mantiveram-se em greve: “depois de oito dias de greve, a gente tinha também buscado denunciar a situação para o Ministério Público de Trabalho e para a Delegacia Regional do Trabalho” (Mariano, 2024).

Tal greve obrigou o sindicato dos plásticos, os empresários, a Delegacia Regional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho a sentarem à mesa com o Comitê de greve. Nessa reunião, os irmãos Batschauer, proprietários de Cipla e Interfibra, reconheceram não ter condições de cumprir suas obrigações trabalhistas com os operários e aceitaram o acordo de transferência do controle da produção para os trabalhadores. Após uma rápida Comissão de Transição, os operários substituíram-na pelo Conselho Administrativo Unificado, retomando os trabalhos em novembro de 2002 e expulsando Luís Batschauer da empresa, que, mesmo acordado, insistia em retomar o controle fabril (Tadokoro, 2013). Contudo, os controladores:

Com novas assembleias na Cipla e Interfibra, elegem comissões de transição para organizar auditoria financeira nas empresas. Comissões de trabalhadores conseguem procuração judicial para administrar as empresas. Convocam sindicatos, associações, partidos, representantes do poder público para compor um “Comitê em Defesa do Emprego, do Salário e dos Direitos Trabalhistas em dia”. Inicia-se a Campanha de coleta de assinaturas pela “Estatização para salvar 1000 empregos. (Tadokoro, 2013, p. 65)

Foi então que destacou-se o papel de Francisco Lessa, o Chico, advogado trabalhista e também dirigente político da organização comunista de Adilson Mariano e Serge Goulart. Na realidade, meses antes, tensionando dentro do sindicato dos plásticos, Lessa já exercia trabalho jurídico a esses operários.

Segundo Cynthia da Luz (2024), Lessa “revolucionou no campo jurídico a partir dessa experiência”. Afirma que foi de Lessa “a ideia da autogestão operária, [...] os acordos judiciais que [...] arrancou em todas as instâncias da Justiça [...] conseguindo provar que era possível com o faturamento de uma parte do rendimento da empresa o pagamento das dívidas que a empresa tinha” (Luz, 2024).

Segundo Mariano (2024), também foi Lessa, como orientador jurídico dos operários, quem produziu a pauta da assembleia que votou pela ocupação e controle fabril, exigindo “que todos os direitos fossem colocados em dia, os salários, tudo fosse garantido para os trabalhadores. Caso isso não acontecesse, [...] então que passasse o controle fabril para os trabalhadores” (Mariano, 2024). Logicamente, os patrões não pagaram e o controle da produção passou para as mãos dos verdadeiros produtores em 31 de outubro de 2002.

Os primeiros momentos da ocupação e do controle fabril já evidenciaram o porquê de ser uma experiência ímpar na história do movimento operário brasileiro. O combate ao cooperativismo, teoria consagrada pelo economista Paul Singer, acadêmicos, partidos e movimentos sociais progressistas foi completamente rechaçada pelos controladores do Movimento das Fábricas Ocupadas.

Isto está bastante presente em documentos relativos ao processo e na narrativa da quarta entrevistada desta pesquisa, a já mencionada Cynthia Maria Pinto da Luz, advogada do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz em Joinville (CDH), viúva de Chico Lessa, ela compunha a equipe jurídica das fábricas ocupadas, responsáveis pelos atendimentos aos operários e dirigentes políticos do MFO. Contudo, Luz afirmou que a questão de como gerir a fábrica trata-se de um ponto fulcral para a compreensão do movimento, visto a harmonia que se tinha entre os dirigentes no combate à, assim chamada, Economia Solidária:

No meu ponto de vista, e acredito que de muitos de nós, as cooperativas são uma falácia, uma forma de enganar o trabalhador, dizendo para ele que ele é dono do meio de produção e que ele determina os rumos, evidentemente, numa situação de desigualdade de forças e de armas no mundo capitalista muito grande. [...] na hora de socializar, a gente vai ter que socializar numa cooperativa inclusive as perdas. E aí quem perde, são aqueles que são cooperados e que são pessoas que são trabalhadoras, trabalhadores que não têm margem para perder nada na sua vida porque vivem de um salário limitado e aquilo ali é tudo que elas têm na vida. Então, naquela época, o governo Lula tinha o Paul Singer, economista reverenciado no mundo, e passou a fazer a discussão da economia solidária, das cooperativas e a incentivar essa política no país. [...] não era aquilo que a gente achava que tinha que acontecer ali, quem quisesse que o fizesse, mas essa não era a proposta das fábricas ocupadas no Brasil. E principalmente aqui, onde o poder, a capacidade de organização era muito maior. Realmente foi um fator onde não houve composição com o governo federal, [...] com a Prefeitura de Joinville, a época comandada pelo Carlito Merss, pela tendência que eles integravam no PT de Joinville, e foi uma verdadeira caça às bruxas em cima da ocupação de fábrica e de suas lideranças. (Luz, 2024)

Na entrevista de Goulart para Nascimento (2004) isto também se destaca: “frente à falência das empresas e a ameaça de desaparecimento dos postos de trabalho, a única perspectiva realista que sobra é o controle operário e a luta pela estatização das empresas” (Nascimento, 2004, p. 123).

Segundo estes controladores, a Economia Solidária e o cooperativismo transforma o operário em “operários-patrões”, fragmenta a classe trabalhadora e precariza as relações de trabalho por dissolver seus direitos trabalhistas (Castro, 2015). Ou seja, a negação ao cooperativismo é a posição política destes comunistas e eleita nas assembleias, no chão de fábrica, de Cipla e Interfibra. Para eles, objetiva e subjetivamente, o controle operário da produção não pode ser transformado em uma propriedade privada dos trabalhadores envolvidos, mas deve estar à serviço de toda a classe trabalhadora via estatização (Castro, 2015; Goulart, 2022).

Para Cynthia, essa divergência teórica e prática foi a principal motivadora para o combate tanto da direita, dos patrões e suas representações, quanto da esquerda, sindicatos e o PT ao MFO e à Cipla Ocupada. O “vai que a moda pega” (Luz, 2024) não se dava, portanto, por uma fábrica não ter patrões, mas por ser efetivamente controlada por operários que desejavam, orientados por dirigentes comunistas, estatizar suas fábricas mantendo seus controles como uma forma de combate ao sistema capitalista. As formações políticas e culturais, constantes e permanentes segundo Maritania Camargo (2024), educavam estes trabalhadores e propagavam pela Joinville “da ordem” a pauta da revolução socialista e as fábricas ocupadas como exemplos práticos de como seria essa outra forma de organização social.

Esta memória de conflitos, defesas e lutas convictas da direção eleita em assembleias anuais pelos trabalhadores está muito presente na narrativa de Maritania Camargo, 48 anos, e terceira entrevistada desta pesquisa. Professora de Língua Portuguesa, mestranda em Literatura e dirigente responsável pelo Comitê Regional da OCI em Joinville, Camargo, tal qual Mariano, transformou-se em uma militante comunista devido às fábricas ocupadas e teve papel relevante para as relações comerciais entre Cipla e governo Hugo Chávez da Venezuela, sendo enviada àquele país em meados de 2006.

A partir da explanação de Camargo sobre sua introdução no processo, vê-se as disputas entre essas correntes internas do PT pelo convencimento de suas ideias e, conseqüentemente, o aumento de suas fileiras. Porém, sua ruptura definitiva com a ala “reformista” do PT, à época direção do diretório municipal, deveu-se a um

episódio, no mínimo, curioso ou, como ela chamou ao citar Leon Trotsky: “quebrou as ilusões no campo das ilusões” (Camargo, 2024).

O fato ocorreu quando ela conseguiu, à certas custas, arrecadar cerca de R\$ 300 para os trabalhadores da Cipla, no início da ocupação, junto à direção do PT:

Eu já era filiada ao PT nessa época e votava no Marquinhos. O Carlito chegou a fazer campanha dentro da minha casa, com a minha família. [...] eu não era militante ainda, só tinha [...] influência deles. Eles ligam pra mim, porque eles começam a ligar pra todos os contatos, e me avisam que a fábrica foi ocupada. Eu conhecia muito pouco Mariano, porque, como eu disse, eu votava no Marquinhos, [...] mas conhecia já, de nome, né? [...] eu reúno um grupo de professores, vários professores, inclusive, que trabalhavam comigo, eu era efetiva do município também, [...], entre eles a Clarice, o Ulrich, mais outros professores que hoje não participam mais (da organização). [...] visitamos as barracas que eles formaram na frente da Cipla e daí lá eles dizem que estão precisando de mantimentos, de café, dinheiro para o passe e tal, [...] contam toda a trajetória do fato [...]. Nisso a gente sai numa peregrinação para arrecadar dinheiro com os professores. Arrecadamos uma quantia muito significativa, eu acho que hoje o equivalente a uns 5 mil reais [...] Eu lembro que impressionou todo mundo, que muito professor ajudou. [...] A história já estava espalhada pela cidade, que a fábrica tinha sido ocupada. [...]. E eu chego no acampamento (em frente à Cipla) e eles me pedem pra eu ir até (a sede) do PT. Me contam [...] que a organização não é muito... que eles não são muito bem recebidos, mas eu não entendia as diferenças dentro do partido ainda, e dizem que é melhor uma pessoa que tenha mais facilidade com isso, com o diálogo, para pedir colaboração do PT. Eu vou para essa atividade [...] com o Juliano Godoi, que foi presidente do DCE da Univille, e ele já era militante. [...] E quando a gente chega [...] é uma casa com uma piscina atrás, onde está a cúpula do PT na piscina. Então, é a primeira ilusão que quebra, porque eu saí da frente da Cipla, onde estavam (trabalhadores e militantes) acampados nas barracas, pedindo dinheiro pra comunidade, e [...] chego na sede do PT, tá o staff do PT tomando champanhe na beira da piscina. Acho que tinha o Carlito Merss [...] e alguns outros dirigentes do PT. [...] Então, ali, para mim, é um rompimento. E na ocupação (dentro da Cipla) foi a minha primeira discussão política para participar de um partido (a organização comunista). (Camargo, 2024)

Além do forte conteúdo que expressou a quebra de “ilusões” de Maritania na direção petista, essa sensível memória demonstra o senso e ação de solidariedade de classe entre os trabalhadores das fábricas ocupadas e os trabalhadores de fora, a comunidade, o bairro e as conexões com trabalhadores de todo o continente por meio do MFO. Tal massificação, o que não significa imunidade de crítica, pelo contrário, também é relatada como motivação para os conflitos entre as esquerdas da cidade e do receio das classes dominantes e suas instituições diante do Movimento das Fábricas Ocupadas, que se alastrou por mais de 35 fábricas (Verago, 2011; Luz, 2024).

A relação com grupos de trabalhadores e jovens alheios à produção de Cipla e Interfibra, mas envolvidas pela ocupação deveu-se também à essa integração por meio das atividades no pátio fabril. Formações sobre Revolução Russa de 1917 e economia política. Questões da violência contra a mulher e o assédio no trabalho, dos direitos sociais da mulher e a politização dessas operárias. Feiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) com seus produtos orgânicos. Exposição e doação ao Museu de Arte de Joinville de obras de Mário Avancini. As “senhorinhas” que frequentavam a ocupação. A limpeza de rejeitos da produção industrial da Cipla, que afetava o rio Cachoeira, sendo solucionada, naquele momento, pelos trabalhadores. Uma série de ações que contribuíam para o envolvimento e o carisma de grupos sociais com os controladores (Colzani, 2024; Mariano, 2024; Camargo, 2024; Luz, 2024).

Havia um clima muito otimista, de comemorar cada vitória, cada venda, cada acordo que era feito com as grandes montadoras, que dependiam da produção da Cipla, que tinham moldes dentro da cipla, que eram obrigados a negociar com a Cipla para não terem prejuízo. [...] havia um clima de muita integração, de muita camaradagem, de muita participação, de muito companheirismo. Isso no meio de um conflito enorme, problemas, falta de dinheiro, prazos para cumprir, mandados de busca e apreensão, leilão de maquinário, e ter que ir à Brasília para fazer as reivindicações junto ao governo federal, dar visibilidade para a luta das fábricas ocupadas, que era uma coisa muito importante no aspecto de sair da bolha de Joinville e mostrar ao país, mostrar ao mundo que aquela experiência era possível, era real, e estava acontecendo em Joinville com uma fábrica de plástico tradicionalíssima. (LUZ, 2024)

As referidas vitórias de vendas e relações comerciais também foram cruciais para os cinco anos de controle operário e, igualmente, para o combate ao processo. Tanto porque estes trabalhadores estavam realizando isso conquistando a redução da sua jornada de trabalho sem redução salarial, quanto por estarem comercializando com o governo venezuelano de Hugo Chávez (Borba, 2007; Verago, 2011; Luz, 2024).

Em outubro de 2005, essa negociação iniciou-se devido a Cipla necessitar de matéria-prima para a produção. O governo Chávez passaria a fornecê-las em troca dos produtos e tecnologias desta fábrica, que serviam, na Venezuela, para a efetivação do programa estatal de moradias populares (Borba, 2007; Verago, 2011).

Enquanto o governo Lula seguia omissivo e contrário a reivindicação de estatização das fábricas ocupadas, os dirigentes do MFO aproximaram-se de Chávez

enviando representantes para o Encontro Latino Americano de Fábricas Recuperadas pelos trabalhadores e do Encontro Sindical Latino Americano em Defesa do Emprego, da Reativação do Parque Fabril e Soberania Nacional na Venezuela. Evidentemente, a imprensa municipal e nacional, porta-voz da burguesia nativa, acompanhou e condenou essa aproximação (Borba, 2007), como a revista Veja que intitulou o MFO de “MST das Fábricas” (Verago, 2011; Tadokoro, 2013).

Entre nossos entrevistados, Maritania Camargo foi uma das escolhidas para a tarefa política das tratativas comerciais, aprender e recolher as experiências com os trabalhadores e o governo venezuelano. Tal escolha, relata Camargo (2024), foi feita em discussão pela comissão de fábrica, o órgão deliberativo eleito pelos operários: “nesse momento eu peço exoneração do meu cargo de professora do município e peço licença sem remuneração para o Estado para poder ir para a Venezuela” (Camargo, 2024).

Porém, naturalmente, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário foi uma das conquistas mais alardeadas pelo MFO. Mariano (2024) explica que se reduziu oito horas “já de cara” e “sem trabalhar sábado”, sendo aprimorado com a reorganização dos turnos até se alcançarem as “seis horas semanais, trabalharam trinta horas” (Mariano, 2024). Uma questão curiosa desse aprimoramento foi relativo às máquinas:

Bom, essas máquinas são antigas, então elas precisam de um tempo de aquecimento. Se a gente desligar ela, elas esfriam. Até reaquecer, pode estragar e tal. Então nós vamos fazer o seguinte: vamos organizar um encadeamento das jornadas. O trabalhador chega um pouquinho antes, o outro sai um pouquinho depois e aí a máquina não desliga. A máquina permanece ligada, os trabalhadores só entram, um substitui o outro [...] e a produção dá continuidade e não perde ritmo, não esfria a máquina [...]. Então é um processo coletivo de debate e de discussão no interior da fábrica, onde todo mundo vai entendendo a importância que cada um tem no processo produtivo. [...] Eles vão fazer um grande congresso, um encontro pan-americano, depois de ampla discussão no chão da fábrica, eles vão marcar isso com um acordo de redução de jornada, que vai ser assinado. (Mariano, 2024)

Para Cynthia (2024), a relação com a Venezuela e essas reduções de jornada na cidade “do trabalho” foram a “gota d’água”, pois “elite industrial da cidade não pôde suportar” (Luz, 2024). Era o exemplo a ser seguido para os operários e impedido pelos patrões: “estava provado, por estatística, por levantamento, por estudos, que era possível manter os empregos, reduzir a jornada de trabalho e ainda manter a

qualidade do produto [...] só que isso foi inadmissível, tanto é que meses depois veio a intervenção federal” (Luz, 2024).

Os entrevistados convergem quanto à perseguição judicial e policial aos dirigentes do movimento e aos trabalhadores mais envolvidos politicamente. A advogada Cynthia menciona com frequência as ações que visavam criminalizar os militantes:

Foi uma verdadeira caça às bruxas em cima da ocupação e de suas lideranças. Mentiras, acusações, criminalização, falta de apoio. Lembro bem que, na época em que houve a intervenção federal (maio de 2007), o deputado federal Pedro Uczai foi o único parlamentar do PT, [...], a vir para a porta da fábrica para enfrentar a polícia, para defender a integridade física, os trabalhadores. [...] É claro que esse foi um conflito, evidentemente, de cunho ideológico, e que era insolúvel se não houvesse disposição do governo federal em deixar a gente viver essa experiência. Podia até não dar certo lá na frente, mas tínhamos o direito de viver essa experiência respeitando a dinâmica e a democracia operária que era o que nós tínhamos dentro da Cipla e das fábricas ocupadas. (Luz, 2024)

A ação violenta, inesperada e repentina de 31 de maio de 2007 promovida pela Polícia Federal, com 150 homens armados, foi decidida pelo juiz federal Oziel Francisco de Souza, designando Rainoldo Uessler como interventor (Tadokoro, 2013). Segundo Borba (2007), autor crítico às ocupações operárias e à direção do MFO, o argumento apresentado pelo juiz para a intervenção, via decisão do processo de execução fiscal nº 98.01.06050-6/SC, foi a inadimplência de tributos federais, encargos sociais e o aumento no estoque da dívida da Cipla.

Vale lembrar que, em março de 2005, Serge Goulart, Diretor-presidente da Cipla Ocupada, já havia sido ameaçado de prisão pelo não pagamento de dívidas da empresa ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Fazenda do governo Lula, que os exigiam através de leilões e penhora de até 25% faturamento da empresa. Contudo, Jonecir Alberto Borba, o qual era responsável pela Administração de Pessoal da Cipla Lar sob o controle privado da fábrica (Borba, 2007, p. 73), não menciona nas considerações de sua dissertação que as dívidas cobradas pela justiça foram deixadas já pelos antigos patrões (Tadokoro, 2013).

Para a advogada Cynthia, ao contrário, foi uma decisão predominantemente política: “não havia nenhum motivo jurídico, a não ser político, para a Polícia Federal ir lá fechar a fábrica, ameaçar de prender todo mundo e trocar a gestão da empresa. Foi uma arbitrariedade sem tamanho” (Luz, 2024). Mariano (2024) também relata que,

posteriormente, no decorrer do processo onde foi criminalizado como, por exemplo, formador de quadrilha - junto a Goulart, Lessa e outros dirigentes - acabou vitorioso de todas as acusações, demonstrando que as sentenças iniciais não passaram de “aberrações” que tinham somente o objetivo de “acabar com esse “mau” exemplo” (Mariano, 2024).

Adilson Mariano e Maritania Camargo, assim como todos os demais representantes do Conselho de Fábrica e operários mais politizados, foram demitidos por justa causa com a intervenção federal. Segundo Tadokoro (2013, p. 76), “o interventor nomeado intimida os trabalhadores colhendo assinaturas dos que estavam de acordo com a intervenção. Os que se recusaram a assinar também foram demitidos”.

Ressaltamos que, ainda em 2007, o mesmo foi feito na Flaskô ocupada, outra fábrica de plástico membro do MFO, na cidade de Sumaré/SP (Tadokoro, 2013). Porém, nesta fábrica, que até o presente segue controlada pelos operários, mesmo com muitas dificuldades, teve como resposta à tentativa de intervenção a paralisação das máquinas e um piquete de manifestação organizado pela Esquerda Marxista (atual OCI) e aderido por:

Sindicato dos Químicos de Campinas, Osasco e Vinhedo, Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, Sindicato dos Sapateiros de Franca, Sindicato dos Pesquisadores; trabalhadores demitidos da Cipla, trabalhadores da Ellen Metal (Caieiras), Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP), assessor do Deputado Federal Zaratini (PT), vereadora Marcela Moreira (PSOL – Campinas), Corrente O Trabalho do PT, Partido Comunista do Brasil (PCB - Campinas), uma comissão de moradores da Vila Operária e Popular, Movimento Negro Socialista, Juventude Revolução e um grupo de professores de SP. (Tadokoro, 2013, p. 76-77)

Toda esta frente única de organizações de esquerda, em Sumaré, foi capaz de expulsar os interventores da Flaskô. Bem diferente do ocorrido em Joinville, quando, nas palavras de nossos entrevistados, dirigentes políticos da esquerda da cidade, especialmente do PT, atuaram ao lado da Polícia Federal.

Na “cidade da ordem”, que também era a cidade sede dos comunistas do MFO, a intervenção: “foi muito bem preparada, [...] fechou todos os pontos de entrada, de saída, e quem estava dentro ficou, quem estava fora ficou. Lá dentro havia alguns traidores que apontavam quem é que estava numa ou noutra posição de liderança na fábrica” (Luz, 2024). Isto facilitou a prisão e o processo de vários trabalhadores e dirigentes políticos.

Em suas memórias, Mariano resgatou que a ação permanente da comissão de fábrica, incluindo na véspera da intervenção, era de buscar auxílio, apoio e acordo com o governo federal “para negociar e poder [...] fazer os pagamentos com base em percentual da produção que eles (os trabalhadores) estavam conseguindo elevar” (Mariano, 2024). Esta proposta estava, evidentemente, intrínseca à defesa política dos controladores, visto que, como dito, sua bandeira era a estatização da empresa. Sua produção e, conseqüentemente, seus lucros pagariam as dívidas com a União. Reitera Mariano:

e isso (a intervenção) vindo do governo Lula, né? Vindo do Marinho (ministro da Previdência Social e do Trabalho entre 2005 e 2008) [...] Então foi uma traição, um sentimento de traição terrível, a violência com que o governo Lula tratou o movimento das fábricas ocupadas. (Mariano, 2024)

Choca também o relato de como muitos trabalhadores estavam dispostos a ir para o confronto com a polícia, mas que, segundo Cynthia (2024), “não havia condições de resistir àquilo sem que houvesse mortes”. E acrescenta que: “depois disso, para nós, advogados, [...] ainda ficou todo aquele acervo, aquelas pendências jurídicas [...], onde a gente teve que lidar mais 5, 6, 10 anos [...] com toda essa quantidade de injustiça que foi a intervenção federal” (Luz, 2024).

Contudo, apesar deste final dramático com a “operação cinematográfica” (Luz, 2024) da Polícia Federal, estes personagens compartilharam as memórias das ocupações como seus elementos ontológicos. Detalhes profundos, angústias, prazeres, ressentimentos e esperanças que somente ouvindo-os é possível acessá-los.

Exemplo disso é a satisfação das mulheres entrevistadas ao lembrar e afirmar que eram as trabalhadoras as mais aguerridas, se impondo politicamente nos ambientes amplamente masculinos, como disseram Cynthia da Luz e Maritania Camargo:

Nos momentos de confronto, quando a polícia tentava entrar para retirar uma máquina ou para prender alguém, as mulheres eram brabas para cacete! Elas iam, sim, para a linha de frente, enfrentavam, a polícia chamava para o pau, faziam o paredão humano e estavam ali lado a lado com os homens, numa mesma luta, numa mesma integração. Foram momentos muito especiais no sentido de se começar a ampliar esse universo da mulher que não é só aquele de ir para casa, cuidar da casa, dos filhos, bater ponto na fábrica, ir embora [...] e continuar sempre sem compreender qual é o seu

lugar, qual é o seu espaço, do porque ela estar ali, porque ela é explorada, oprimida e usada pelo sistema na qual a gente vive. (Luz, 2024)

As mulheres conseguiram [...] ter um lugar de destaque, se impunha a necessidade dessa participação. [...] tinha muita coisa que a gente não vê nem agora, em outros ambientes, as trabalhadoras participando ativamente, tanto na ocupação, no comando, na organização da fábrica, nas visitas, nas atividades que eram propostas, falando publicamente em assembleia. (Camargo, 2024)

Não há dúvidas, a partir de suas narrativas, que o intuito destas pessoas é de “manter viva a memória” (Colzani, 2024) dos produtores da riqueza desta cidade, atravessada por conquistas, derrotas, lágrimas e sorrisos. Torná-los protagonistas da história contada, além da vivida.

Assim, tal qual Leon Trotsky, Maritania Camargo (2024) expressou que suas memórias são intencionais:

A gente precisa fazer a memória dos trabalhadores porque enquanto a burguesia estiver ganhando, ela tenta tirar que a história é feita por nós, que somos nós os protagonistas da história. Então, acho [...] fundamental [...] trabalhos que relembrem essa história, entrevistas, locais [...] comemorações dos eventos, palestras, atividades de toda a natureza, para que essa memória possa ser mantida viva e que a gente possa fazer dela a energia para [...] transformar a sociedade.

Tais memórias são honestas e propositalmente desenvolvidas para os interesses destes comunistas. E por que não seriam? Diante da monumentalidade das ideologias burguesas, os materialistas históricos atuantes na sociedade buscam disputar corações e mentes com o intuito de ocupar e controlar fábricas, campos, ruas, escolas e universidades em combate ao modo de produção capitalista. Tendo a verdade como revolucionária, não sonegam esta revolucionária pretensão.

3. A patrimonializável memória proletária

O terceiro e último capítulo que compõe esta dissertação, dedicada à ocupação e controle operário das fábricas Cipla e Interfibra e sua direção política, na cidade de Joinville, entre 2002 e 2007, propõe aprofundar as problematizações que atravessaram todo o percurso do trabalho. Tratam-se de discussões atualizadas do campo do Patrimônio Industrial, compreendendo como patrimonializáveis - para além da coisa física - os processos coletivos e individuais da memória associada ao trabalho e à indústria (Meneguello, 2011).

Para tanto, é utilizado como metodologia a revisão bibliográfica dos autores críticos e de referência no campo, aliada às entrevistas orais, transformadas em fontes a partir da História Oral, produzidas por esta pesquisa. Busca-se também fundamentar no materialismo histórico-dialético o papel da ideologia e seus significados para as relações humanas e sociais. Assim, a partir do caso aqui estudado com suas entrevistas orais produzidas, entende-se tais memórias e ações políticas comunistas, da produção econômica à vida política, como fatores que forjam ontologicamente as pessoas, a indústria e a cidade de Joinville, suscetíveis aos debate (anti)patrimonial - recente campo de teórico -, como contribuição reflexiva ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville - Univille e às pesquisas sobre o patrimônio industrial.

Este trabalho não visa patrimonializar a memória proletária sob os ritos e instituições autorizados¹⁷. Configura-se, pretensamente, em uma tentativa de contribuir no combate à lógica burguesa de patrimônio, que, na perspectiva histórica de sua classe, institui seus símbolos colonizadores, exploradores e ordeiros como os genuínos, incorruptíveis e os únicos relevantes para o conjunto da sociedade, como dominação e controle (Alonso-González, 2019).

Ao avesso disso, os elementos instigados, a partir das ferramentas metodológicas mencionadas, segundo o historiador José Carlos S. B. Meihy (2006), permitem a sujeitos que talvez nunca tivessem sido colocados em tal protagonismo a

¹⁷ A discussão sobre o Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP) é muito cara para a reflexão crítica do Patrimônio Cultural, sendo indicada a leitura de: LAURAJANE SMITH; ANA GABRIELA CARDOSO; HELENA STRINGARI GONÇALVES; LUCAS HENRIQUE DA SILVA LIMA; FERNANDO CESAR SOSSAI. O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do Patrimônio Cultural em contextos contemporâneos. *Revista Confluências Culturais*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 122–135, 2023. DOI: 10.21726/rcc.v12i2.2206. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/2206>. Acesso em: 15 abr. 2024.

se expressarem, possibilitando a construção de narrativas individuais e sociais oriundas de saberes e ações práticas não oficializados. São estes que, enquanto dirigentes políticos dos produtores da riqueza social e da atuação consequente da classe trabalhadora, tornam-se documentos para compreender processos históricos, ideologias e discussões relativas aos seus locais de vivência, produção e reprodução da vida, passíveis de serem fontes para uma discussão patrimonial que evoque os interesses da classe trabalhadora.

O patrimônio industrial para além da pedra e cal

No Brasil, segundo Maria Célia Londres Fonseca (2005), a partir da trajetória do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) -, a concepção do patrimônio apenas enquanto estruturas físicas, a chamada fase da pedra e cal, fora superada, pelo menos, desde 1979, quando ocorre a ampliação do conceito para os bens imateriais e a chancela da Paisagem Cultural. Entretanto, no contexto da redemocratização após 21 anos de ditadura militar, foram com os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) que se instituíram a responsabilidade da União e dos Estados na proteção do patrimônio cultural nacional. Ao patrimônio industrial, enfoque dado no presente trabalho, este movimento é mais recente, já que, em si, este é um alargamento da própria ideia de patrimônio cultural (Rodrigues, 2010).

Tal premissa, que lança feixes de luz ao patrimônio industrial dando respiração, sangue, suor e humanidade aos galpões e linhas de produção, passou pelas considerações de inúmeros profissionais, acadêmicos ou não, do patrimônio cultural. Essas reflexões e apreciações desenvolveram cartas, trabalhos e intenções pela intangibilidade dos patrimônios, abordando-os criticamente (Meneguello, 2011).

Em território brasileiro, a Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH organizou-se em 2004, na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, no I Encontro em Patrimônio Industrial (Meneguello, 2011). Este órgão também possui a Série TICCIH Brasil Novas Perspectivas como sua publicação digital de produções de pesquisas para o campo no país, reunindo as áreas da História, Arquitetura, Letras, Antropologia e outras ciências que problematizam a questão. Conforma-se, então, como um campo em expansão com diferentes

abordagens, análises e proposições que desenvolvem temáticas que perpassam as transformações produtivas do capitalismo contemporâneo (Klöppel, 2022).

Os enfoques consolidam os conhecimentos e as organizações técnicas, culturais e sociais dos trabalhadores como um todo complexo, capazes de forjar a vida das localidades a qual tais fábricas estão inseridas, acarretando em mudanças organizacionais, ideológicas e de perspectivas em toda a sociedade (ICOMOS, TICCIH, 2011). Uma orientação patrimonial que legitima a presente proposta de entender a ocupação de operários nestas consagradas fábricas de transformação de plástico em Joinville, com a direção política de uma organização comunista reivindicatória da estatização sob controle produtivo destes trabalhadores, como acontecimentos que afetaram vidas envolvidas e a sociedade joinvilense. E isto não apenas durante 2002 e 2007, mas, como visto nas entrevistas orais, permanentemente em suas trajetórias como exemplo marcante na história do movimento operário desta cidade.

Como aponta a historiadora Anelise Klöppel (2022), as memórias dos trabalhadores oportunizam uma profunda reflexão sobre o patrimônio industrial. E, acrescento a partir do caso aqui estudado, para além dos próprios operários, são também as narrativas de todos na sociedade envolvidos nas ações do Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), sua direção política.

Neste sentido, a historiadora e especialista neste campo Cristina Meneguello nos afirma que:

Em primeiro lugar, é importante considerar a dimensão da preservação da memória do trabalho e dos trabalhadores, incluso o conhecimento de técnicas e rotinas de produção, de organização e de sociabilidade, dentro e fora do espaço de produção. A indelével associação entre os espaços de trabalho e as memórias dos trabalhadores incide também na dimensão imaterial da experiência industrial (os saberes, as rotinas de trabalho, as práticas cotidianas), também em veloz processo de desaparecimento. Essa dimensão do passado industrial, que inclui ex-trabalhadores, filhos ou netos de trabalhadores e a comunidade circundante, muitas vezes entra em cena e possibilita a atuação organizada de grupos pela proteção de algum bem em específico trazendo, desse modo, o patrimônio industrial para a arena de debate político e civil. (Meneguello, 2011, p. 1819-1820)

Isso nos remete às interpretações de Cynthia Maria Pinto da Luz, advogada de Direitos Humanos e entrevistada desta pesquisa, ao ser perguntada sobre a importância da memória das ocupações fabris. Ela demonstrou como essa abordagem é rica para contribuir para uma ação transformadora: “é muito importante que a gente mantenha um acervo, que a gente discorra sobre essa experiência, [...]”

principalmente aqui em Joinville, [...] porque não está dado que ela não possa se repetir” (Luz, 2024).

Adilson Mariano (2024), por sua vez, considera que é fundamental a preservação dessa memória “porque a burguesia, quem está no espaço de poder, quer apagar tudo isso”. E um apagamento dessa memória seria, assim, devastador por ser uma “experiência gigante” visto que “novos combates virão e esse combate certamente vai servir de inspiração” (Mariano, 2024).

Enquanto professor de História, Mariano também acrescenta sua defesa sobre as pesquisas acadêmicas, onde torce para que os pesquisadores busquem “aqueles que, de fato, participaram e construíram” os movimentos sociais e políticos para “registrar e deixar viva na memória da classe trabalhadora, da cidade, essa trajetória, esse combate, essa luta”. Tudo isto para atingir as “futuras gerações” (Mariano, 2024).

Nessas narrativas, vemos recorrentemente a presença da ideia de patrimonialidade das memórias dos *controladores* - assim chamados os envolvidos nesses acontecimentos (Verago, 2011). A ideia surge com a intenção de fomentar a construção de um “futuro com outros ritmos, [...], porque essas experiências levam a gente a aprender que as coisas podem mudar” (Luz, 2024).

Assim, faz-se importante compreender a distinção conceitual realizada pelo historiador Dominique Poulot (2009) quando refere-se à patrimonialidade, no qual podemos traçar semelhanças com o sentido sugerido pelos entrevistados. Para Poulot (2009), a patrimonialidade diz respeito ao potencial patrimonial que possuem as memórias, saberes, ações, etc., das pessoas, às quais não necessitam de uma confirmação, um processo que envolva o reconhecimento institucional e estatal, por exemplo, para existirem e serem relevantes socialmente. Tal aval legal garantiria, por outro lado, a patrimonialização de qualquer bem. Provocativo, Poulot ainda aponta que o questionamento, a recusa ou a contestação à patrimonialização chega a ser classificado como vandalismo (Poulot, 2009). Aqui, está claro que ser “vândalo”, subvertendo a ordem burguesa, foi objetivo.

Evidentemente não estava na ordem do dia destes controladores produzir um processo capaz de ser patrimonializado ou refletido como patrimônio cultural e industrial. Eles estavam vivendo e em luta por seus direitos trabalhistas e um novo futuro. Contudo, pensando nós no presente, acionando a afirmação de Karl Marx (2011) sobre os humanos produzirem suas histórias, memórias e legados, mas sempre defrontados pelo passado que se impõe e pelo presente que nos cercam e

nos fazem Ser, podemos examinar e repercutir sobre esses feitos proletários de 2002 a 2007, na cidade de Joinville-SC. Tais imperativos as expressam como marcos aptos da aproximação crítica patrimonial, vendo-os como carregados da explicada patrimonialidade.

Diante disso, abordamos-las aqui com um “dever de memória”, após duas décadas desde a inauguração desta extraordinária experiência proletária em uma cidade onde julga-se predominar a ideologia do trabalho e da ordem (Costa, 1996; Coelho, 2011), a qual trataremos mais à frente. Segundo Ferreira (2009), o “dever de memória” surge de implicações do presente, período em que Mariano e Luz (2024) caracterizam como de aprofundamento da crise capitalista com o aumento da miséria, do desemprego, da fome e da crise política no Brasil e no mundo.

Historicamente, o conceito de “dever de memória” se relaciona às lutas por reparações a grupos oprimidos e constituições de identidades, isto é, a passados sensíveis (Guazzelli, 2010). Ele surge na França na década de 1950 associado aos deportados do país na Segunda Guerra Mundial, visando homenagear suas memórias, resultando na criação de um idealizado heroísmo francês durante a ocupação nazista. Posteriormente, o mesmo método de abordagem às memórias se virou para o holocausto judeu, transformando a memória da resistência francesa em memória de vítima, assumindo sentido de justiça aos oprimidos (Guazzelli, 2010).

Tal “dever de memória” contribuiu para punições aos nazistas, na Europa, e aos torturadores das ditaduras militares na América Latina, em especial na Argentina. No Brasil, além dos 21 anos de chumbo - apesar de não ter levado à punições aos responsáveis pelo terrorismo de Estado no período -, o dever de memória também se produz para as questões negras, sendo muito mais presente no debate público atualmente (Guazzelli, 2010).

Logo, os conceitos de (anti)patrimônio, patrimonialidade e dever de memória apresentam-se como mobilizadores da presente perspectiva para as memórias e ações proletárias das fábricas ocupadas, sendo elas sensíveis, “vândalas” à patrimonialização e requerentes de um resgate intencional de seus narradores para novas ações da classe trabalhadora.

Como dito, aqueles operários de transformação de plásticos desejavam apenas escrever suas histórias pessoais da maneira mais calma e tranquila, vivendo com o que receberiam das promessas firmadas pelas relações capitalistas de produção, ou seja, alguma dignidade a partir do assalariamento. Entretanto, como apresentado por

Josiane Lombardi Verago (2011) sobre a situação pré-ocupação, nos fins dos anos 1990 até outubro de 2002, o colapso da administração privada das fábricas Cipla e Interfibra que trouxe os atrasos salariais, de direitos trabalhistas e, sobretudo, da iminente demissão de empregados, tornaram as condições difíceis, radicalizaram politicamente os operários e levaram a greve de oito dias ao controle produtivo das fábricas (Nascimento, 2004). Outrossim apresentam um complexo de memórias boas e difíceis dos entrevistados, sobretudo referente às perseguições políticas e à intervenção federal de maio de 2007:

A intervenção foi um negócio caótico, assim, porque foi em segredo de justiça. [...] Amanhece um determinado dia, os trabalhadores naquele ritmo, 30 horas semanais, felizes, tocando as coisas e tal, buscando o governo, o INSS, para negociar e poder então fazer os pagamentos com base em percentual da produção que eles estavam conseguindo elevar e tal. [...] e ela (a intervenção) vem com 150 policiais armados até os dentes que chegam de supetão na fábrica, de surpresa, tomam tudo [...] e [...] o interventor [...] começa a mandar as pessoas pra rua [...]. Uma violência absurda assim, sem qualquer discussão, simplesmente toma na força das armas e manda a direção, quem tá à frente do processo, independente de ser operário ou ser militante, fora, não manda mais aqui, não tá mais aqui, quem manda agora é o interventor (Mariano, 2024).

[...] uma imagem mais dura, que foi a colocação de seguranças armados na porta da Interfibra, com chuva, e a gente fez um ato e os seguranças dentro estavam ameaçando atirar, porque estavam todos armados, e a gente estava na frente com chuva à noite, no inverno, com umas 40 pessoas na porta da fábrica. Era uma desocupação. [...] com as famílias com crianças e [...] a ameaça de que iriam dissipar a manifestação de forma violenta (Camargo, 2024).

As circunstâncias da luta de classes daquele período histórico desenvolveram-na ao ponto destas situações e os tensionamentos realizados pelos *controladores*. Isso também nos coloca diante das memórias proletárias das ocupações como elementos de disputas e repletas de intenções.

Quanto a isso, conforme Oliveira (2017) que explica como a memória é operada pelos materialistas históricos, perfil intelectual dos personagens entrevistados pela pesquisa, suas produções memoriais são intencionais para a criação de novas ações para si da classe trabalhadora. Quer dizer, a seus interesses econômicos, sociais e políticos enquanto classe (Marx, 2007).

Por isso, é importante aqui conceituar o proletariado, inscrito no título deste trabalho, como definido por Friedrich Engels:

O proletariado é aquela classe da sociedade que tira o seu sustento única e somente da venda do seu trabalho e não do lucro de qualquer capital; [aquela classe] cujo bem e sofrimento, cuja vida e morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e dos maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada. Numa palavra, o proletariado ou a classe dos proletários é a classe trabalhadora (Engels, 2006).

Assim, assimilamos todos os entrevistados e os demais envolvidos no MFO enquanto proletários, independente de estarem ou não na linha de produção das fábricas Cipla e Interfibra. Daqueles que produziam a riqueza de Cipla e Interfibra aos que foram eleitos pelas assembleias da ocupação e os demais trabalhadores de fora da fábrica - como professores das redes públicas de ensino, advogados que davam a assistência jurídica, jornalistas que produziam a comunicação do processo para a sociedade, agricultores do MST que participavam de eventos dentro da fábrica, etc. - que contribuíram diretamente para estas ações patrimonializáveis que enfrentavam a ordem.

Pois ora, o que é esta experiência de controle operário, dentro do regime capitalista, senão uma provocação prática e ideológica para tais relações sociais? Nas palavras de Luz (2024), uma das advogadas da ocupação: “nessa militância nós tínhamos um projeto de vida, que era a transformação social do país, era um alinhamento com uma política que derrubasse o capitalismo, instituisse um país socialista”. Trata-se de uma posição disruptiva, acima de tudo, carregada de significados para a atualidade de crise do modo de produção capitalista, de direitos trabalhistas aviltados e da memória dos explorados e oprimidos em seu trajeto de ocultamento pelas classes dominantes (Mascaro, 2018; Camargo, 2024).

Estas considerações nos provocam a retirar o véu da sacralização do patrimônio, com sua suposta comunicação essencializada ou refletida e outrora vista somente “como uma prática nostálgica para lidar com o passado” (Chuva, 2020, p. 32). Ao avesso, memória e patrimônio são trabalhos e produtos do presente, que devem ser expostos desta forma.

Com este pressuposto, portanto, como não experimentar criticamente as ferramentas deste campo e as potências de salvaguardar as memórias desta experiência que ousou extrapolar a ordem burguesa e as políticas de reforma deste status quo?

Assim, objetiva-se aqui contribuições para a problematização do patrimônio industrial, ao passo que pretende-se situar as memórias aludidas como instrumento

de mobilização da classe trabalhadora joinvilense, que, como demonstrou este percurso, possui a potência de radicalizar-se, pegando as coisas pela raiz, ao conhecer sua história e suas possibilidades de ação.

Reflexões (anti)patrimoniais pelas memórias comunistas

Não se trata de aprender sobre património ou de o definir como se de uma essência se tratasse, mas sim de aprender com os atores [...] e a rede de relações na qual vivem. Esta aprendizagem sobre as relações tem como objetivo último situar o património no contexto da forma [...] dominante hoje, o capitalismo. [...] e como o património contribui para a reprodução do capitalismo. (Alonso-González, 2019, p. 29)

O antropólogo materialista Pablo Alonso-González, PhD em Estudos Patrimoniais pela Divisão de Arqueologia da Universidade de Cambridge, Doutor em História pela Universidade de León e, atualmente, cientista sênior em Antropologia do Instituto de Productos Naturales y Agrobiología, em La Laguna, Tenerife, Espanha, produziu uma obra crítica de referência para o patrimônio, a qual se filia esta pesquisa. Em suas linhas, um canhão é apontado para a máquina patrimonial, uma normativa governamental, coisificando abstrações totalizantes, ação histórica da burguesia, de sua ascensão ao presente - nação, região, comunidade, cultura, etc. - transformando-as, assim como tudo no capitalismo, em ideologia e mercadoria (Domingos apud Alonso-González, 2019). Essa máquina, mesmo quando envernizada como promotora de novos patrimônios, mantém a necessária lógica de patrimonializar, de alguma forma, as ações humanas e, ainda segundo Nuno Domingos, impede a autorrepresentação das pessoas ao tornar sua história sem contradições, linear.

Um exemplo polêmico sobre como age “criticamente” a máquina patrimonial, esse mecanismo global segundo Alonso-González (2019), é o processo de devolução de objetos e bens às antigas colônias europeias, que estavam nos museus destes países imperialistas. Entretanto, sendo objetos do uso cotidiano, naturalmente, não serão devolvidos, nem significativos, às pessoas que os utilizavam simplesmente por terem sido categorizados como patrimônios, visto que tais pessoas não existem mais ou a vida destes locais se transformaram materialmente. Representa apenas ao turismo e a maior mercantilização das relações sociais e culturais dos povos.

Num negócio diplomático, que assinala a ação de políticas de softpower ocidentais, requer-se que este património seja repatrimonializado pelos Estados das nações ex-coloniais, museologizado e utilizado para constituir uma narrativa sobre a nação e as suas populações, potencialmente mercantilizável, para o cidadão nacional, mas também para o turista. Este aparente acerto com a história, justo e necessário, reproduz ainda assim as lógicas da máquina patrimonial” (Domingos apud Alonso-González, 2019, p. 15)

Como afirma Alonso-González (2019), esse tipo de caso, apresentado como “reparações” e “acertos com a história”, também reproduzem a lógica da máquina patrimonial. Isso demonstra como a patrimonialização pode ser onipresente e como sua naturalização é problemática.

Nesta lógica, o patrimônio, cultural e/ou industrial, pode servir substancialmente como materialização da produção da ideologia dominante, que assegura os seus interesses, enquanto classe dominante, como se fossem os interesses de toda a humanidade (Marx, 2007). Entretanto, sendo o patrimônio a expressão política da memória de uma classe, de um grupo social e/ou de um gênero humano ele pode ser disputado pelos controladores e quaisquer outros trabalhadores.

O posicionamento crítico é importante por não referendar o patrimônio como algo dado, valioso e automaticamente identificável pelos trabalhadores. Ele pode, na realidade, ser instrumento de fetichização do passado para o domínio ideológico do presente pelas classes dominantes. Uma necessidade capitalista de alçar como exemplar não os processos autônomos da classe trabalhadora, como o controle operário em Cipla e Interfibra, mas sim, por exemplo, a convalidação de “povo trabalhador”, “ordeiro” e “empreendedor” de Joinville. Nesta cidade, as obras “Monumento ao Imigrante”, do artista Fritz Alt, “O Fundidor”, do artista Paulo de Siqueira, “Mão Tecelã” e “O Calceteiro”, ambos do artista Mário Avancini, encravadas em espaços simbólicos do município, da “Manchester Catarinense”, representam este projeto burguês (Gonçalves e Moraes, 2021).

Como aponta Alonso-Gonzalez (2019), este patrimônio é resultado de uma epistemologia iluminista, positivista, nacionalista e romântica, produções ideológicas da burguesia, que, neste quesito, atacam o proletariado combinando forma-mercadoria e forma-pensamento em forma-patrimônio (Prista, 2021). Nesta perspectiva, o patrimônio agrega trabalho vivo e intelectual acumulados, passando a fetichizar o patrimônio até convertê-lo em objeto de consumo.

Essa estrutura, para o autor, necessita de um grande investimento em trabalho material e intelectual para que se efetive enquanto um patrimônio socialmente aceito. Isso significa, para Alonso-González (2019), que a monetarização de um patrimônio não interfere na categorização do patrimônio como uma mercadoria, pois essa sua posição é “prévia e mais complexa do que sua simples (e complicada) colocação em circulação no mercado” (2019, p. 200).

Diferentemente de mercadorias que acumulam ‘trabalho morto’ e geram lucro de forma imediata, como um carro ou um computador, o patrimônio gera uma estrutura de custos particular, que repousa e depende do ‘trabalho vivo’ e da sua integração nas funções de reprodução social. [...] O que explica por que tenho vindo a enfatizar que a simples “mercantilização” do patrimônio e a sua crítica não explicam nada do patrimônio. (Alonso-González, 2019, p. 200)

Contudo, certamente, outros fazeres patrimoniais podem ser realizados, como o tombamento do DOI-CODI de São Paulo. Este surgiu da reivindicação de grupos ligados à Memória, Verdade e Justiça no país (Rodrigues, 2021), transformado em lugar de memória pelo Núcleo de Preservação da Memória Política¹⁸. Ou o recente exemplo dos Clubes Sociais Negros em Santa Catarina (Fernandes, 2023).

A crítica analítica auxilia-nos a não buscar classificar as memórias e os saberes sobre o controle operário da produção em Cipla e Interfibra como novas expressões do patrimônio industrial autorizado. Pelo contrário, contesta tal necessidade ao entender, assim como Alonso-González, o patrimônio cultural como produto objetivo e subjetivo burguês cumpridor de um papel ideológico para a sociedade.

Os instrumentos de patrimonialização, oriundos da Revolução Francesa, têm historicamente a função de legitimar e construir a ideia dos Estados Nacionais como elementos supraclassistas e mediadores das necessidades de todos, feito ideologia (Marx, 2007). Contudo, como o próprio Estado, promove somente os interesses, memórias, monumentos e documentos que exaltam e qualificam as classes dominantes com seus “heróis”. Trata-se da seleção e produção histórica e contemporânea de ocultar os feitos e conquistas dos trabalhadores, como foram as ocupações fabris em Joinville. Assim, o convite, feito aqui, é de pensar a patrimonializável memória proletária fora dos parâmetros conceituais do campo, a “abstração chamada patrimônio” (Alonso-González, 2019, p. 208), mas na intenção

¹⁸ NÚCLEO MEMÓRIA. DOI-CODI São Paulo: percursos de um lugar de memória. Projeto visitas mediadas ao ex DOI-CODI, Núcleo de Preservação da Memória Política, 2019. Disponível em: <<https://www.nucleomemoria.com.br/downloads/CartilhaNM.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

audaciosa de servir de referência e nutrir novas ações independentes e autogestionadas da classe trabalhadora.

Esta proposta busca somar-se aos trabalhos críticos sobre a história de Joinville como cidade da ordem e do trabalho. Com suas particularidades, as classes dominantes locais produziram seus mitos de origem e de desenvolvimento, seus patrimônios históricos e culturais dos discursos aos monumentos para explicar a industrialização do município e doutrinar seu proletariado nos ditames do relógio e da ordem burguesa nestas terras (Costa, 1996).

Isso ocorre ainda que seja uma localidade ocupada há aproximadamente seis mil antes do tempo presente pelos povos “pescadores-caçadores-coletores” chamados sambaquianos. Que fora, posteriormente, terra de povos Guarani e, somente no século XVIII, ocupada por luso-brasileiros. Logo, a história oficial marcada por este estigma, oriunda da fundação da Colônia Dona Francisca por migrantes europeus especialmente germânicos, em 1851, é extremamente recente. Mas é certo que a referida colonização do século XIX transformou a economia joinvilense com suas atividades mercantis e artesanais do mate e madeira, impulsionadoras da seguinte adesão à produção metal-mecânica, sendo a base material para tal composição social, cultural e política cidadina (Klöppel, 2022).

Igualmente sobre a formação da cidade, o historiador Dilney Cunha (2008) explicitou a relação da Sociedade Colonizadora de Hamburgo com a conceituação de Trabalho enquanto “fonte de valores, virtudes e de progresso ou ainda como uma vocação divina” (p. 127). Longe de suas terras europeias devido à crise econômica, social e política de 1848, empreenderam construir no norte catarinense uma sociedade que cultuasse o trabalho como um dever ético e moral.

Os gestores da colônia Dona Francisca, atual Joinville, buscaram consolidar um local de desenvolvimento e exploração para suas riquezas devido ao contexto de industrialização e expansão do capitalismo, em 1851. Ao mesmo tempo, o Brasil e seu Estado, que vendeu essas terras aos capitalistas hamburgueses, também estava em processo de mudanças no período, desde as Leis Eusébio de Queirós e a Lei de Terras, ambas de 1850, até as pretensões “civilizatórias” do Governo Imperial e das frações ilustradas da elite nacional (Cunha, 2008).

Foi a conjuntura ideal para o fortalecimento desta burguesia teuto-brasileira. Ainda assim, reforça-se que a elite luso-brasileira local também se aproveitou dessa

concepção, pois, mesmo com atritos entre essas frações, a exploração de classe unificou-os para a contínua extração de mais-valor em Joinville (Cunha, 2008).

Assim, tal como Costa (1996), Cunha definiu que:

O cotidiano, marcado por relações e práticas autoritárias e excludentes, desmente esse discurso de unidade e da harmonia (entre as classes), revelando as profundas divisões e diferenças na sociedade local, cujos resquícios podem ser percebidos e sentidos ainda hoje (Cunha, 2008, p. 128).

Quanto ao operariado em si, Joinville passou a ter majoritariamente esta categoria proletária a partir dos anos 1970. Segundo a historiadora Giane Maria de Souza (2009), a Fundação Tupy, inaugurada em 1938, desempenhou papel recrutador de força de trabalho em regiões próximas, além do processo migratório à cidade devido a acontecimentos trágicos, como a grande enchente de Tubarão em 1974. A historiadora Klöppel ainda acrescenta o “deslocamento nacional de trabalhadores para o setor urbano, o chamado êxodo rural, que, em cidades industriais como Joinville, coincidiu com a outra leva migratória” (2022, p. 20), além das enchentes catarinenses e a expansão industrial em Joinville.

Esse período histórico coincide com a ditadura empresarial-militar no Brasil, encontrando amparo desta caracterização da cidade também no trabalho do historiador Izaias de Souza Freire (2017), que a apresenta a partir do surto migratório da força de trabalho advinda do interior paranaense, além do próprio estado catarinense. São, inclusive, movimentos que, segundo o autor, contrapõem materialmente a insistência das classes dominantes locais em “reafirmar os traços de uma suposta identidade germânica hegemônica [...]: um lugar caracterizado pela ordem e a disciplina, onde as pessoas dormiam e acordavam cedo para trabalhar nas fábricas” (Freire, 2017, p. 554). Freire questiona essa construção supostamente harmônica da cidade, onde não haveria “luta de classes, [seria] um idílio que parecia coincidir com a utopia autoritária do regime” ditatorial (Freire, 2017, p. 554).

Todavia, seja antes ou depois da ditadura, a invenção da cidade da ordem, onde qualquer ação operária é condenável, é verificável na ideologia dominante. Acrescenta-se a ela uma profunda carga xenófoba, pois, por exemplo, é propagado que greves, disputas e, como no caso de Cipla e Interfibra, o controle operário nunca são obras da insatisfação dos proletários nativos, mas das invasões e ingerências de

“elementos externos transportados de regiões turbulentas do país, sobretudo da região do ABC” (Freire, 2017, p. 558).

Como apreciação histórica desse fio condutor ideológico de Joinville, podemos ver o trabalho de Klöppel quando se refere à greve de 1917 na cidade, organizada pela “Sociedade de Operários joinvillenses”, que emitia boletins noticiando que 700 operários do “Moinho do Bôa Vista’ exigiam aumento de 20% de seus salários. Em resposta, industriais e comerciantes da cidade, por meio de sua imprensa, lançavam o repúdio à greve e a narrativa que:

colocava o joinvilense no patamar da ordem, da família, em um jogo de poder que construía o outro, um inimigo, alguém que é de fora, que não tem os mesmos valores que a população nativa: ‘o nosso operario, aqui nascido e radicado, por laços de família e interesses, é, em geral, ordeiro e honesto, mas, entre estes, ha elementos, felizmente pouco numerosos, que, sendo açulados, podem praticar excessos, que devem ser condemnados’. (O ESTADO, 12/08/1917, p.1) (Klöppel, 2022, p. 121).

A historiadora Iara Andrade Costa (1996) aponta que é justamente na Primeira República e, em seguida, no Estado Novo, que Joinville passa a ser representada como a cidade do trabalho e da ordem. Teve papel crucial nisso o industrial Hans Dieter Schmidt, herdeiro um dos fundadores e ex-presidente da Fundação Tupy, que propagava uma absoluta aliança de classes na cidade, vazia de antagonismos e conflitos (Freire, 2017).

Em seu trabalho de campo, ao encontrar discursos relativos ao tema, Freire expôs uma fala simbólica do deputado federal Lourival Batista, da conservadora União Democrática Nacional, no Congresso Nacional em 1963, quando cunhou Joinville como uma colmeia. Representativo, pois a colméia: “não é o espaço do conflito, mas o lugar onde tudo funciona dentro da mais perfeita ordem” (Freire, 2017, p. 559).

Diante dessas tramas, considero fundamental ouvirmos os silenciamentos sobre as fábricas ocupadas em Joinville. Indubitavelmente, é perigoso para o *status quo* de uma cidade com tais representações ter memórias das ações proletárias de Cipla e Interfibra circulando pelas ruas “ordeiras”. Neste espaço, eles ousaram fazer uma “micro-revolução” (Mariano, 2024) ao tomarem o poder produtivo de suas fábricas, envolverem-se num combate pela estatização das fábricas e construir relações internacionalistas por meio do Movimento das Fábricas Ocupadas.

Portanto, novamente acionando Freire, devemos pensar em como estas ações, inauguradas há 20 anos e interrompidas há 17, assim como outras travadas pelo

proletariado em Joinville, passam por ocultamentos na cidade da ordem. Em seu trabalho, Freire instiga-nos a ressoar os permanentes silêncios sobre a ditadura militar em Joinville, que possui inúmeras “testemunhas vivas que conviveram muito bem com o regime de 1964” (Freire, 2017, p. 561). Aqui, convido a fazermos o mesmo sobre o movimento inquietante das ocupações fabris, inclusive para além de uma agenda patrimonializadora. Então, as memórias, as produções e as lições das fábricas ocupadas em Joinville podem ser vistas também por meio dos silenciamentos que as atravessam.

Naturalmente, este “patrimônio” - provocativamente chamando - não foi nem será rememorado e comemorado pelas classes dominantes. Mas também não é acessado pelos setores progressistas da cidade, visto seus envolvimento diretos para dar fim às ocupações fabris (Verago, 2011; Colzani, 2024; Mariano, 2024; Camargo, 2024; Luz, 2024). De todo modo, elas expressam o que Costa (1996) afirmou sobre a suposta população calma e ordeira da cidade, que “resiste aberta ou veladamente às tentativas de controle de suas ações e de submissão às regras da acumulação do capital” (Costa, 1996, p. 11).

Sugiro pensar que esta é a classe trabalhadora de Joinville, que produzindo riquezas materiais e imateriais, combate contra o emudecimento e a vil exploração da ordem e do progresso burguês.

Considerações finais

As fábricas Cipla e Interfibra podem ser consideradas patrimônios de Joinville, em especial, de sua elite. Suas histórias oficiais reproduzem a trama do empreendedor local que teria no seu sangue, em uma busca romântica ancestral germânica, a vocação para o trabalho, a acumulação capitalista e o desenvolvimento industrial-comercial. Esse mito pode ser contado, como já foi. Mas, esta narrativa, que normalmente não se declara abertamente como intencional, não serviu para a presente pesquisa.

Esse discurso reproduziria a ideologia dominante, que, segundo Marx e Engels (2007), é a ideologia da classe dominante. Entretanto, ela não está sozinha, pois está sujeita à matéria, as lutas e os antagonismos entre as classes. Assim como o patrimônio, sua coisificação memorial, é historicamente determinada e, por isso, pode ser superada.

Julgo crucial evidenciar a quem serve cada narrativa. Por isso, tentei demonstrar as intenções de cada fonte, tanto das matérias de jornais burgueses, quanto das bibliografias científicas utilizadas como referência deste trabalho. Logicamente, as memórias acionadas pelas entrevistas orais e suas interpretações aqui feitas também podem ser vistas carregadas de intenções.

Nesta pesquisa, o propósito mais honesto foi justamente se opor aos mitos burgueses da ordem e da passividade da classe trabalhadora joinvilense. As fontes, a meu ver, concordam essa hipótese: as de serem mitos. E a discussão patrimonial proporcionou o tempero necessário para isso.

A pesquisa transformou-se em seu processo. Já iniciou com perspectivas materialistas, mas, a meu ver, radicalizou-se quanto à discussão patrimonial quando, ao buscar anotações de leituras das aulas de História e Teoria do Patrimônio, aproximou-se da perspectiva (anti)patrimonial de Pablo Alonso-González. Vejo ter sido uma tentativa crucial para dar pé às utopias deste trabalho, um embasamento acadêmico atualizado e relevante.

Mas, sem dúvidas, há muito mais a se discutir quanto às fábricas ocupadas. O fazer da História Oral suscita isso, pois a cada entrevista, a cada nova questão que se abria para além do roteiro base, vinham objetos que merecem pesquisa. Como um

convite aos leitores, destaco apenas alguns eventos extraordinários dentro destes cinco anos (2002-2007), que poderiam receber trabalhos específicos:

1. Os oito dias de greve e acampamento em frente à Cipla, em outubro de 2002;
2. As assembleias, suas atas e atos, que elegeram a Comissão de Fábrica no mês seguinte, em novembro;
3. A tentativa judicial de retirar máquinas da Volvo da Cipla Ocupada, bloqueada pelos operários, em dezembro do mesmo ano;
4. As caravanas até Brasília: junho de 2003 com 350 trabalhadores e 70 mil assinaturas pela estatização das fábricas e em junho de 2004;
5. As conferências nacionais de trabalhadores fabris e rurais em 2003 e 2004; o Encontro Pan Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos da Reforma Agrária e do Parque fabril brasileiro, realizado dentro da cipla, reunindo 691 trabalhadores de 12 países, que oficializa a redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas semanais, sem redução salarial, em dezembro de 2006;
6. A intervenção da Política Federal, interrompendo a experiência, como um “patrimônio difícil” e o próprio *Maio Vermelho* de 2007 no pré e pós-intervenção federal que deu fim ao processo;
7. As relações da direção comunista com a direção petista local, estadual e nacional. E as memórias destes outros grupos políticos ao processo, assim como de operários fabris.

Isto é, intermináveis fontes e páginas que podem ser observadas e produzidas. São críticas a mais para tecer, reflexões a desenvolver, pessoas a ouvir. A presente dissertação foi apenas um recorte de um movimento complexo e conflituoso. Objeto aberto ao escrutínio científico.

Pessoalmente, travar essa discussão “militante” em uma dissertação de mestrado, dentro de um importante programa de pós-graduação, foi e seguirá sendo difícil. Porém, se de algum modo, pude contribuir para reflexões críticas e, principalmente, protagonizar ideias barradas nos muros universitários, minha *ocupação* já foi bem sucedida.

Isso não quer dizer que as memórias das pessoas aqui entrevistadas - e de outras que, infelizmente, esta pesquisa não conseguiu abordar - são as verdades sobre todo esse processo. Como discorrido ao longo do trabalho, elas são

interpretações e construções individuais e coletivas submetidas ao presente e seus sabores. Tal qual minhas análises nas linhas acima. “Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos”, disse José Saramago (2006), e, assim, admiti-las sincera e abertamente, comprometido com os desejos.

Porém, foram apresentados a partir de ferramentas e metodologias científicas, exigentes de um distanciamento, ainda que nunca escondidas ou disfarçadas de neutras. Uma posição complexa de se fazer, mas necessária, principalmente quando se está manejando memórias, experiências e saberes. Eis a grande dificuldade das ciências humanas e do patrimônio, que mexem com gentes, feitas “pra brilhar, não pra morrer de fome”, como cantou Caetano Veloso¹⁹.

Aqueles operários de Cipla e Interfibra, como, por exemplo, o homem que bateu a porta do gabinete de Adilson Mariano em 2002 - lembrança que fez este entrevistado se emocionar mais de 20 anos depois -, estavam desesperados pelas condições de vida e trabalho em que viviam. Não buscavam patrimonializar-se, nem historicizar sua tragédia. Contudo, o poder de organização dessas pessoas tornou-as fazedoras do extraordinário, não como mero superlativo, mas como subversão da ordem de uma cidade imersa em contradições e antagonismos de classe.

Isto quer dizer, como considerações finais deste trabalho, que sim: estes operários e dirigentes comunistas produziram ações e memórias patrimonializáveis. Porém, eles não precisam da *coisificação* burguesa que é o patrimônio, e os ritos da “máquina patrimonial”, para saber, lembrar, tensionar e intencionar o que produziram. É, portanto, uma expressão dialética. São memórias, registros e discursos (anti)patrimoniais, pois ultrapassam os mecanismos dessa abstração da modernidade capitalista. Mas, ao menos tempo e contraditoriamente, são patrimônios: refeitos, pretensiosos e do avesso, mas patrimônios proletários.

Só não se enquadram, não se limitam: elas abrem portas, ocupam terras, defendem a integração dos povos e anseiam um novo mundo, pois são da classe trabalhadora: “o presente e o futuro da humanidade”²⁰.

¹⁹ Canção “Gente”, do álbum “Bicho”, de Caetano Veloso (1977).

²⁰ Expressão do poema “Eles fecham as fábricas, nós abrimos”, do 1º Encontro latino-americano de empresas recuperadas pelos trabalhadores, Caracas, 29 de outubro de 2005

Referências

ALBERTI, Verena. **O lugar da história oral**: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

ALONSO-GONZÁLEZ, Pablo. **O antipatrimônio**: fetichismo do passado e dominação do presente. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2019.

BORBA, Jonecir Alberto. **O processo de transformação da Cipla**: uma experiência autogestionária. 2007. 135f. Dissertação (Programa de Mestrado Acadêmico em Administração, Escola Superior de Administração e Gerência) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9564>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto:Edusp, 1988.

CASTRO, Paulo Andrade. O "momento" da ocupação e a construção da autogestão: estudo sobre a memória coletiva de um grupo de operários. *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 32-59, 2015.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (ed.). **Seminários DEP/FLUP**, vol. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020, p. 16-35. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>, acesso em: 10 abr. 2024.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. [s.l.], n. 4. 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/Vg107vm>. Acesso em: 05 out. 2022.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora da Univille, 2011.

COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar. História oral, cidade e lazer no tempo presente. **Revista História Oral**, [s.l.], v. 17, p. 7-37, 2014.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem**: tensões sociais e controle (Joinville 1917/1945). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

CUNHA, Dilney. **História do trabalho em Joinville**: gênese. Joinville: Toda Letra, 2008.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. O controle dos trabalhadores na Cipla – Indústria de Plásticos. **Org & Demo**, São Paulo, v. 8, n. 1/2, p. 173-186, 2007. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2007.v8n1/2.388>

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo** (1996). Tradução: Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. **Princípios básicos do comunismo**. In.: Arquivo Marxista na Internet, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>. Acesso em: 08 abr. 2024.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Reflexões sobre reconhecimento e usos do patrimônio industrial. In.: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (org.). **Cultura material e patrimônio daciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009. Disponível em: http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/cultura_material_e_patrimonio_de_c_e_t.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.

FERNANDES, Rhuan Carlos. Os clubes sociais como patrimônio culturais negros: a cultura e a memória como direito fundamental. Anais: **VI COPENE SUL 2023**: Patrimônio Cultural, Memórias e Ancestralidades como estratégias para uma Educação para as relações étnico-raciais no Brasil, 2023.

FONSECA, Maria Célia Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC-IPHAN, 2005.

FORBES. Profile: Carlos Sanchez. **Forbes**, 2023. Disponível em: <https://www.forbes.com/profile/carlos-sanchez/?sh=3e972b666359>. Acesso em: 8 jan. 2024.

FREIRE, Izaias de Souza. Uma cidade e a utopia autoritária. **Cadernos de História**, [s.l.], v. 18, n. 29, p. 553-563, 2017.

GEHLEN, Joel. **Acij na história de Joinville**. Joinville: Letradágua, 2021.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do canal 12 à compra do jornal A Notícia**: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina. 2015. 289f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GOULART, Serge. O Marxismo, as ocupações de fábricas e a revolução socialista. In. **América socialista**: em defesa do marxismo / Corrente Marxista Internacional. - Vol. 12, n. 21 (out. 2022). - São Paulo, SP: Editora Marxista, 2022 48 p. Semestral. Vol. 1, n. 1 (abr. 2009) - ISSN 2764-0752.

GONÇALVES, Juliana Rossi; MORAES, Taiza Mara Rauen. **O olhar do artista sobre o trabalho**: uma análise dos sentidos e valores na arte pública em Joinville. Anais do XVII Enecult. Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <<https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/131736.pdf>>. Acesso em 08 abr. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 13 abr. 2023.

GRUNER, Clóvis. **Leituras matutinas**: modernidade, utopias e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980). Curitiba: Prismas, 2017.

GUAZZELLI, Dante Guimaraens. O dever de memória e o historiador: uma análise de dois casos brasileiros. **Revista Mosaico** – Volume 2 – Número 4 – 2010, p. 46-68.

INTERFIBRA. Institucional. Disponível em: www.interfibra.com.br/institucional/. Acesso em: 8 jan. 2024.

KLÖPPEL, Anelise Bonaldi. **Evidências de um patrimônio industrial**: memórias do trabalho no Moinho Joinville. Orientador: Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. 2022. 168f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, Santa Catarina, 2022.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo : Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Editora Escala, 2007.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. Política e crise do capitalismo atual: aportes teóricos. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 46-69. 2018. DOI: 10.1590/2179-8966/2017/27066 | ISSN: 2179-8966.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, [s.l.], n. 155, p. 191-203, 2006. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Vv5GxzIVH1YJ:https://w>

ww.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/19041/21104/22572+&cd=2&hl=ptBR &ct=clnk&gl=br> Acesso em: 08 abr. 2024.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Aderbal Ramos. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/4-Aderbal_Ramos. Acesso em: 8 jan. 2024.

MENEGUELLO, C. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *In.*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Udesc, 2011. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em: 05 mar. 2024.

MENEGUELLO, Cristina. Conversando sobre Patrimônio Industrial. *In.*: MATOS, Ana Cardoso; SALES, Telma Bessa. RODRIGUES, Ronaldo André. (org.). **Conversando sobre patrimônio industrial e outras histórias:** palavras, espaços e imagens. Sobral: Editora UVA, 2018. p. 205-2018.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *In.*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Udesc, 2011. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em: 05 mar. 2024.

MENEGUELLO, Cristina; PISTORELLO, Daniela. Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. **Revista História Hoje**, vol. 10, nº 1982021, 2021, p. 4-11. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/775/382>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MUSTO, Rafaela. **Fábrica em movimento.** Sumaré: Edições Cemop, 2012.

NASCIMENTO, Janaína Quitério do. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada:** a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. (Livro-reportagem), 2004.

OLIVEIRA, Lucas Augusto Duarte de. Os desejos agora são recordações: marxismo, memória e escrita da história no século XXI. *In.*: _____ **XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos:** história e democracia, 2017, Brasília, Universidade Nacional de Brasília. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502803917_ARQUIVO_VF-OsDesejosAgoraSaoRecordacoes-LucasDuarte.pdf. Acesso em: 02 abr. 2024.

PAULUCCI, María Alejandra. **O internacionalismo e as fábricas recuperadas.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89810>. Acesso em: 25 ago. 2021.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho, algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História - **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História** e do Departamento de História da PUC-SP, [s.l.], v. 15. p.13-50, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>. Acesso em: 04 abr. 2024.

PRISTA, M. O antipatrimônio: fetichismo do passado e dominação do presente: Pablo Alonso González. **Práticas da História**. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past, [S. l.], n. 12, p. 295–302, 2021. DOI: 10.48487/pdh.2021.n12.24973. Disponível em: <https://praticasdahistoria.pt/article/view/24973>. Acesso em: 12 apr. 2024.. Acesso em: 08 abr. 2024.

RODRIGUES, César Orte Novelli. **Tombamento pelos tombados**: o processo de patrimonialização do DOI-Codi em São Paulo / César Orte Novelli Rodrigues. – 2021. – 140 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado/Licenciatura em História). – Guarulhos : Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

RODRIGUES, Marly. Patrimônio Industrial entre o fetiche e a memória. **Revista ArqUrb**, São Paulo: 2010. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/download/116/102/> Acesso em: 08 abr. 2024.

SARAMAGO, José. **As pequenas memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SATURNINO, Edison Luiz. Memórias de trabalho: os trabalhadores e a cena política. **História Oral**, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 259-280, jul./dez. 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Antimonumentos: a memória possível após as catástrofes In: SOARES, Inês Prado e CUREAU, Sandra (orgs.). **Bens Culturais e Direitos Humanos**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

SILVA, Antonio Ozaí da. O Trabalho (OT) - corrente interna do Partido dos Trabalhadores. **Revista Espaço Acadêmico**. [s.l.], ano 1, n. 1, jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/39479/20664>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SOUZA, Giane Maria de. Apontamentos históricos sobre o museu da indústria em Joinville. In.: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Anpuh, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548772006_8dd090434b322f6e34d1aa47c2f4184d.pdf. Acesso em: 08 abri. 2024.

SOUZA, Sirlei de. **Ecoss de resistência na desconstrução da ordem**: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

TADOKORO, Ricardo Takayuki. **Flaskô na contramão**: a experiência de controle operário em uma fábrica ocupada no Brasil. Orientador: Edilson José Gracioli. 2013. 145 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Uberlândia, Minas Gerais, 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Lisboa, Edições Unipop, 2012, 2. ed., 196 p. ISBN 978-989-97519-1-0.

TROTSKY, Leon. **Literatura e revolução**, Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

VERAGO, Josiane Lombardi. **Fábricas ocupadas e controle operário**: Brasil e Argentina (2002–2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon. Sumaré: Edições Cemop, 2011.

Documentos

1. Entrevistas orais

COLZANI, Mayara Inês. Mayara Inês Colzani: entrevista oral [20 de março, 2024, Joinville]. Entrevistador: Francisco Lino de Aviz Neto. Entrevista concedida à pesquisa de Dissertação intitulada “O (anti)patrimônio industrial: as ocupações fabris em Joinville/SC (2002-2007)”. 2024. Gravação realizada via Jitsi Meet (42min.).

CAMARGO, Maritania. Maritania Camargo: entrevista oral [30 de março de 2024]. Entrevistador: Francisco Lino de Aviz Neto. Entrevista concedida à pesquisa de Dissertação intitulada “O (anti)patrimônio industrial: as ocupações fabris em Joinville/SC (2002-2007)”. 2024. Gravação realizada via Jitsi Meet (57min.).

LUZ, Cynthia Maria Pinto da. Cynthia Maria Pinto da Luz: entrevista oral [2 de abril de 2024]. Entrevistador: Francisco Lino de Aviz Neto. Entrevista concedida à pesquisa de Dissertação intitulada “O (anti)patrimônio industrial: as ocupações fabris em Joinville/SC (2002-2007)”. 2024. Gravação realizada via Jitsi Meet (1h07min.).

MARIANO, Adilson. Adilson Mariano: entrevista oral [27 de março de 2024]. Entrevistador: Francisco Lino de Aviz Neto. Entrevista concedida à pesquisa de Dissertação intitulada “O (anti)patrimônio industrial: as ocupações fabris em Joinville/SC (2002-2007)”. 2024. Gravação realizada via Jitsi Meet (1h28min.).

2. Jornais

ALBERT, Oliver T. Funcionários da Cipla tentam manter autogestão. **A Notícia**, Joinville, 12 mar. 2003.

A NOTÍCIA. Joinville, p. 13, 2 jul. 2003.

A NOTÍCIA. Joinville, 8 dez. 2006.

A NOTÍCIA. Joinville, 2 jun. 2007a.

A NOTÍCIA. Joinville, 3 jun. 2007b.

BENETTI, Estela. Empresários de Joinville são presos por sonegação. **Diário Catarinense**, Joinville, p. 18, 9 abr. 1997. Seção Economia.

BRAGA, Marco Aurélio. A Cipla é viável? **AN Cidade**, Joinville, 2 e 3 jun. 2007.

BRAGA, Marco Aurélio. Indústria abandonada é alvo de saqueadores. **AN Cidade**, Joinville, 12 jun. 1997.

BRAGA, Marco Aurélio. Fim da gestão operária? Cipla está sob intervenção. **AN Cidade**, Joinville, p. 4-5, 1.º jun. 2007.

CIPLA COM LULA: SALVAR MIL EMPREGOS. **Diário Catarinense**, Joinville, 9 jun. 2003.

FÁBRICAS OCUPADAS: UMA APOLOGIA À ESTATIZAÇÃO. **A Notícia**, Joinville, p. 11, 9 dez. 2006. Economia.

FELTHAUS, Rosane. Ex-funcionários esperam leilão de empresa falida. **AN Cidade**, Joinville, n. 22.458, p. 10, 2002. Geral.

FERNANDES, Cláudio. Cinco anos nas mãos da Justiça. **ND+**, 2012. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/justica/cinco-anos-nas-maos-da-justica/>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

HERBST, Rubens. Comissão da Cipla vai à Brasília. **A Notícia**, Joinville, p. 7, 1.º fev. 2003.

HERBST, Rubens. Definida a autogestão, greve na Cipla é suspensa. **A Notícia**, Joinville, 2002a.

HERBST, Rubens. Funcionários da Cipla fazem greve. **A Notícia**, Joinville, 25 out. 2002b. Geral.

HERBST, Rubens. Funcionários vão administrar a Cipla. **A Notícia**, Joinville, p. 8, 2002c.

HERBST, Rubens. Comissão analisa situação da Cipla. **A Notícia**, Joinville, n. 22.507, p. 7, 13 nov. 2002d. Geral.

JUNGES, Leandro. Ganho real nos salários está descartado. **A Notícia**, Joinville, p. 13, 4 abr. 2003. Economia.

LOETZ, Claudio. Amanco reduz jornada e salários. **A Notícia**, Joinville, p. 12, 2 jul. 2003. Livre Mercado.

LOETZ, Claudio. Moacir Thomazi aprendeu liderança com personalidades como o empresário e político Baltasar Buschle. **NSC Total**, 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/loetz/moacir-thomazi-aprendeu-lideranca-com-personalidades-como-o-empresario-e-politico>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MINUSSI, Fabrício. Sem dinheiro: ex-empregados da Cipla protestam. **Diário Catarinense**, Joinville, p. 21, 16 mai. 1996. Seção Economia.

PARALISAÇÃO de trabalhadores causa tumulto. **A Notícia**, Joinville, n. 22.489, p. 12, 22 out. 2002. Economia.

PASSOS, Sabrina. Trabalhadores tentam evitar leilões. **A Notícia**, Joinville, p. 10, 11 dez. 2003. Cidade.

PRESIDENTE vai receber funcionários da Cipla. **A Notícia**, Joinville, p. 10, 23 mai. 2003.

REDAÇÃO NSC. DC, AN e Santa contaram a história cotidiana de Santa Catarina. **NSC Total**, 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/dc-an-e-santa-contaram-a-historia-cotidiana-de-santa-catarina>. Acesso em: 24 out. 2019.

RIBEIRO, Jeferson. Liminar causa polêmica. **A Notícia**, Joinville, p. 11, 21 dez. 2002. Economia.

RODRIGUES, Liziane. Cipla deve vender para Venezuela. **Diário Catarinense**, Joinville, 2 de novembro de 2004. Seção Economia.

RODRIGUES, Liziane. Cipla fecha venda para Venezuela. **Diário Catarinense**, Joinville, 14 de novembro de 2004. Seção Economia.

RODRIGUES, Liziane. Cipla impede retirada de máquinas. **Diário Catarinense**, Joinville, n. 6.749, p. 20, 6 out. 2004. Economia.

RODRIGUES, Liziane. Lula promete socorrer a Cipla. **Diário Catarinense**, Joinville, p. 19, 12 jun. 2003. Economia.

TERNES, Apolinário. Jornal A Notícia 100 anos. **Redação Making Of**, 20 fev. 2023. Disponível em: <https://portalmakingof.com.br/jornal-a-noticia-100-anos-por-apolinario-ternes/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

TRABALHADORES matém o comando da Cipla. **Diário Catarinense**, Joinville, 29 set. 2003.

3. Outros

ICOMOS, TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil**. Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH –Brasil. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp, São Paulo. 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobreopatrimonio-industrial/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

ICOMOS, TICCIH. **Os princípios de Dublin**. Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH –Brasil. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp, São Paulo. 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/osprincipiosde-dublin/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

4. Legislação

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O/A Senhor/a _____ está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “O (anti)patrimônio industrial: as ocupações fabris em Joinville/SC (2002-2007)”, coordenada pelo pesquisador Francisco Lino de Aviz Neto. Este projeto tem como objetivo problematizar o patrimônio industrial a partir da memória operária do processo coletivo e individual de concepções, sentidos e usos dos trabalhadores e dirigentes políticos envolvidos no Movimento das Fábricas Ocupadas na Cipla e Interfibra, na cidade de Joinville/SC, entre 2002 e 2007.

Sua participação na pesquisa se dará por intermédio da concessão de uma entrevista oral. É importante saber que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, mas se elas ocorrerem, o pesquisador assumirá estas despesas. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação

Você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, e terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. Os resultados serão disponibilizados entrando em contato com o pesquisador pelo e-mail ou fone informado a seguir. Devido a isso, os riscos a que você, como participante, será submetido serão mínimos e, há garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Esta pesquisa terá os seguintes benefícios: auxiliar na problematização do Patrimônio Industrial visando as vidas humanas no ambiente fabril como promotoras de ações patrimoniais; levantamento, organização e exposição de fontes da imprensa, dos movimentos políticos e de produções acadêmicas quanto ao debate acerca de ocupação e controle operário dos meios produtivos; produzir fontes referente a memória operária na cidade de Joinville, alçando-a ao posto de fonte crucial para a compreensão da luta proletária neste município; refletir sobre a atuação repressiva do Estado e do mercado brasileiro diante de organização e mobilização independentes de trabalhadores; discutir a organização política como saberes produzidos no processo de ocupação de cinco anos na Cipla e Interfibra.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é Francisco Lino de Aviz Neto, que pode ser encontrado pelo telefone (47) 99998-5701, no horário das 13h às 18h, e pelo e-mail: profchicoaviz@gmail.com

A sua participação nessa pesquisa é voluntária e é garantido o sigilo e a privacidade das informações dos participantes da pesquisa. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da Univille, Campus Universitário – Bairro Zona Industrial, Rua Paulo Malschitzki, 10 - CEP 89.219-710 - Joinville/SC, telefone (47) 3461-9235 ou pelo e-mail comitetica@univille.br

Após os esclarecimentos acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o este consentimento, que está em duas vias e o termo de doação de sua entrevista gravada. Uma cópia do documento de consentimento é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Atenciosamente,

Francisco Lino de Aviz Neto - Responsável pela pesquisa

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: _____

Assinatura do Participante: _____

Telefone para contato: _____

APÊNDICE B - Autorização para uso de imagem e/ou voz**AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM**

Eu, _____ abaixo assinado(a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens será para fins da pesquisa “O (anti)patrimônio industrial: as ocupações fabris em Joinville/SC (2002-2007)” cujo objetivo é problematizar o patrimônio industrial a partir da memória operária do processo coletivo e individual de concepções, sentidos e usos dos trabalhadores e dirigentes políticos envolvidos no Movimento das Fábricas Ocupadas na Cipla e Interfibra, na cidade de Joinville/SC, entre 2002 e 2007.

Assinatura: _____

Joinville, _____ de _____ de 20____.

APÊNDICE C - Roteiro básico de entrevistas orais

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS ORAIS

trabalhadores, políticos, frequentadores de espaços industriais reutilizados e gestores do patrimônio cultural

Identificação do vínculo com a população e a rede mapeada:

Data e local de realização da entrevista:

Entrevistador:

Dados Pessoais

Nome:

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Nome do Cônjuge:

Filhos:

Profissão:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Eixo 1: Trajetória de vida

- Local de Nascimento (Rural ou urbano?)
- Formação escolar/acadêmica (onde, escolha da profissão, fatos marcantes)
- Descrever a profissão
- Como essa trajetória levou à fábrica e ao MFO?

Eixo 2: Trajetória profissional

- Quando e quanto tempo trabalhou/envolveu-se na fábrica e ao MFO?
- Qual a principal atividade neste espaço?
- Qual foi o seu percurso nesta fábrica (setores, funções [descrever], pessoas importantes para sua trajetória e aprendizado na fábrica)?

- Como era o local de trabalho em termos de espacialidade (pavilhão, sala, espaço grande/pequeno)?
- Trabalhava em ambientes e equipamentos compartilhados com outros colegas?
- Durante o tempo que trabalhou na empresa, quais mudanças ocorreram no espaço, incluindo o seu espaço de trabalho?
- Quais principais mudanças no dia a dia em relação ao seu próprio trabalho (maquinário, procedimentos, equipes de trabalho)?
- Você se lembra de dificuldades técnicas e tecnológicas? Se sim, como eram enfrentadas e respondidas?
- Como você avalia a trajetória produtiva da fábrica? [desenvolvimento, mercado, falência, fechamento etc.]

Eixo 03: Ocupação e controle fabril

- Qual era a jornada de trabalho (horário, carga-horária semanal, horários de almoço, lanche)?
- Como era o controle sob o trabalhador nesta fábrica (sinal sonoro, registro de presença, uniformes, equipamento de segurança, etc.)?
- Qual a importância da ocupação para os trabalhadores fabris, naquele momento e hoje?
- Quais riscos durante a ocupação? Lembra de algum acidente de trabalho?
- A fábrica oferecia refeições? Refeitórios? Havia algum tipo de separação?
- Como era o ambiente de trabalho?
- Como era a hierarquia durante a ocupação?
- Havia conflitos internos entre operários e dirigentes?
- Como era a relação com os colegas de trabalho? E dos trabalhadores com os dirigentes da ocupação?
- Qual a proporção entre homens e mulheres no ambiente de trabalho?
- Na sua função/atividade, havia mulheres?
- O que poderia destacar do dia a dia da fábrica que mais chamava a atenção?
- Que sons e cheiros remetem ao trabalho na fábrica?
- Você lembra de algum tipo de premiação da empresa por trabalhos realizados?
- Você lembra da atuação do sindicato e de sindicalistas? Em que ocasiões?
- Havia disputas entre correntes políticas dentro da ocupação?

- A empresa e/ou o sindicato possuíam jornais/informativos?
- Havia assistência e oferta de serviços de apoio e auxílio aos funcionários?
- Havia recreativa?
- Lembra de comemorações promovidas pela fábrica?
- Na fábrica tinha algum espaço de memória, museu ou algo do tipo?
- Como e quais os destaques que você faria sobre as transformações causadas pela Ocupação e Controle Fabril?
- Como você recebeu e conviveu com a administração operária dentro da fábrica?
- Quais eventos mais marcantes para você deste processo dentro do espaço fabril?

Eixo 4: Cotidiano no entorno da fábrica

- Quais eram as considerações de seus familiares e amigos com os acontecimentos da ocupação fabril?
- A empresa realizava eventos/festas com a participação da família? Quais?
- Encontrava os colegas de serviço fora da fábrica? Em que ocasiões? Onde?
- Qual a influência da ocupação em seu cotidiano?
- Como você enxerga a relação da sociedade com a ocupação e controle operário nas fábricas (tratamento, solidariedade, condenação, etc.)?

Eixo 5: Trabalho e patrimônio industrial

- Considera Joinville uma cidade industrial? Por quê?
- Quais elementos considera importantes para identificar a cidade como cidade industrial?
- Você considera importante preservar esses elementos? Por quê?
- Levando em conta suas lembranças de fábrica, quais elementos (físicos e não físicos) seriam importantes para compartilhar com as gerações presentes e futuras?
- Quais fábricas e lugares representam o passado industrial da cidade? E o presente industrial da cidade?
- Se você tivesse por incumbência criar um espaço cultural ou museu industrial de Joinville, o que faria? O que e quem estaria representado lá?

- Você revisita os espaços ou proximidade da fábrica atualmente? Essa experiência desperta algum sentimento?
- Como você considera que estes espaços e o processo gerido nelas deveriam ser tratados? Que usos deveriam ter?
- Como você avalia os atuais usos e a gestão destes espaços?

Eixo 6: A vida pós-ocupação

- Como foi sua saída da fábrica? Como ela reverbera em sua vida após o processo?
- Ainda tem contato com antigos colegas de trabalho desta fábrica?
- Como vê o futuro do trabalho industrial? E de sua profissão?
- Quais os desafios de Joinville hoje em relação à indústria?
- Qual a importância da memória dos protagonistas do processo?
- Qual o futuro do MFO?
- Como você se sentiu fazendo essa entrevista?
- Gostaria de fazer algum comentário sobre algo que não foi perguntado?

ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Patrimônio industrial a contrapelo: memórias operárias das ocupações fabris em Joinville

Pesquisador: FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68217223.1.0000.5366

Instituição Proponente: Pós-Graduação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.097.609

Apresentação do Projeto:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 6.011.131, liberado em 19/04/2023.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 6.011.131, liberado em 19/04/2023.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 6.011.131, liberado em 19/04/2023.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

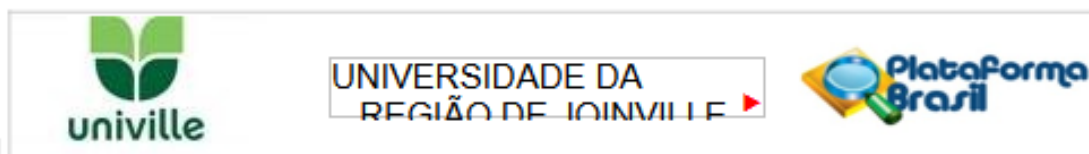
Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 6.011.131, liberado em 19/04/2023. A pendência sobre título da pesquisa em todos os documentos foi respondida. O orçamento da pesquisa foi refeito e informado adequadamente. A pesquisa pode ser executada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 6.011.131, liberado em 19/04/2023. Sobre a pendência sobre a posse e guarda dos dados gerados na pesquisa, o pesquisador informou adequadamente que cumprirá o que diz a resolução 466/12. O TCLE foi enviado refeito e revisado em todas as pendências apontadas pelo CEP em parecer pendente, estando de acordo para ser apresentado aos participantes.

Recomendações:

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio



Continuação do Parecer: 6.097.609

do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no sítio da Univille Universidade).

Segundo a Resolução 466/12, no item

XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

g) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no sítio da Univille Universidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "Patrimônio industrial a contrapelo: memórias operárias das ocupações fabris em Joinville", de CAAE "68217223.1.0000.5366" teve sua(s) pendência(s) esclarecida(s) pelo(a) pesquisador(a) "FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO", de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso <http://www.univille.edu.br/pt-BR/a-univille/proreitorias/prppg/setores/area-pesquisa/comite-etica-pesquisa/status-parecer/645062>

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2107530.pdf	15/05/2023 17:18:14		Aceito
Outros	Cartaresposta2023_D4Sign.pdf	15/05/2023 17:17:14	FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO	Aceito



UNIVERSIDADE DA
REGIÃO DE JOINVILLE



Continuação do Parecer: 6.097.609

Projeto Detalhado / Brochura Investigado r	projettorevisado.pdf	15/05/2023 17:16:36	FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO	Aceito
Outros	Cartaresposta2023.docx	15/05/2023 17:16:06	FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCErevisado.pdf	12/05/2023 19:24:30	FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	23/03/2023 15:58:49	FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO	Aceito
Outros	Imagemvoz.pdf	23/03/2023 15:40:57	FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO	Aceito
Outros	Roteiro_entrevistas.pdf	20/03/2023 17:37:34	FRANCISCO LINO DE AVIZ NETO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

[JOINVILLE](#), 02 de Junho de 2023

Assinado por:

[Marcia Luciane Lange Silveira](#)
(Coordenador(a))

ANEXO B - Quadro de matérias jornalísticas selecionadas pelo pesquisador

Todas as matérias foram registradas em fotografias pelo pesquisador.

Fontes encontradas no Envelope da Cipla/Interfibra/Ambralit, agrupados como Grupo Hansen (1), no Arquivo Histórico. Hemeroteca recortes.

Data	Jornal	Seção / página	Título da Matéria	Autor
16/05/1996	Diário Catarinense	Economia / p. 21	“Sem dinheiro - Ex-empregados da Cipla protestam”	Fabrizio Minussi
09/04/1997	Diário Catarinense	Economia, p. 18	“Empresários de Joinville são presos por sonegação”	Estela Benetti
12/06/1997	A Notícia Cidade	Capa	“Indústria abandonada é alvo de saqueadores”	Marco Aurélio Braga
25/09/2002	A Notícia Cidade	Geral / , p. 10, nº 22.458	“Ex-funcionários esperam leilão de empresa falida”	Rosane Felthaus
22/10/2002	A Notícia	Economia, p. 12, nº 22.489	“Paralisação de trabalhadores causa tumulto”	Não há autor
25/10/2002	A Notícia	Geral, p. 8	“Funcionários da Cipla fazem greve”	Rubens Herbst
01/11/2022	A Notícia	Capa e p. 8	“Funcionários vão administrar a Cipla: grevistas encerram movimento de	Rubens Herbst

			uma semana, com a aceitação da proposta da empresa”	
13/11/2002	A Notícia	Geral, p. 7, nº 22.507	“Comissão analisa situação da Cipla”	Rubens Herbst
21/12/2002	A Notícia	Economia, p. 11	“Cipla: Liminar causa polêmica”	Jeferson Ribeiro
01/02/2003	A Notícia	Cidade, p. 7	“Comissão da Cipla vai a Brasília”	Rubens Herbst
12/03/2003	A Notícia	Cidade, p. 10, nº 22.624	“Funcionários da Cipla tentam manter autogestão”	Oliver T. Albert
23/05/2003	A Notícia	Cidade, p. 10	“Presidente vai receber funcionários da Cipla”	Não há autor
27/05/2003	Jornal A Voz do Trabalhador	Ano II, nº 13	“Confirmada audiência com Lula - Dia 4 é pra valer!”	Não há autor
09/06/2003	Diário Catarinense	p. 15	“Cipla com Lula: salvar mil empregos”	Não há autor
12/06/2003	Diário Catarinense	Economia, p. 19	“Lula promete socorrer a Cipla”	Liziane Rodrigues
12/06/2003	A Notícia	Política, p. 5	“Aliados são vaiados em protesto”	Não há autor

29/08/2003	Diário Catarinense	p. 21	“Trabalhadores mantêm o comando da Cipla”	Não há autor
10/12/2003	A Notícia	Cidade, p. 10	“Cipla/Interfibra protesta contra venda de máquinas”	Não há autor
11/12/2003	A Notícia	Cidade, p. 10	“Trabalhadores tentam evitar leilões”	Sabrina Passos
06/10/2004	Diário Catarinense	Economia, p. 20, nº 6.749	“Cipla impede retirada de máquina”	Liziane Rodrigues
02/11/2004	Diário Catarinense	Economia, p. 14, nº 6776	“Cipla deve vender para Venezuela”	Liziane Rodrigues
14/12/2004	Diário Catarinense	Economia, p. 15, nº 6818	“Cipla fecha venda para Venezuela”	Liziane Rodrigues

Fontes encontradas nos jornais encadernados

Data	Jornal	Seção / página	Título da matéria	Autor
29/10/2002	A Notícia	-	“Negociação tenta terminar greve: funcionários da Cipla exigem salários em atraso”	Não há autor. Há fotógrafo: Pena Filho.
01/11/2002	A Notícia	Capa e matéria no interior	Capa: “Funcionários vão administrar a Cipla: grevistas encerram movimento de uma	Rubens Herbst

			<p>semana, com a aceitação da proposta da empresa"</p> <p>Matéria: "Definida a autogestão, greve na Cipla é suspensa"</p>	
09/04/2003	A Notícia	Economia, p. 13	"Ganho real nos salários está descartado"	Leandro Junges
10/06/2003	A Notícia	p. 6, nº 22714	"Lula receberá comissão hoje"	Não há autor
12/06/2003	A Notícia	Economia, p. 11	"Descartada estatização da Cipla"	Não há autor
02/07/2003	A Notícia	Economia, p. 12	"Amanco reduz jornada e salário"	Não há autor
02/07/2003	A Notícia	Economia, p. 13	"Notas - Trabalho 1 e Trabalho 2"	Não há autor
11/12/2003	Diário Catarinense	p. 20, nº 6451	"Funcionários protestam contra leilão de máquinas"	Não há autor
08/12/2006	A Notícia	- Economia, p. 12 - Economia, p. 14	- "Fábricas Ocupadas - Funcionários da Cipla vai trabalhar menos" - "30 horas"	Não há autores
09/12/2006	A Notícia	Economia, p. 11	"Fábricas Ocupadas - Uma apologia à estatização"	Não há autor

01/06/2007	A Notícia	Capa e Capa da seção Cidade	<ul style="list-style-type: none"> - "Juiz federal ordena intervenção na Cipla" - "Fim da gestão operária? Cipla está sob intervenção" 	Marco Aurélio Braga
02 e 03/06/2007	A Notícia	<ul style="list-style-type: none"> - Capa - Cidade, p. 3 	<ul style="list-style-type: none"> - "A Cipla é viável?" - "Ideologias" 	<ul style="list-style-type: none"> - Marco Aurélio Braga - Jefferson Saavedra

ANEXO C - Fotografias de matérias jornalísticas selecionadas pelo pesquisador

Figura 1: Fabrício Minussi, "Sem dinheiro: Ex-empregados da Cipla protestam", Diário Catarinense, p. 21, 16 de maio de 1996.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Fotografia de Francisco L. de Aviz Neto.

Figura 2: Autor desconhecido. A Notícia - Economia, p. 12, nº 22.489. "Paralisação de trabalhadores causa tumulto", 22 de outubro de 2002.

Hemeroteca Recortes
Economia
22.10.2002 nº 22.489
Paralisação de trabalhadores causa tumulto
Penafilho
G. Grupo Hansen
Cipla

Paralisação de trabalhadores causa tumulto

Grevistas da Cipla, em Joinville, tentaram impedir acesso à empresa

Joinville — O clima ficou tenso ontem em frente à Cipla, empresa do setor plástico com sede em Joinville. Empregados da área da produção paralisaram as atividades na quinta-feira, alegando atrasos de salários, não pagamento do 13º, entre outros motivos. A presença da Polícia Militar e a entrada de veículos e pessoas de outros setores da empresa que não aderiram à greve provocaram empurra-empurra e agressões verbais durante todo o dia.

Uma amostra de que o dia seria agitado aconteceu logo às 7h30, quando a PM se mobilizou — inclusive fechando o trânsito no cruzamento das ruas São Paulo e Monsenhor Gercino — para permitir o acesso de alguns funcionários ao interior da empresa. Houve bate-boca, alguns empregados desistiram de entrar, mas outros conseguiram. "Ninguém está sendo impedido de entrar", garantiu Carlos Castro, assessor de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville. Ele denunciou que a direção da Cipla estaria ameaçando de demissão por justa causa os funcionários que não aparecessem para trabalhar.

A presença do batalhão da Polícia Militar atendeu a uma liminar judicial expedida pela juíza do trabalho Sandra Márcia Wambier. Em nota enviada à imprensa, o comando do 8º BPM esclareceu que "faz-se presente na empresa Cipla de forma a garantir os direitos constitucionais, entre eles o de ir e vir e o livre exercício de qualquer trabalho".



Parte dos funcionários da Cipla paralisou atividades desde quinta-feira, alegando atraso de salários

Empresa contesta nível de adesão ao movimento

Em nota assinada por sua assessoria jurídica, a Cipla comunicou que, até o momento, o sindicato não apresentou documentação legal do quórum que decidiu a favor da paralisação, e reiterou que funcionários que se apresentaram para trabalhar foram impedidos com agressões físicas e morais. "Os grevistas, em sua maioria, não fazem parte do corpo de funcionários da empresa", afirma o comunicado.

A direção da empresa esclarece que, devido à crise econômica e financeira que atinge o mercado brasileiro, eventualmente é obrigada a parcelar salários, e que o ambulatório e medicina do trabalho operam dentro das normas legais. Por fim, informa que tem processos na Justiça trabalhista referentes aos demitidos por justa causa na última paralisação ilegal.

Ainda na quinta-feira, a Delegacia Regional do Trabalho em Joinville emitiu um auto de constatação contra a Cipla, pela falta de pagamento de rescisões contratuais. "Mas são muitas as irregularidades que estão sendo investigadas pelo Ministério Público do Trabalho", garantiu Adilson Caetano Buzzi, subdelegado regional do Trabalho em Joinville. De acordo com ele, a empresa tem cerca de uma semana para regularizar a situação, caso contrário, receberá um auto de infração.

AN 26 10 2002 p A-12 - Economia nº 22.489

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Fotografia de Francisco L. de Aviz Neto.

Figura 3: Rubens Herbst. A Notícia - Geral, p. 8. "Funcionários da Cipla fazem greve", 25 de outubro de 2002.

8
Sexta-feira, 25/10/2002

GERAL

A NOTÍCIA
Joinville/SC

Funcionários da Cipla fazem greve

Empregados da indústria exigem o pagamento de salários atrasados para voltarem ao trabalho

RUBENS HERBST

Atraso de salários e 13º. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não depositado e outras irregularidades — uma situação que se agravou em janeiro — levaram os funcionários da Cipla a tomar uma decisão radical. As 5 horas de ontem, em vez do início de um novo turno, os empregados resolveram paralisar as atividades e iniciar uma greve geral, a fim de forçar a direção da empresa a tomar uma posição quanto a seus direitos trabalhistas. Segundo Carlos Castro, assessor de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville, a adesão foi de 100% nos três turnos.

Acompanhada pela Polícia Militar, a greve transcorreu normalmente, a não ser por um incidente no início da manhã, quando um veículo forçou passagem para entrar na fábrica e passou sobre o pé do operário Joaci da Silva, que sofreu apenas alguns arranhões. Joaci, aliás, é um exemplo do ponto ao qual chegou a crise na Cipla. Desde maio recebendo o pagamento em parcelas, nunca integralmente, ele diz que está sobrevivendo graças à mulher. "É humilhante você implorar pelo seu salário", afirma, ressaltando que só recebeu metade do 13º salário e que ainda espera pelo dinheiro das férias gozadas em julho.

As irregularidades não param por aí, garante Lázaro Coelho, membro do conselho fiscal do sindicato, demitido em janeiro. Segundo ele, faltam enfermeiros no ambulatório no período noturno e não existe acompanhamento de técnicos de segurança do trabalho e nem seguro de vida. Além disso, a empresa instituiu horários determinados para o atendimento no setor pessoal. "Vai ser uma queda de braço. Quero ver quanto tempo eles agüentam com a produção parada", salienta.

Castro reforça: "Não arredamos o pé enquanto os salários atrasados não forem pagos". À tarde, ele aguardava a confirmação de um encontro entre a comissão de greve, a Delegacia Regional do Trabalho e a direção da empresa, mas não nutria muitas esperanças, já que uma reunião, marcada para as 10 horas de ontem, foi cancelada pela Cipla, que alegou ser a paralisação ilegal. "Mas não há nada mais ilegal do que a situação dos empregados", observa Castro. Segundo o assessor, há funcionários sendo despejados e com contas atrasadas. O mais grave, no entanto, foi o suicídio de um empregado, ocorrido há três semanas.

O fato, aliás, estava registrado em uma das várias faixas de protesto presas no muro da empresa. Júlio Turra, da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), esteve em Joinville acompanhando a greve.



Primeiro dia da greve dos funcionários da Cipla foi acompanhado pela PM, mas transcorreu sem problemas

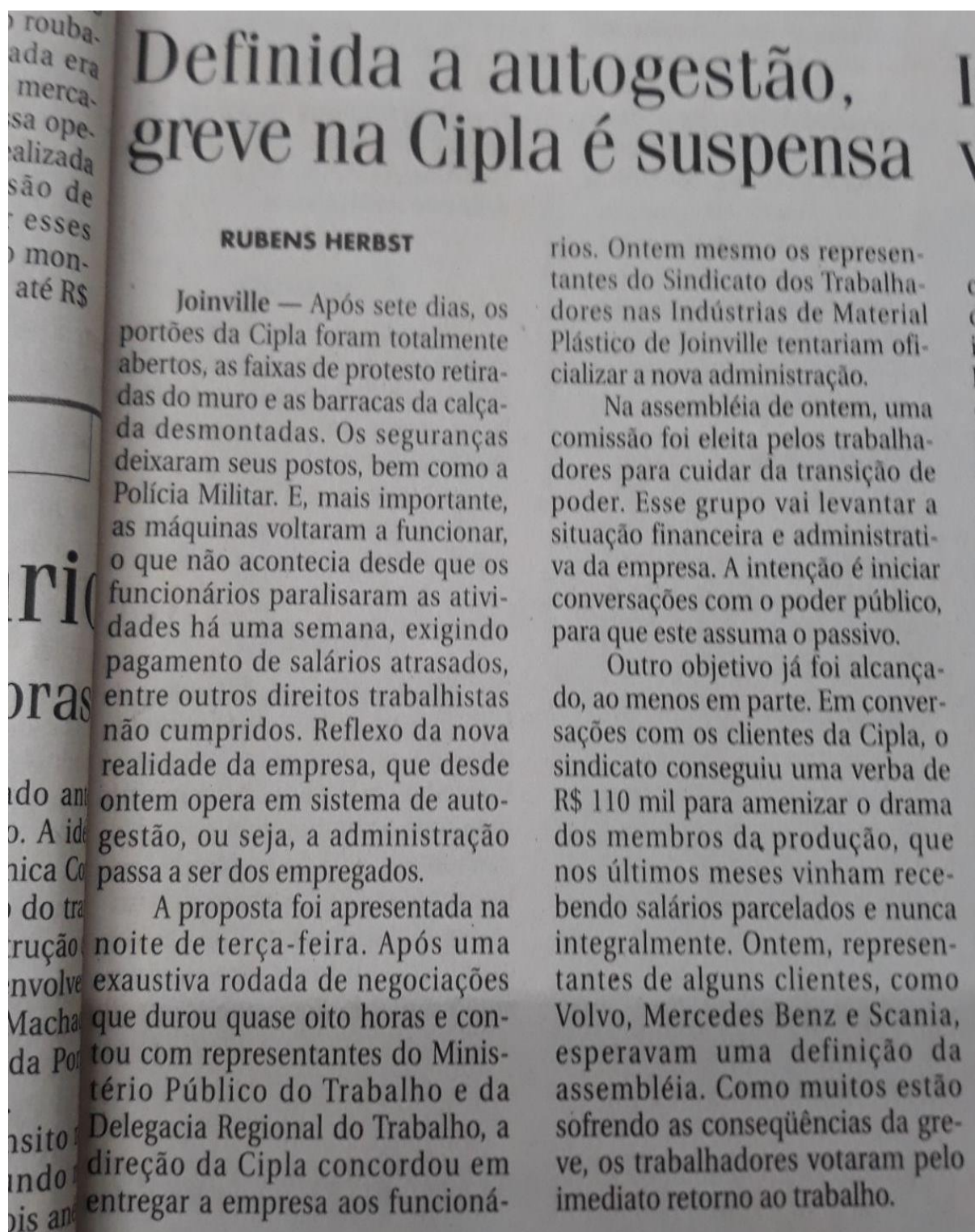
Diretoria da empresa condena paralisação

Em comunicado distribuído à imprensa, a diretoria da Cipla reconhece que atravessa um momento crítico e de impasse, mas condena a decisão do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville de paralisar as atividades, mesmo com a formação de uma comissão especial de negociação e uma reunião marcada para a manhã de ontem, "a fim de formalizarmos entendimentos para a regularização da situação trabalhista de nossos funcionários". A greve, prossegue a nota, é irregular, afronta a legislação e tem conotação política.

Ainda segundo o comunicado, muitos funcionários não aderiram ao ato, mas foram impedidos de trabalhar, "com ameaças de agressões físicas e ofensas pessoais". A diretoria também não teria sido notificada com antecedência mínima de 48 horas sobre a paralisação, decidida numa assembleia geral no dia 22 de outubro, cuja ata dos presentes também não teria sido sonegada. Ela ainda põe em dúvida a legitimidade da atual presidência do sindicato. Diante disso, a diretoria informa que vai tomar as medidas judiciais, trabalhistas, cíveis e criminais, inclusive de perdas e danos, "pelo caráter de ilegalidade da paralisação". (RH)

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Fotografia de Francisco L. de Aviz Neto.

Figura 4: Rubens Herbst. A Notícia. “Definida a autogestão, greve na Cipla é suspensa”, 1 de novembro de 2002.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Fotografia de Francisco L. de Aviz Neto.

Figura 5: Liziane Rodrigues. Diário Catarinense - Economia, p. 19, "Lula promete socorrer a Cipla", 12 de junho de 2003.

Acervo: _____
 Nome do Jornal: Diário Catarinense
 Data: 12-06-2003 Nº.: _____ Página: 19 Coluna: Economia
 Nome do Artigo: Lula promete socorrer a Cipla
 Autor: Liziane Rodrigues Tipo: _____
 Tema: Indústria - PL & Cipla

QUINTA-FEIRA, 12/06/2003 **economia** *Diário Catarinense p. 19*

DINHEIRO Grupo de 350 funcionários pede apoio, em Brasília, para negociar dívida Lula promete socorrer a Cipla

LIZIANE RODRIGUES
 ▼ JOINVILLE

Os 350 funcionários da Cipla e da Interfibra, indústrias plásticas de Joinville controlada pelos trabalhadores há oito meses, ouviram ontem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a afirmação de "100% de apoio" para manter a empresa funcionando.

A empresa tem 1.012 funcionários. A declaração do presidente foi feita ontem, em uma audiência que durou 2h20min no Palácio da Alvorada, em Brasília. Um grupo com 350 operários chegou ontem, de ônibus, à Capital federal, para pedir apoio do governo na negociação de uma dívida que beira os R\$ 500 milhões e que impede a empresa de fazer empréstimos e comprar mais matéria-

prima para trabalhar com toda sua capacidade. É que 80% das dívidas são com o governo federal e o restante, com fornecedores. Os 10 representantes dos trabalhadores deixaram o gabinete presidencial às 19h20min já com encaminhamentos de reuniões entre técnicos das empresas e dos ministérios que controlam as principais dívidas das duas empresas: da Previdência, do Trabalho e da Fazenda.

As reuniões devem acontecer de imediato, informou o diretor técnico da Cipla, Carlos Alberto da Silva, que participou da audiência. "Devemos ter um encaminhamento em um ou dois meses porque a situação da empresa não permite esperar mais do que isso", disse Silva, em entrevista, por telefone, ao Diário Catarinense.

DIEGO REDEL/DIJOINVILLE



CIPLA: Produção bem variada

A organização

A TRAJETÓRIA DA PRODUÇÃO

A Cipla e Interfibra são empresas de um mesmo grupo, HB, fabricante de produtos plásticos, com sede em Joinville.

A Cipla produz mais de 2 mil itens para construção, para montadoras de veículos e utilidades domésticas: caixa de descarga, regador, válvula para descarga e tampa para vaso sanitário, armário de banheiro, jarras, tapetes, potes plásticos, peças para caminhões e carros de passeio (tanque do radiador de água, o canal de ar, o duto do ar condicionado).

A Interfibra é a única fabricante brasileira de tubos de epóxi de alta pressão para prospecção de petróleo, usados pela Petrobrás. Tem capacidade para produzir desde tubos e conexões de plástico reforçado com fibra de vidro até tanques com até 300 mil litros.

A empresa tem, atualmente, 1.012 mil funcionários. Já chegou a ter 6 mil. Ela é administrada por um Conselho de Fabrica, que tem representantes de todos os setores.

Em outubro de 2002, os funcionários fizeram uma greve de oito dias, em protesto contra os salários atrasados e não pagamento do 13 salário.

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Fotografia de Francisco L. de Aviz Neto.

Figura 6: A Notícia. Economia, p. 11, “Fábricas Ocupadas: Uma Apologia à Estatização”. 9 de dezembro de 2006.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Fotografia de Francisco L. de Aviz Neto.

Figura 7: Marco Aurélio Braga. A Notícia, Cidade, capa, “Fim da gestão operária? Cipla está sob intervenção”, 1 de junho de 2007 (parte 1).



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Fotografia de Francisco L. de Aviz Neto.

Figura 8: Marco Aurélio Braga. A Notícia, Cidade, capa, "Fim da gestão operária? Cipla está sob intervenção", 1 de junho de 2007 (parte 2).



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Fotografia de Francisco L. de Aviz Neto.



Figura 9: Jefferson Saavedra. A Notícia, Cidade, p. 4, "Ideologias", 3 de junho de 2007.

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Fotografia de Francisco L. de Aviz Neto.



Universidade da Região de Joinville

Biblioteca Central

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o usuário(a) FRANCISCO LINO DE AVIZ NÉTO, Matrícula 0006000002060, (Aluno-Mestrado) está com sua situação regular na biblioteca..

Joinville, 05/07/2024



Para consultar validade dos dados e emissão de 2ª via acesse o endereço abaixo:

http://pergamum.univille.br/pergamum/biblioteca/url_redireciona.php?cod=NDUxNDU5-PRG-MDAwNjAwMDAwMjA2MA==&valid=9D05E41C90